

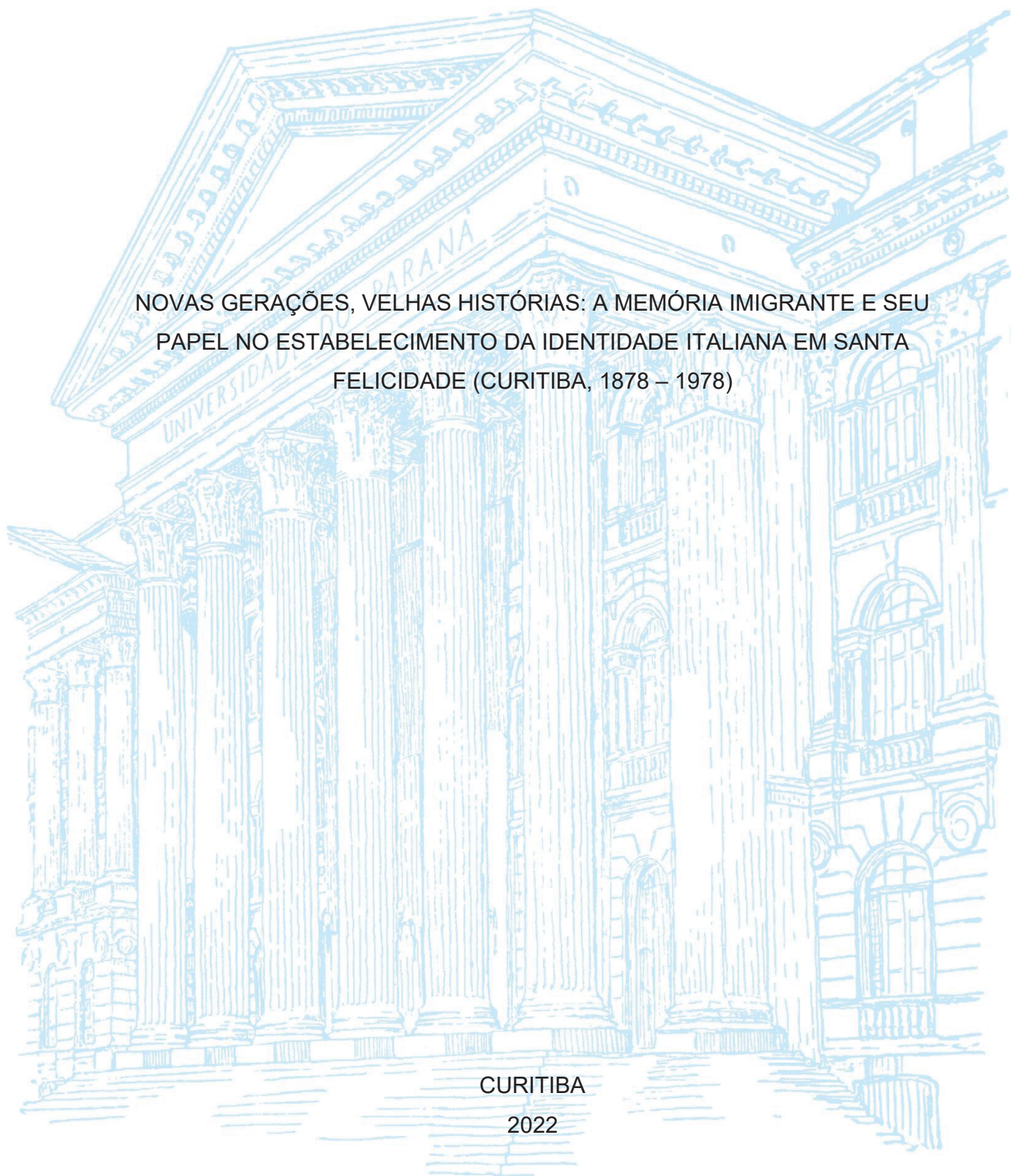
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO ERCOLE DE CAMARGO

NOVAS GERAÇÕES, VELHAS HISTÓRIAS: A MEMÓRIA IMIGRANTE E SEU
PAPEL NO ESTABELECIMENTO DA IDENTIDADE ITALIANA EM SANTA
FELICIDADE (CURITIBA, 1878 – 1978)

CURITIBA

2022



BRUNO ERCOLE DE CAMARGO

NOVAS GERAÇÕES, VELHAS HISTÓRIAS: A MEMÓRIA IMIGRANTE E SEU
PAPEL NO ESTABELECIMENTO DA IDENTIDADE ITALIANA EM SANTA
FELICIDADE (CURITIBA, 1878 – 1978)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Roseli Terezinha Boschilia

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Camargo, Bruno Ercole de

Novas gerações, velhas histórias : a memória imigrante e seu papel no estabelecimento da identidade italiana em Santa Felicidade (Curitiba, 1878-1978). / Bruno Ercole de Camargo. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia.

1. Santa Felicidade (Curitiba, PR) - História. 2. Italianos – Curitiba (PR). 3. Imigrantes – Curitiba (PR). 4. Memória coletiva. 5. Identidade social. I. Boschilia, Roseli, 1952-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **BRUNO ERCOLE DE CAMARGO** intitulada: **NOVAS GERAÇÕES, VELHAS HISTÓRIAS: A MEMÓRIA IMIGRANTE E SEU PAPEL NO ESTABELECIMENTO DA IDENTIDADE ITALIANA EM SANTA FELICIDADE (CURITIBA, 1878-1978)**, sob orientação da Profa. Dra. ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 11 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

12/03/2022 15:21:05.0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

13/03/2022 08:34:31.0

LUIS FERNANDO BENEDEZI

Avaliador Externo (UNIVERSITÀ CA' FOSCARI VENEZIA)

Assinatura Eletrônica

13/03/2022 08:49:37.0

MAÍRA INES VENDRAME

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS)

Dedico essa pesquisa a meu *nonno*, Mario Ercole, quem primeiro me contou sobre estes imigrantes.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois anos nos quais desenvolvi essa pesquisa, tive contato – em boa parte, virtual – com um sem-número de pessoas que, de uma forma ou outra, contribuíram com o presente texto. Desta forma, meus agradecimentos:

À minha orientadora, professora Dra. Roseli Terezinha Boschilia, sem a qual esta pesquisa não teria se desenvolvido.

À linha de pesquisa *Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História*, que me recebeu de braços abertos e cujos professores acreditaram no potencial deste trabalho.

Ao meu companheiro, Carlos Pimenta, pela paciência em entender minhas ausências, e, também, por todo o suporte tecnológico.

À minha mãe, Vilma Mariza Ercole, pela compreensão de todos os meus pedidos de silêncio.

Ao meu *nonno*, Mario Ercole, que confiou a mim a guarda dos documentos que vieram a compor as fontes deste estudo.

A Pandora, Fenrir, Dana e Miau, meus companheiros de estudo em tempos de pandemia.

Ao nosso grupo de orientandos por todos os excelentes debates e troca de ideias, que, ainda em um ambiente virtual, ajudaram a quebrar o isolamento da escrita – e em especial à Maria Vitória, que compartilhou comigo o interesse pelo estudo da imigração.

Aos professores Ana Paula Vosne Martins, Luiz Geraldo Silva, Sérgio Odilon Nadalin, Marços Gonçalves e Marcio Sergio Batista Silveira de Oliveira, ministrantes das disciplinas cursadas que tanto ajudaram em minhas reflexões.

Ao professor Carlos Alberto Medeiros Lima, pelo apoio em me receber em sua disciplina para a realização da prática de docência.

À Maria Cristina Parzowski – que me salvou mais de uma vez –, por todo o carinho, atenção e cuidado com os discentes da PPGHIS.

À professora Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves, pelo constante apoio e incentivo.

Às equipes do Arquivo Público do Paraná, da Casa da Memória e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, pela disposição em ajudar.

Aos professores Fábio Augusto Scarpim, Luís Fernando Beneduzzi, Maíra Inês Vendrame e Marcio Sergio Batista Silveira de Oliveira pelas excelentes colocações no exame de qualificação e da defesa – as quais estão refletidas na versão final deste trabalho.

À Cibele Bonato e Paulo Pereira, de Santa Felicidade, pela ajuda em localizar manuscritos.

À Rosy de Sá Cardoso, pelo empenho em traduzir e disponibilizar uma das fontes da história de Santa Felicidade.

Por fim, aos incansáveis times de cientistas e profissionais da saúde que, lutando contra o negacionismo e a desinformação, trabalharam para combater a pandemia do Covid-19.

*"If you must work,
work to live some part of you on this Earth".
(KEATON HENSON)*

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a construção da identidade étnica no bairro italiano de Santa Felicidade – Curitiba, PR –, através da narrativa memorialística registrada em diversos momentos ao longo dos cem primeiros anos de sua história – de maneira mais específica, textos publicados nos anos de 1908, 1949, 1958 e 1978. Nestas obras, são explorados quatro eixos temáticos, considerados mais pertinentes para a pesquisa: experiência migratória; religião; trabalho; e vida social/ familiar. A colônia foi estabelecida em 1878 por imigrantes oriundos do Vêneto – região localizada no norte da península Itálica –, que trouxeram consigo na bagagem as suas particularidades: língua, cultura, alimentação, religião, e experiência laboral de campesinato. Objetiva-se entender como os relatos transmitidos pelos textos que compõem as fontes desta pesquisa acabam por contribuir para a construção e transmissão de uma identidade italiana no selecionado recorte temporal, que se estende de 1878, ano da fundação da colônia, até 1978, quando da celebração de seu primeiro centenário – momento no qual observa-se grande interesse pela localidade, incluindo-se a intervenção da prefeitura municipal visando exploração do seu potencial turístico. Procura-se entender as transformações pelas quais a identidade de Santa Felicidade passou ao longo de seus cem primeiros anos, e quais foram as forças que exerceram influência sobre ela – religião, trabalho, cultura, sucesso econômico. Para tanto, recorre-se ao conceito de memória – conforme discutido pelo antropólogo francês Jöel Candau – no que tange, principalmente, sua relação com a identidade, para que se possa tentar entender a conformação de uma identidade étnica para o bairro de Santa Felicidade – cuja população é tratada aqui como um grupo étnico, conforme definido por Fredrik Barth. Espera-se, também, explorar a construção e perpetuação de mitos fundadores acerca da localidade nas referidas obras de cunho memorialístico.

Palavras-chave: Imigração italiana. Santa Felicidade. Identidade étnica. Memória imigrante. Comemoracionismo.

ABSTRACT

The present dissertation has as its objective to analyze the construction of the identity in the Italian neighborhood of Santa Felicidade – Curitiba – PR – through the memorialist narrative registered in various moments throughout the first hundred years of its history – specifically, texts published in the years of 1908, 1949, 1958 and 1978. In this work, four angles, considered more pertinent for the research, are explored: migration experience; religion; work; and social/ family life. The colony was established in 1878 by immigrants from Veneto – region in the North of the Italian Peninsula – who brought with them their particularities: language, culture, food, religion, and laboral peasantry experience. It is aimed to understand how the stories transmitted by the texts which compose the sources of this research end up contributing for the construction and transmission of an Italian identity in the selected temporal frame, which extends from 1878, year of the establishment of the colony, to 1978, the celebration of its first centenary – moment in which it is observed great interest for the place, including the intervention from the city aiming the exploitation of its touristic potential. It is aimed to understand the transformation experienced by the colony's identity over its first hundred years, and which were the forces that exerted influence over it – religion, work, culture, economical success. For that, it was used the concept of memory – as discussed by the French anthropologist Joël Candau – in what refers, mainly, to its relation with identity, so to allow and attempt to understand the formation of an ethnical identity for Santa Felicidade Neighborhood – whose population is treated here as an ethnic group, as defined by Fredrik Barth. It is also desired to explore the construction and perpetuation of founding myths about the place in the referred memorialist texts.

Key-words: Italian immigration. Santa Felicidade. Ethnic identity. Immigrant memory. Celebrationism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAPA DA LISTA DE PASSAGEIROS – NAVIO SULLY	92
FIGURA 2 – IGREJA DE SANTA FELICIDADE NA DÉCADA DE 1920	104
FIGURA 3 – MONUMENTO AO IMIGRANTE ITALIANO.....	150

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PASSAGEIROS DO NAVIO SULLY POR PROCEDÊNCIA	114
--	-----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – A PENÍNSULA ITÁLICA NO PERÍODO PRÉ-UNIFICAÇÃO.....	67
MAPA 2 – MAPA DO VÊNETO E SUAS PROVÍNCIAS.....	73
MAPA 3 – O ESTADO DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO	99
MAPA 4 – DIVISÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA	103

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	JUSTIFICATIVA.....	19
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo geral	20
1.2.2	Objetivos específicos.....	21
1.3	METODOLOGIA.....	21
2	APORTE TEÓRICO – MEMÓRIA, IDENTIDADE E COMEMORACIONISMO NA CONSTRUÇÃO DO NÓS	23
2.1	HISTÓRICO – AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE MEMÓRIA, DOS PENSADORES GREGOS AOS CIENTISTAS DO SÉCULO XX	24
2.2	A MEMÓRIA COMO CAMINHO PARA SE CONHECER O PASSADO	29
2.3	A MEMÓRIA E A HISTÓRIA, CONFLITOS E APROXIMAÇÕES.....	34
2.4	IDENTIDADE ÉTNICA, FRONTEIRA E CULTURAS NACIONAIS	37
2.5	A MEMÓRIA E A IDENTIDADE – CONCEITOS GERAIS	40
2.6	AS RETÓRICAS HOLISTAS	42
2.7	A MEMÓRIA E AS IDENTIDADES INDIVIDUAIS	45
2.8	MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA E SUA FRAGMENTAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE.....	47
2.9	O COMEMORACIONISMO	51
2.10	A IDENTIDADE ITALIANA NA PRÁTICA – EXEMPLOS DA SUA CONSTRUÇÃO ENTRE GRUPOS DE IMIGRANTES	54
3	ENTRE O NORTE DA ITÁLIA E AS TERRAS BRASILEIRAS – UM SÉCULO E MEIO DE E/IMIGRAÇÃO VÊNETA	64
3.1	A ITÁLIA E A EMIGRAÇÃO – ENTRADA DA PENÍNSULA ITÁLICA NO MUNDO CAPITALISTA	65
3.1.1	As “Itálias” antes da Itália – diferenças regionais	66
3.1.2	Vênetos – migrantes tradicionais.....	72
3.2	ITALIANOS NO BRASIL – DIFERENÇAS REGIONAIS	78
3.2.1	Italianos no Brasil – do descobrimento ao século XIX	78
3.2.2	Italianos no Brasil – Sudeste, Centro e Norte	82
3.2.3	Italianos em São Paulo	84
3.2.4	As colônias do Sul	87

3.2.5	Imigrantes italianos em terras paranaenses – incentivos legislativos e primeiros núcleos colonais	96
3.2.6	O mito de Santa Felicidade – de colônia modelo a bairro de Curitiba	102
4	SANTA FELICIDADE: MEMÓRIA IMIGRANTE E IDENTIDADE ÉTNICA NO BAIRRO ITALIANO DE CURITIBA	106
4.1	<i>ORIGINE E SVILUPPO DELLA COLONIA SANTA FELICIDADE</i>	111
4.1.1	Partida da Itália e chegada ao Brasil	111
4.1.2	Os problemas no litoral e a partida para o primeiro planalto paranaense... ..	116
4.1.3	O conflito com os nacionais	120
4.1.4	Os italianos e a vida religiosa	122
4.2	<i>O VALOR DOS ITALIANOS PARA O PARANÁ E A COLÔNIA SANTA FELICIDADE</i>	125
4.2.1	O discurso apologético	128
4.3	<i>A VEZ DO OLHAR CIENTÍFICO – SANTA FELICIDADE, UM PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO</i>	131
4.3.1	A assimilação – o debate	133
4.3.2	A emigração para a América – da teoria acadêmica à fundação e desenvolvimento da colônia	134
4.3.3	A produção rural e a vida econômica	138
4.3.4	Alimentação, sociedade e família	140
4.3.5	Religião, ritos de passagem e festas	143
4.2	<i>O CENTENÁRIO DA COLÔNIA – INTERESSE PÚBLICO E O BAIRRO QUE CHEGOU NUM NAVIO</i>	147
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
5.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	161
	REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

“Santa Felicidade faz a festa”.¹ Este é o título de um artigo publicado no jornal *Diário do Paraná* em vinte de janeiro de 1978, na cidade de Curitiba. Ele faz alusão à data de comemoração do centenário de fundação da referida colônia italiana – cujas origens remontam ao ano de 1878. Outras reportagens que se seguem ao longo daquele mesmo ano trazem também informações acerca da festa “dos italianos de Curitiba”. Constituída por imigrantes de origem vêneta – região que fica no Norte da Itália – no último quartel do século XIX, Santa Felicidade – que atualmente se localiza a oito quilômetros do centro de Curitiba e hoje é um dos 75 bairros da capital – foi referenciada pelo missionário italiano Padre Pietro Colbacchini como “uma colônia modelo”.²

Havendo crescido na região, nosso interesse acerca do assentamento não é recente. Contudo, ao relermos as fontes e a bibliografia que tratam do bairro com o escrutínio do olhar historiográfico, percebemos algumas questões que merecem ser problematizadas. Desta forma, a presente dissertação, que tem como objeto de estudo a população de italianos e seus descendentes em Santa Felicidade, no período que vai de 1878 até 1978 – esta última a data de celebração de seu centenário –, busca estudar as representações identitárias, que foram construídas a partir da memória registrada em diferentes momentos ao longo destes cem anos.

Com o intuito de encontrar respostas para a nossa problemática, selecionamos, junto com nossa orientadora, narrativas que pudessem fornecer subsídios para a análise acerca do processo de construção de identidade do referido grupo. Nesse sentido, foram selecionadas quatro fontes bibliográficas: *Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade*, escrito pelo pároco Giuseppe Martini, em 1908 e que constitui o primeiro texto a tratar da história da colônia – analisado junto de sua respectiva tradução, *Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade*, realizada por Rosy de Sá Cardoso; *O valor dos italianos no Paraná e a colônia Santa Felicidade*, livreto que materializa o discurso realizado por Sezinando das Chagas Lima – cuja família relaciona-se com os imigrantes, no ano de 1949; *Santa Felicidade, um*

¹ Santa Felicidade Faz a Festa. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 jan. 1978.

² ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. O Cenário da Colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 11(1): 67-87, jan/jun, 1994. p. 62.

processo de assimilação, primeira publicação científica a tratar da colônia, fruto da pesquisa de campo realizada pela historiadora Altiva Pilatti Balhana ao longo da década de 1950, e publicado como tese de livre docente em 1959; e, por fim, *O bairro que chegou num navio*, obra de autoria do padre Jacir Baido, publicada em comemoração do centenário da colônia, em 1978, em cuja página o autor explora, também, a origem e o desenvolvimento da região. É seguindo essas quatro publicações, de maneira cronológica, que realizamos a presente pesquisa.

Para melhor cumprimos nosso objetivo, organizamos o texto em três capítulos. No primeiro deles, guiados principalmente pelas palavras do antropólogo francês Jöel Candau, exploramos os conceitos teórico-metodológicos que regem a pesquisa, a saber: a relação entre o conceito de memória e a identidade, com especial interesse em entender a maneira como a primeira contribui para o estabelecimento da segunda no seio de determinados grupos, sobretudo *étnicos*. Em relação à teoria sobre grupos étnicos, nos reportamos aos escritos de Fredrik Barth.

Além destes dois pontos, nos debruçamos também sobre o tema do comemoracionismo, procurando entender de que forma ele se relaciona com as manifestações de identidade. Ainda seguindo as ideias propostas por Candau, evocamos os exemplos práticos da relação entre a celebração e as identidades italianas, procurando focar nas relações políticas de tais manifestações e, também, na produção memorialística que é fruto delas. Identificamos dois momentos de maior relevância, a saber: O cinquentenário da presença dos italianos no Rio Grande do Sul, explorado por Luís Fernando Beneduzi; e as comemorações do centenário da mesma presença, conforme discutido por Juliana Maria Manfio.

Estabelecidos nossos pontos teóricos centrais, em um segundo momento, podemos olhar para exemplos práticos de seu funcionamento no interior de comunidades compostas por descendentes de imigrantes italianos no sul do Brasil, analisando tanto seus mitos como os diversos conflitos que constituem estes processos identitários. Neste momento, dialogamos com diversos autores que se dedicaram ao tema, vindo a compor obras basilares para o entendimento dos grupos de imigrantes italianos no Brasil.

Dentre eles, Maíra Inês Vendrame – cujos trabalhos acerca dos imigrantes italianos na região de colonização do Rio Grande do Sul versam sobre importantes temas, como memória, conflitos identitários, comemoração, criminalidade – todos pontos de grande relevância para nossa pesquisa. Além deles, a autora explora

também o contexto de expulsão dos camponeses na península itálica e as suas tradicionais formas de imigração na Europa, o que consideramos fundamental para compreendermos a sua saída da Itália e as suas formas de organização no Brasil.

Outra pesquisadora com a qual buscamos estabelecer diálogo é Maria Catarina Zanini. Também se dedicando ao estudo dos italianos em terras gaúchas, a autora nos apresenta relevantes aspectos da *construção de identidades* verificada entre os descendentes de imigrantes – que se percebem nos momentos de comemoração, como a data do primeiro Centenário do estabelecimento destes contingentes no Brasil, em 1975 para o caso do Rio Grande do Sul. Com o estudo das memórias familiares, muitas vezes registradas em formato de livros, Zanini nos mostra como se constroem identidades positivas para estes grupos, que assim estabelecem seu pertencimento a uma comunidade. Mario Maestri observa o mesmo fenômeno de construção de uma narrativa apologética já no ano de 1925, quando dos cinquenta anos da chegada dos imigrantes no Rio Grande do Sul – valorizando a presença destes no estado.

Refletindo sobre a representação da identidade destes italianos, temos ainda, nos trabalhos de João Fábio Bertonha, importantes reflexões, como a questão conflituosa da procedência destes trabalhadores. Longe de tentar entender todos os imigrantes como um grupo coeso e homogêneo, o autor demonstra como as suas diferenças – ainda em solo europeu – contribuíram para suas diversas agremiações e relações já em terras brasileiras. Apenas a título de exemplo – que exploramos neste primeiro capítulo –, temos as populações de língua italiana que habitavam regiões então dominadas pelo império Austro-Húngaro.

No final deste capítulo dialogamos ainda com Fábio Luiz Machioski – de todos os autores elencados em nossa pesquisa, o mais próximo de nosso objeto de estudo. Em sua dissertação, o autor nos apresenta um exemplo claro da construção de identidade italiana nas colônias localizadas no entorno de Curitiba entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Assim, Machioski demonstra a clara presença da figura do padre Pietro Colbacchini como o articular de uma identidade que tinha seu centro na religião – mas deixa claro que a mesma não era livre de conflitos e disputas internas.

É nossa intenção, no segundo capítulo, apresentar um panorama geral acerca do fenômeno de e/imigração no qual viram-se envolvidos a Itália e o Brasil – em papéis não opostos, mas sim complementares. Dessa maneira, exploramos a situação

italiana dos anos que antecedem a Grande Emigração,³ com especial interesse no processo de unificação política da península e as várias transformações econômico-sociais dele resultantes. Lançamos também um olhar mais direto à região italiana do Vêneto – local de origem da população que por nós é analisada –, para que possamos compreender a situação em que se encontravam estes camponeses na década de 1870, na qual se decidiram por cruzar o Atlântico em direção à América, e como a já consolidada tradição de emigração sazonal pode ter contribuído para tal decisão. Para tanto, nos apoiamos principalmente nas obras de João Fábio Bertonha, e sua discussão em relação à Itália antes da emergência dos grandes fluxos migratórios; e de Emilio Franzina e seu trabalho acerca do êxodo dos campos vênets em direção ao Brasil.

Ainda no segundo capítulo falamos sobre a chegada destes imigrantes no Brasil Império, observando de que forma as várias ondas de italianos se espalharam pelo vasto território nacional – em algumas empresas de sucesso e outras que desapareceram no fracasso – para que, desta forma, possamos nos questionar sobre a apresentação dessa *italianidade* – que não podemos considerar como homogênea –, e porque ela é mais forte em alguns estados do país em detrimento de outros que também receberam esses contingentes de camponeses. Neste ponto, nos referenciamos no trabalho de Angelo Trento, no qual o autor nos apresenta sua discussão geral em relação aos cem primeiros anos da presença italiana no Brasil, além de fazermos uso de vários outros autores que se dedicaram ao tema. Ainda neste tópico exploramos o caso específico da imigração italiana no Paraná – na qual encontra-se nosso recorte geográfico – para que, por fim, possamos falar do mito de Santa Felicidade.

É no terceiro capítulo desta dissertação que nos dedicamos à análise das fontes que tratam da identidade de Santa Felicidade enquanto colônia de origem italiana. Assim, questionando os quatro textos já elencados anteriormente de maneira cronológica, buscamos compreender como se dá esse processo de construção de identidade com base na memória registrada imigrante ao longo das décadas e das

³ Conforme exploramos de maneira mais pormenorizada no decorrer desta dissertação, a Grande Emigração trata do êxodo em massa dos campos vênets, localizado temporalmente, de acordo com Emilio Franzina, entre os anos de 1887 e 1901 –, e em cujo processo o Brasil configurou-se como um recipiente privilegiado deste contingente de trabalhadores. FRANZINA, E. **A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

sucessivas gerações que compõem a população do bairro italiano, e como a mesma se altera com o passar do tempo devido a fatores tanto internos quanto externos à antiga colônia. As nossas possíveis respostas para esse questionamento são apresentadas ao final, na conclusão deste estudo.

1.1 JUSTIFICATIVA

A temática da imigração não é nova para a historiografia paranaense. Grupos de imigrantes europeus que se estabeleceram em Curitiba e, também, na região em seu entorno – nos atuais municípios de Colombo, Cerro Azul, Campo Largo, Morretes, para citar apenas algumas –, como os italianos de Santa Felicidade, têm sido frequentemente estudados, desde a década de 1970.⁴ No caso citado aqui por nós, as primeiras pesquisas de cunho científico se encontram ainda nos anos 1950, com as obras de Altiva Pilatti Balhana – cujo trabalho mais vultoso acerca de Santa Felicidade configura-se como uma de nossas fontes primárias – e a de maior extensão.

Em anos mais recentes, encontramos outras publicações dedicadas ao tema, como a obra de Maria Fernanda Maranhão⁵ – na qual a antropóloga curitibana aborda a (re)construção de uma identidade italiana em Santa Felicidade pautada na alimentação, e tendo como foco principal os anos 1990 – década das comemorações de trezentos anos de Curitiba. Por fim, um dos trabalhos mais recentes que vem a contribuir para o entendimento acerca dos processos de construção identitária de grupos de imigrantes no Paraná é a dissertação defendida por Fábio Luiz Machioski⁶, em cujas páginas o autor explorou a configuração de identidade nas colônias italianas situadas no entorno de Curitiba no final do século XIX.

Após o levantamento de tais obras, constatamos que as pesquisas acerca de Santa Felicidade se dividem em dois eixos temporais: primeiramente, obras que exploram as origens e as tradições da colônia, com ênfase nos processos ocorridos

⁴ ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. O Cenário da Colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 11(1): 67-87, jan/jun, 1994.

⁵ MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais, e (re)construção da identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014.

⁶ MACHIOSKI, F. L. **Uma luta ultramontana**: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 2018.

ainda no século XIX; em um segundo momento, percebemos a atenção dada a anos mais recentes – considerando aqui que a obra de Maranhão, ainda que publicada como livro apenas em 2014 foi produzida como dissertação na década de 1990 –, e voltada para um viés de tradições culturais. O período que se estende dos primeiros anos da colônia até a comemoração de seus cem anos, em 1978 – rico em documentação relativa à identidade – se encontrava, ainda, carente de um olhar historiográfico mais pormenorizado. É bem verdade que tanto as obras *Origine e Sviluppo della Colonia Santa Felicidade* – de 1908 – e *O bairro que chegou num navio* – publicado em 1978 – figuraram nestes trabalhos acadêmicos posteriores, e podemos dizer o mesmo em relação à obra de Balhana. Entretanto, todos estes materiais acabaram sendo utilizados, de modo geral, apenas como bibliografia relativa à história do bairro e não como fontes históricas em si, carecendo de questionamentos mais aprofundados – o que pretendemos fazer, visto que nelas encontramos, também, os processos que criam e dão continuidade aos sentimentos de identidade e pertencimento.

Por fim, a título de justificativa é necessário referir também que este espírito de comemoração não finda nos anos 1990. Percebemos uma nova expressão deste sentimento comemorativo e de valorização identitária italiana no ano de 2018, quando Santa Felicidade completou seus 140 anos de fundação. Esta dissertação, cuja ideia inicial começou a ser gestada um ano após a celebração deste evento, foi, em parte, influenciada por ele, visto que percebemos assim a atualidade do tema – e a necessidade de problematizá-lo historiograficamente.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Pretendemos entender como se dá a criação e transmissão de uma identidade italiana no bairro – e antiga colônia – de Santa Felicidade, no recorte de temporal que vai de 1878 até o ano de 1978 – este último, centenário de sua fundação –, através da memória registrada nas quatro obras que compõe o nosso escopo de fontes primárias, sejam elas textos celebrativos escritos por memorialistas presentes no bairro ou então através do olhar de observadores, a princípio, externos.

1.2.2 Objetivos específicos

Dentro do objetivo mais amplo que norteia nossa pesquisa, separamos alguns pontos específicos que exploramos ao longo dessa dissertação:

- Entender como os discursos acerca da antiga colônia constroem uma identidade dos imigrantes italianos e de seus descendentes, estabelecendo sentimento de orgulho e pertencimento a uma etnia;
- Analisar como a imagem dos italianos de Santa Felicidade, representada nos referidos textos, se relaciona com os discursos brasileiros relativos à imigração no século XIX, principalmente no que tange as justificativas criadas para o estabelecimento de colonos de origem europeia, os quais seriam trabalhadores moralizados;
- Compreender o estabelecimento e a permanência de mitos fundadores para a Colônia – como a ideia de que todas as primeiras famílias estabelecidas na região seriam provenientes do mesmo navio.

1.3 METODOLOGIA

Os recursos metodológicos aos quais recorreremos para a realização da presente pesquisa tratam da relação entre o conceito de memória com a identidade, conforme entendidos nas ciências humanas, e são estabelecidos, de maneira geral, com ajuda dos estudos publicados pelo antropólogo francês Jöel Candau.⁷ Através da relação que o autor estabelece entre a memória – e, aqui, colocamos ênfase na memória étnica – de determinada população e o estabelecimento de uma identidade – novamente, identidade étnica –, procuramos explorar a maneira através da qual os textos que tratam de Santa Felicidade, muitos dos quais – senão a sua totalidade – são elaborados tendo como referência as experiências dos imigrantes e seus

⁷ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

descendentes, preservadas e, também, reelaboradas através das memórias compartilhadas pela população.

Ao tratarmos especificamente da identidade, fazemos referência também aos estudos de Fredrik Barth,⁸ nos quais o autor apresenta o conceito de grupo étnico – que aplicaremos à Santa Felicidade –, defendendo como ponto chave para sua compreensão a *(auto)atribuição* – como o grupo se vê e como é visto pelos outros. Além disso, consideramos necessário explorar também o que o antropólogo chama de fronteira étnica – que não é, necessariamente, uma divisão física –, ou seja, o que separa o grupo dos demais, aqueles que não fazem parte dele – no caso de nosso objeto, a população nacional. É nesta intersecção que se dá o contato entre os italianos da colônia e a população local – com a qual os primeiros travam contatos, pelo menos, de nível comercial.

É na tentativa de relacionar estes conceitos com o nosso objeto de estudo que realizamos a presente dissertação. Desta forma, ao direcionarmos nossa atenção às fontes selecionadas, poderemos entender de que forma uma população que, para todos os efeitos legais é brasileira, no ano de 1978, se entende e é entendida como italiana – ainda que possamos considerar a identidade como algo menos fixo e passível de pluralidade –, mesmo cem anos após o estabelecimento dos primeiros colonos europeus na região – e mais de setenta do fim do fluxo imigrante.

⁸ BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries*. London: George Allen & Unwin, 1969.

2 APORTE TEÓRICO – MEMÓRIA, IDENTIDADE E COMEMORACIONISMO NA CONSTRUÇÃO DO NÓS

*“Noi sian partiti dai nostri paesi
Noi sian partiti com gran dolore.
Trenta sei giorni di machina e vapore
E alla América noi siamo arrivati*

*E alla América noi siamo arrivati,
No abbian trovato n'è paglia, n'è fieno
Abbian dormito sol proprio sereno,
Come le bastie che vanno riposar.*

*E la América, lé grande e lé bella
É circondata da monti e da piani.
E com la indústria dei nostri italiani
Abbian fondato paesi e città*

*E viva, viva, Cristoforo Colombo
Che há scoperto ste parti dal mondo
Che há scoperto ste parti dal mondo
Per gli italiani venire a lavorar.”⁹*

Neste primeiro capítulo de nossa dissertação discutimos a questão da memória e exploramos a pertinência de sua aplicação em pesquisas nas Ciências Humanas, sobretudo nos trabalhos de cunho historiográfico e antropológico – tendo em vista que grande parte de nossos autores se relaciona diretamente com este último campo de saber. De maneira mais específica, analisamos a sua relação com a construção de identidades – sobretudo identidades étnicas – e com as práticas de comemoracionismo relativas a nosso objeto de estudo – a população de imigrantes italianos e seus descendentes da antiga colônia de Santa Felicidade.

Desta forma, este texto vem a contribuir com a nossa proposta de investigação científica, especialmente no que diz respeito a perpetuação de mitos fundadores, através da memória registrada textualmente em determinados momentos na história da localidade.

⁹ Em tradução livre: Nós partimos do nossos *paesi**/ Nós partimos com grande dor/ Trinta e seis dias de máquina e vapor/ E à América nós chegamos/ E à América nós chegamos/ Não encontramos nem palha nem feno/ Dormimos sob o próprio sereno/ Como as bestas que vão repousar/ E a América, é grande e é bela/ é circundada de montes e planos/ E com a indústria dos nossos italianos; fundamos *paesi* e cidades/ E viva, viva, Cristóvão Colombo/ Que descobriu essa parte do mundo/ Que descobriu essa parte do mundo/ Para os italianos virem a trabalhar. **Paesi* aqui tem o sentido de localidade de origem, como a cidade italiana. Poema *Noi sian partiti*. In: Santa Felicidade 1878 – 1978, Centenário da imigração Italiana. Programa de festejos do Centenário. p. 24.

2.1 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE MEMÓRIA – DOS PENSADORES GREGOS AO SÉCULO XX

Iniciamos este primeiro capítulo procurando – com o apoio dos pesquisadores que lançaram seus olhares ao tema – tecer reflexões sobre o conceito de memória e como ele se transformou, no Ocidente, ao longo de mais de dois mil anos. Para Jacques Le Goff,

a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Desse ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e (...) a psiquiatria.¹⁰

Explorando este conceito, Ana Luiza Bustamante Smolka comenta que, ao longo de todo o século XX, “assistimos a inúmeros debates sobre o assunto, configurando as mais variadas tendências e perspectivas”.¹¹ A autora entende a memória como uma prática social construída historicamente¹² e aponta a linguagem como um componente fundamental neste trabalho de elaboração, uma vez que “o discurso constitui lembranças e esquecimentos, que ele organiza e mesmo institui recordações, que ele se torna um *locus* da recordação partilhada – ao mesmo tempo para si e para o outro – *locus*, portanto, das esferas pública e privada”.¹³

Partindo para uma análise do conceito de memória como utilizado no campo das Ciências Sociais, Le Goff nos apresenta em primeiro lugar a sua importância também nas sociedades sem sistemas de escrita. Evidenciando a predominância de uma memória coletiva – que discutiremos de maneira mais pormenorizada no decorrer deste capítulo –, o historiador francês sublinha o aparecimento dos mitos de origem, que são, em sua perspectiva, “um fundamento – aparentemente histórico – à

¹⁰ LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al/]. 7ª edição revista, Campinas. Editora da Unicamp: 2014. p. 387.

¹¹ SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico cultural. In: **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº71, 2000. p. 167.

¹² Le Goff chama a atenção para as variações na aprendizagem da memória ao longo dos séculos. Assim, a ela “desperta o interesse pelos diversos sistemas de educação da memória que existiram nas várias sociedades e em diferentes épocas: as mnemotécnicas”. LE GOFF, *Op. Cit.*

¹³ SMOLKA, *Op. Cit.* p. 187.

existência das etnias ou das famílias”.¹⁴ Essa manifestação de uma memória coletiva¹⁵ tende a confundir a história e o mito. Ela é uma “reconstrução generativa”, e não uma simples repetição de narrativas palavra por palavra.¹⁶ Assim, podemos arriscar que, ao sucederem-se as diversas gerações dentro de um determinado grupo, o mito não se limita à repetição, mas se adapta aos tempos, incorporando os novos elementos que estão, de alguma forma, presentes nas narrativas transmitidas pelas novas gerações.

Com um olhar retrospectivo, Smolka nos fala das Musas, as filhas de Mnemosyne – deusa grega da memória –, cujos diferentes papéis incluem o de incitar a lembrança, mas também englobam a sua contrapartida, na função proporcionar o esquecimento.¹⁷ Essa memória grega seria, então, baseada em ritmo, memorização e oralidade, como pode ser observado, por exemplo, nos Cantos Homéricos.¹⁸ Para a autora, Simonides de Céos, que viveu no século V a. C., teria sido o primeiro a estabelecer regras de uma memória concebida como técnica. Para ele, de acordo com as palavras de Ana Smolka, “A recordação mnemônica requer 1. A lembrança e a criação de *imagens* na memória; 2. A organização das imagens em *locais*, ou lugares de memória”.¹⁹ A elaboração dessas regras, observa a autora, estaria ligada às transformações nas sociedades nas quais elas se produziram que, antes exclusivamente de base oral, faziam a transição para a escrita.²⁰

Platão também é apresentado por Smolka como alguém que procurou, neste mundo grego de transição dos registros orais ao conteúdo escrito, entender o conceito de memória. E, concomitantemente a esta mudança temos a emergência e difusão do

¹⁴ LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al/]. 7ª edição revista, Campinas. Editora da Unicamp: 2014. p. 392.

¹⁵ Nos remetemos também aqui ao texto de Benjamin, no qual o autor apresenta uma concepção similar à narrativa, que é transformada sempre pelo narrador. BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. (Obras Escolhidas, v. 1).

¹⁶ Exploramos também nesta pesquisa a relação direta que existe entre a memória e o esquecimento: entre o que se celebra e o que, consciente ou inconscientemente, se deixa de lado.

¹⁷ SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico cultural. In: **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº71, 2000.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ É válido ressaltarmos que, de acordo com Le Goff, essa escrita está ligada à transformação da memória coletiva, bifurcando-a: por um lado, temos a comemoração (uma inscrição, um monumento), a perpetuação de uma lembrança; por outro lado, temos a escrita, o *documento*, feito em um material especificamente destinado a esse registro. LE GOFF, J. *Op. Cit.*, p. 396.

²⁰ SMOLKA, A. *Op. Cit.*

conceito de *psyche*, como um “espírito que pensa”. Essa “afirmação à psicologia do indivíduo autônomo vai corresponder a rejeição dos poetas”.²¹ Será, em outras palavras, a prevalência dos processos de *reflexão* em detrimento da *mímesis* dos poetas. Essa tendência reflete, em Platão, na criação de uma teoria da memória que é uma *teoria do conhecimento*. Assim, para ele, como apresenta Smolka, “há um conhecimento que não é derivado das impressões sensoriais. Estão latentes em nossas memórias as Formas das Ideias, Formas de Realidades que a alma conheceu antes de cada um nascer.”²² Platão coloca-se, também, resistente em relação à escrita, considerando-a como o “veneno que oblitera a memória”.²³

Smolka aponta também as novas contribuições ao estudo da memória que são promovidas por Aristóteles, afirmando que ele “distingue a *memória propriamente dita*, a *mneme*, faculdade de conservar o passado; da *reminiscência*, a *mamnesi*, faculdade de *invocar voluntariamente* o passado”.²⁴ Para o filósofo grego, a memória implica a passagem do tempo, logo, só os conscientes do tempo podem lembrar. A autora destaca ainda três elementos nas considerações aristotélicas sobre a memória: “as sensações e o *afeto*, a *imaginação*, e o *tempo*”.²⁵ A sensação pode ser entendida como o afeto que ficou do acontecimento após o estabelecimento da distância temporal – a necessária passagem do tempo. Já a imaginação se encontra na mesma parte da alma que a memória, pois, para Aristóteles, “todas as coisas que são imagináveis são essencialmente objetos de memória”.²⁶

Relacionando a memória e a história, Ana Smolka faz referência aos escritos de Tucídides. Para o historiador grego, “não se pode acreditar na memória para garantir a fidelidade do relato à realidade”.²⁷ Dessa forma, “em oposição à toda tradição anterior, a memória em Tucídides não assegura nenhuma autenticidade. A memória é frágil, enganadora. Ela seleciona, interpreta, reconstrói”.²⁸ Ele entende a escrita como a fixação dos acontecimentos, e elabora seu texto sobre a guerra do

²¹ SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico cultural. In: **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº71, 2000. p. 173.

²² *Ibid.* p. 174.

²³ *Ibid.* p. 176.

²⁴ *Ibid.* p. 176.

²⁵ *Ibid.* p. 177.

²⁶ ARISTÓTELES. **Da memória e da reminiscência**. 1986, p. 293.

²⁷ SMOLKA, A. *Op. Cit.* p. 176.

²⁸ *Ibid.* p. 178.

Peloponeso – o qual ainda exploramos nos cursos de História mais de dois mil anos depois – com o propósito de que ele seja lido no futuro.

É o autor romano Cícero, para Smolka, quem faz a ponte da arte da memória do grego para o latim. Ao definir as quatro partes da virtude – prudência, justiça, força e temperança –, ele insere a memória em uma delas. Assim, ela está inscrita na prudência, assim como estão a inteligência e a providência. Sendo transmitidas à teologia cristã, as virtudes são trabalhadas também por São Tomás de Aquino em sua *Suma Teológica*. Mantendo a memória como parte integrante da prudência, o autor a relaciona às regras que são da memória artificial, e formula três regras mnemônicas. São elas: “1. a *memória* está ligada ao *corpo* (sensações, imagens); 2. a *memória* é *razão* (ordenação, lógica); e 3. a *memória* é *hábito* de recordar (meditação preserva a memória)”.²⁹

Durante a Idade Média, o desenvolvimento da memória se dá nos campos da retórica e da reflexão teológica. Exemplo desses trabalhos são os escritos de Santo Agostinho, que a consideram como uma atividade de cunho psíquico e, nos quais, o autor “se indaga sobre os vestígios que as imagens deixam na alma”.³⁰ Com estes pensadores do medievo, se fortalece uma tradição mnemônica cristã, que faz uso das artes da memória para ordenar “intenções espirituais”. Desta forma, é a memória que deve lembrar os fiéis do céu e do inferno. “Surge a ideia de purgatório, a liturgia, o *memento* dos mortos”.³¹ Dessa maneira, com a hegemonia intelectual quase total do Cristianismo nos territórios ocidentais, ocorrem transformações nesta memória coletiva. Observamos, portanto, uma cristianização da memória.³² Para o pesquisador, constata-se ainda, nesse período, a intensificação do recurso à escrita, relacionado ao trabalho da memória, embora ainda haja um equilíbrio entre memória oral e escrita.³³

²⁹ SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico cultural. In: **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº71, 2000. P. 180.

³⁰ *Ibid.* p. 181.

³¹ LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 404.

³² LE GOFF, J. *Op. Cit.*

³³ *Ibid.*

De acordo com Le Goff, no alvorecer da modernidade, “a imprensa revoluciona, ainda que lentamente, a memória ocidental”.³⁴ O leitor já não pode mais fixar em sua mente todo o crescente afluxo de informações ao qual tem acesso – embora o efeito pleno deste fenômeno seja sentido apenas no século XVIII. Assim, para Leroi-Gourhan, “guardadas as devidas proporções, em nenhum momento da história humana se assistiu a uma dilatação tão rápida da memória coletiva. Portanto, no Setecentos encontramos já todas as fórmulas utilizáveis para dar ao leitor uma memória pré-construída”.³⁵ Se, no século XVI, a arte da memória é considerada marginal, vemos, no século XVIII o alargamento da memória coletiva, com a publicação das enciclopédias e dos dicionários – fenômeno este que, de certa forma, continua até o presente.³⁶

Avançando em direção ao século XIX, observamos uma nova característica que tem, em seu seio, o fundamental conceito de memória: a explosão do *sentimento comemorativo* – tema que também abordamos na sequência deste texto. No assunto, Le Goff comenta que “a comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se”.³⁷ É este também o momento de aceleração do desenvolvimento científico que busca “fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança”.³⁸ São momentos de comemoração civil, e não mais de celebrações exclusivamente religiosas – uma “laicização das festas e do calendário”.³⁹ É o momento no qual os arquivos e museus – tão caros e necessários à profissão historiador – detentores do que, à época, se considera a memória – sobretudo sua vertente nacional –, se multiplicam.⁴⁰

Refletindo sobre todo o histórico que apresentamos aqui podemos, então, indicar cinco momentos distintos da memória coletiva: o da “transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”.⁴¹ Este último ponto destaca-se a partir da década de 1950:

³⁴ LEROI-GOURHAN *apud* LE GOFF *op. cit.* p. 418.

³⁵ *Ibid.* p. 422.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Ibid.* p. 424.

³⁸ *Ibid.* p. 424.

³⁹ *Ibid.* p. 424.

⁴⁰ LEROI-GOURHAN *apud* LE GOFF *op. cit.* p. 427.

⁴¹ LE GOFF, J. *Op. Cit.*, p. 435.

a memória humana é, por natureza, instável, mas as máquinas possuem estabilidade, como a memória do computador, a qual não altera, esquece e seleciona os dados.

Neste mundo contemporâneo assistimos à expansão e ao desenvolvimento do conceito de memória nas mais variadas áreas do conhecimento: aplicado à biologia, à psicanálise, à filosofia, à literatura. E existe nele, ainda, o medo da amnésia coletiva – que, para Jöel Candau, significará o medo da perda da *própria identidade*, como vemos adiante. A memória é, assim, “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.⁴² Podemos relacionar ainda essa fala de Le Goff com a ideia de Pierre Nora, quando este último comenta que a memória coletiva é “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.⁴³ Mas como isso ocorre?

2.2 A MEMÓRIA COMO CAMINHO PARA SE CONHECER O PASSADO

Ao abrir uma discussão acerca de como conhecemos o passado, David Lowenthal afirma que “lembramo-nos das coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de épocas anteriores”.⁴⁴ Desta forma, podemos inferir que a memória é um dos caminhos – assim como a história e os fragmentos –, muitas vezes intercambiáveis, através dos quais nós, no presente, tomamos conhecimento do *passado* – âmbito do qual temos a consciência de que, simultaneamente, coexiste e se distingue do presente.

Este passado está fora de alcance, e já não podemos verificar os fatos que se encontram nele. Nós apenas *inferimos* a existência de coisas passadas através dos resíduos cognoscíveis delas que se encontram no presente. O passado é, colocando em outras palavras, o país estrangeiro, onde tudo é feito de modo diferente. Assim,

⁴² LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al/]. 7ª edição revista, Campinas. Editora da Unicamp: 2014. p. 435.

⁴³ NORA *apud* LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p.432.

⁴⁴ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998. p. 64.

tanto a memória quanto a história são instâncias residuais, representando apenas uma pequena fração do pretérito.⁴⁵

O autor afirma que “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos a consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem e hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”.⁴⁶ A memória, para ele, impregna a vida, pois nos lembramos de coisas o tempo todo. Desse modo, “tudo o que é familiar tem alguma ligação com o passado e pode ser usado para evocar recordações”.⁴⁷ Ao vivermos em cidades continuamente habitadas – às vezes por milênios –, estamos o tempo todo cercados por elementos que podem despertar este conhecimento acerca do passado que temos dentro de nós.⁴⁸ E este passado relembado pode ser de caráter tanto individual quanto coletivo. Porém, quando falamos da memória, ela só pode ser *pessoal*. Faz-se importante, então, sublinharmos a distinção de que “conhecer a memória não é o mesmo que possuí-la”.⁴⁹ É através dela que nós internalizamos acontecimentos públicos, transformando-os em experiências de nível pessoal e verniz idiossincrático.⁵⁰

Lowenthal ressalta também algumas dificuldades em relação às lembranças: devido à pouca facilidade em transmiti-las em toda a sua complexidade, elas desaparecem com a morte do indivíduo. Outro problema se encontra ainda na origem e credibilidade das informações nelas contidas, pois é difícil distinguir lembranças primárias de secundárias. Ou seja, podemos lembrar as coisas “a partir de lembranças das lembranças delas”.⁵¹ Além disso, também possuímos recordações de outras

⁴⁵ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998.

⁴⁶ *Ibid.* p. 75.

⁴⁷ *Ibid.* p. 78.

⁴⁸ Essa discussão é bastante pertinente para nosso objeto de pesquisa, uma vez que o bairro de Santa Felicidade ocupa o mesmo espaço físico – ainda que com os seus limites geográficos mais expandidos – que a antiga colônia. Determinados monumentos, como algumas casas ainda preservadas, a igreja, o cemitério, são lembretes constantes para a população de descendentes da história de seus antepassados.

⁴⁹ LOWENTHAL, D. *Op. Cit.* p. 79.

⁵⁰ *Ibid.* Ressaltamos que nenhum dos habitantes de Santa Felicidade à época das comemorações do Centenário, no ano de 1978, havia experienciado a travessia atlântica dos imigrantes. Contudo, ao viver no mesmo lugar no qual aqueles se estabeleceram na segunda metade do século XIX, este acontecimento passa a ser internalizado de maneira idiossincrática. Eles passam, também, a ser italianos vivendo no Brasil – mesmo que essa não tenha sido, de fato, uma experiência pessoal.

⁵¹ LOWENTHAL, D. *Op. Cit.* p. 81.

pessoas como se elas fossem nossas e, para o pesquisador norte-americano, essa sobreposição coletiva é inevitável.⁵²

Porém, muito embora a memória tenha um caráter intrinsecamente pessoal, “damos muito valor a essas conexões com o passado mais abrangente. Satisfeitos de que nossas lembranças nos pertencem, buscamos também ligar nosso passado pessoal à memória coletiva e à história pública”.⁵³ Desta maneira, nós lembramos do nosso contexto pessoal em momentos que são considerados relevantes pelas coletividades e, assim, conseguimos, de alguma forma, nos inserir nestes acontecimentos.

Não podemos afirmar também que há apenas um único tipo de memória, e que todas as recordações fornecem perspectivas sobre o passado. David Lowenthal a classifica em quatro tipos: a memória episódica, relacionada aos acontecimentos específicos em nossas vidas; a memória instrumental cotidiana, relacionada a fatos e não a sentimentos, o que foi aprendido e é utilizado por nós – de maneira automática – cotidianamente; o devaneio, em contraste direto à memória instrumental, o qual inclui e mesmo realça sentimentos relembrados; e, por fim, a memória afetiva, cuja ação é evocar um passado rico e vívido, quase revivido, que é revelado pela reativação de sensações – como os sons, os cheiros, os toques e os sabores. Mas essas memórias, ressalta o autor, não são o passado em si, e elas filtram “novamente o que a percepção já havia filtrado”.⁵⁴

Jöel Candau, em uma linha semelhante ao pensamento de Lowenthal, estabelece a distinção entre três tipos de memória: a protomemória – de baixo nível, que representa o que foi aprendido, automática; a memória propriamente dita – de alto nível, a recordação ou reconhecimento, “evocação deliberada ou invocação involuntária”;⁵⁵ e a metamemória – representação, conhecimento da própria memória, um modo de afiliação ao passado, de construção e explicitação de *identidade*. Enquanto as duas primeiras dependem da faculdade da memória, a metamemória é

⁵² LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998.

⁵³ *Ibid.* p. 82.

⁵⁴ *Ibid.* p. 94.

⁵⁵ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 23.

a representação dela.⁵⁶ Devemos ter em mente, contudo, que a faculdade da memória só é aplicável às lembranças individuais, porque a memória coletiva, de grupos, confirme explorado acima, é sempre uma representação – metamemória.⁵⁷

O esquecimento – como personificado em uma das Musas gregas, filhas de Mnemosyne – também é uma parte fundamental do que compõe a memória. Para que ela faça sentido, “devemos esquecer quase tudo o que vimos”.⁵⁸ É necessário que as lembranças sejam continuamente descartadas e combinadas, pois “somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem no caos”.⁵⁹ Além dele, devemos também considerar o que Michael Pollak chama de silêncio, uma espécie de *recalcamento* voluntário das memórias, no qual determinados sujeitos que passaram por situações traumáticas optam por não compartilhar essas experiências,⁶⁰ a fim de que elas não venham a pesar sobre o presente, e para que possam continuar convivendo em sociedade, encontrando o seu *modus vivendi*.⁶¹ Ainda para Candau, o esquecimento pode ser necessário à representação de si próprio.⁶²

Já indicamos anteriormente neste capítulo que as memórias – assim como a história – não são o passado em si, mas sim suas representações, evocadas no momento presente. Desta forma, “o passado relembrado diverge substancialmente da experiência original”.⁶³ Essa relação da memória com o presente fica evidenciada quando Fernando Catroga comenta que “quanto à vivência temporal que a põe em ação, só uma leitura ingênua a pode reduzir à sua dimensão retrospectiva”.⁶⁴ Então, também as lembranças se modificam quando são revisitadas, para fornecer inteligibilidade a estas experiências. Em outras palavras, “a memória transforma o

⁵⁶ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ *Ibid.*, p. 94.

⁵⁹ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998. p. 94.

⁶⁰ Temos, em contrapartida, a ideia de que, “em geral, gravados na memória, os acontecimentos tristes são narrados com ênfase, repetidos comumente na primeira pessoa por aqueles que os viveram e pelos que não os viveram. São memórias nem sempre de ocorrências presenciadas, mas ouvidas de terceiros e reinterpretadas, na medida em que expressam sentimentos dos quais participamos”. CORTEZE, D. P. **Ulisses va in America**: História, Historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF. 2002. p. 65.

⁶¹ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol. 2 nº 3. Rio de Janeiro: 1989, pp. 3.15.

⁶² CANDAU, J. *Op. Cit.*

⁶³ LOWENTHAL, D. *Op. Cit.* p. 101.

⁶⁴ CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001. p. 18.

passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminamos cenas indesejáveis e privilegiamos as desejáveis”.⁶⁵ Então, este passado não é uma cadeia temporal contínua, mas uma série de acontecimentos descontínuos evocados por nós em determinados momentos. Filtramos o passado com tudo aquilo que aprendemos posteriormente,⁶⁶ e essa reinterpretação é realizada de maneira não intencional.

Ainda na concepção de Catroga, a memória

não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero *registro*; mas é retenção afectiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento obrigam a que somente se possa recordar partes do que já passou. Todavia, a mesmidade do eu tende a preencher os vazios da amnésia, como se o percurso autobiográfico fosse um *continuum*, cuja coerência existencial unifica os buracos negros da caminhada.⁶⁷

O próprio ato de recordar, conforme comenta o autor, “pretende subordinar-se ao princípio da realidade”.⁶⁸ Ou seja, ainda que história e ficção se misturem na lembrança – cuja lógica enseja pontos de partida e de chegada já pré-definidos –, ele ainda necessita de um componente de plausibilidade. E ainda, “quanto maior for a dimensão colectiva e histórica da memória, maior será a margem para a sua ‘invenção’ e para o seu uso e abuso”.⁶⁹ Como exemplo, recordando a Alemanha nazista e a Itália fascista, essa utilização das lembranças coletivas – que dá palco, também, ao comemoracionismo – é, para Le Goff, “apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo”.⁷⁰

Também julgamos necessário, por fim, ressaltar a relação existente entre a memória e os monumentos. Para Catroga, “não há representação memorial sem traços”.⁷¹ Todavia, o monumento só vai suscitar a memória quando for imbuído de valor simbólico, ou seja, quando for afetivo e partilhado com outros. Não é suficiente

⁶⁵ CASEY *apud* LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998. p. 98.

⁶⁶ CRICK *apud* LOWENTHAL, D. *Op. Cit.*

⁶⁷ CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1^a ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001. pp. 20-21.

⁶⁸ *Ibid.* p. 22.

⁶⁹ TODOROV *apud* CATROGA, F. p. 23.

⁷⁰ LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7^a edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 424.

⁷¹ CATROGA, F. *Op. Cit.* p. 24.

conhecer o que o monumento representa, pois, se ele “é símbolo que espera a recordação, o seu significado mais radical só será apreendido se as suas conotações forem confrontadas com o que elas também omitem e ocultam”.⁷² Pensamos, então, nos monumentos presentes em Santa Felicidade. De que maneira as construções que se erguem na paisagem evocam sentimentos de identidade e pertencimento quando observadas pelos descendentes de seus construtores originais? E, indo mais além, devemos entender também de que forma a memória deles se relaciona aos fatos históricos.

2.3 A MEMÓRIA E A HISTÓRIA, CONFLITOS E APROXIMAÇÕES

Ao pensarmos o contato entre memória e a historiografia, devemos deixar claro que ele não se manifesta de forma linear. Enquanto a primeira preza pela verossimilhança, a segunda compreende a busca pela exatidão – embora essa separação radical entre memória e história só se sustente, conforme defende Fernando Catroga, a partir de uma concepção cientificista desta última.⁷³

Conforme afirma o autor,

a memória sacraliza as recordações, enquanto que o discurso historiográfico constitui uma operação intelectual crítica, que desmistifica e laiciza as interpretações, objectivando-as através de narrações que ordenam, sequencial e sucessivamente, causas e efeitos de modo a convencerem que a sua *re-presentação* é verdadeira.⁷⁴

Assim, entendemos que a reinterpretação dos acontecimentos passados realizada pela memória não é uma ação proposital. Em contrapartida, a interpretação feita pela história e pelos seus agentes conta com o caráter intencional do ofício. Além disso, “a história difere da memória não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido e corroborado, mas também no modo como é transmitido, preservado e alterado”.⁷⁵ E, se consideramos a memória, como indicam os escritos de Lowenthal, como algo pessoal, podemos perceber uma outra diferença entre ela e

⁷² CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001. p. 25.

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ POMINA *apud* CATROGA, F. p. 39.

⁷⁵ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998. p. 107.

a história, pois esta última tem uma natureza que é de caráter coletivo.⁷⁶ Além disso, ressaltamos uma outra – porém não menos relevante – oposição entre os dois meios acessos ao passado: enquanto “a história se esforça em colocar o passado à distância, a memória busca fundir-se nele”.⁷⁷ A título de exemplo podemos pensar na proposta desta dissertação: enquanto nosso escrutínio histórico procura, dentre outros objetivos, entender a configuração da identidade italiana em Santa Felicidade, as nossas fontes – que representam a memória registrada da colônia em diferentes momentos – tendem a inserir os leitores dentro desta identidade, estabelecendo uma conexão direta entre os imigrantes e seus descendentes brasileiros.

Encontramos outro ponto cardeal desta distinção entre as duas áreas de acesso ao passado na necessidade de “reconhecer que, no testemunho memorial, a separação entre o *sujeito* e o *objeto* [grifo nosso] é precária (mesmo quando se recorre, supletivamente, às recordações dos outros), ao contrário do que deve acontecer na crítica e interpretação documental”.⁷⁸ Por outro lado, em ambos os casos – memória e história –, são as preocupações do presente que formulam a problemática e realizam a evocação do passado.

Seguindo em uma direção oposta, podemos indicar também algumas aproximações entre esses dois modos de conhecer e explorar o passado. Desta forma, Jacques Le Goff – ao citar o estudo de Georges Duby sobre a batalha de Bouvines –, comenta que o autor

renova a história de uma batalha, primeiro porque vê no acontecimento a pequena ponta de *iceberg* e, depois, porque vê ‘esta batalha e a memória que ela deixou como antropólogo’ e segue, ‘ao longo de uma série de comemorações, o destino de uma lembrança no seio de um conjunto móvel de representações mentais’.⁷⁹

Para nós, mesmo conscientes das diferenças exploradas acima, é difícil separar os componentes da história e da memória dentro de nossas recordações, e temos a tendência a acreditar nos relatos que ouvimos de outras pessoas, só

⁷⁶ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998.

⁷⁷ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 132.

⁷⁸ CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001. p. 48.

⁷⁹ LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. 7ª edição revista, Campinas. Editora da Unicamp: 2014. p. 434.

criticando-os historicamente quando nos parecem improváveis.⁸⁰ Como exemplo ligado à nossa temática, percebemos, em leituras acerca da historiografia da imigração italiana, que as narrativas são consistentes e apresentam verossimilhança, o que poderia, de fato, dificultar a crítica.

Para Fernando Catroga, a historiografia – excluindo-se a sua vertente de cunho positivista – tem em si algumas características da memória. São elas: “seleção, finalismo, presentismo, verossimilhança, representação”.⁸¹ Também para Candau, assim como a memória, “a história é igualmente simplificadora, seletiva e esquece de fatos”.⁸² Em nossa análise histórica, sempre operamos seleções – seja ao escolhermos determinadas fontes dentro de um escopo maior, ou mesmo ao optarmos por seguir determinada metodologia em detrimento de outras. Essas escolhas, porém, ocorrem de maneira consciente.

De acordo com Catroga, uma outra finalidade em comum às duas áreas é que é imperativo de ambas dar a palavra aos condenados ao silêncio. E, para além disso, “a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições”.⁸³ Isso pode ser exemplificado com a classificação apresentada pelo historiador português entre a história como saber – responsável pela produção de conhecimento científico; e a história como memória – difusão dos conhecimentos produzidos. A ligação entre as duas representa a relação entre a ciência e o ensinável.⁸⁴

Ainda no âmbito dessas aproximações, podemos também dizer que “memória, história e fragmentos oferecem caminhos para o passado que se percorrem melhor quando combinados”.⁸⁵ Nessa relação, é a necessidade de *comprovação* – em muitos casos documental – que tende a nos levar da memória para a história tradicional.⁸⁶ Desta maneira, “à medida que o tempo distancia os acontecimentos da recordação

⁸⁰ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998.

⁸¹ CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001. p. 40.

⁸² CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 133.

⁸³ CATROGA, F *Op. Cit.* p. 50.

⁸⁴ *Ibid.*

⁸⁵ LOWENTHAL, D. *Op. Cit.* p. 166.

⁸⁶ Parte do que procuramos realizar nesta pesquisa, ao confrontarmos os mitos presentes na narrativa memorialística com os documentos oficiais, como a lista de passageiros do navio Sully, a qual é discutida em mais detalhes em nosso terceiro capítulo.

peçoal, a memória no âmbito de qualquer sociedade dá lugar à história”.⁸⁷ Mas, como podemos entender este processo em Santa Felicidade? Pode este grupo ser considerado, em si, uma *sociedade* própria? Qual é a linha que separa Santa Felicidade de Curitiba?

2.4 IDENTIDADE ÉTNICA, FRONTEIRA E CULTURAS NACIONAIS

Fredrik Barth afirma que “*It is clear that boundaries persist despite a flow of personnel across them. In other words, categorical ethnic distinctions do not depend on an absence of mobility, contact and information*”.⁸⁸ Sendo assim, entendemos aqui Santa Felicidade como um *grupo étnico* – o qual não depende, *necessariamente*, de completo isolamento para que se mantenha. Acerca da definição deste conceito, sabemos que ele representa uma população que

1. *is largely biologically self-perpetuating*
2. *shares fundamental cultural values, realized in overt unity in cultural forms*
3. *makes up a field of communication and interaction*
4. *has a membership which identifies itself, and is identified by others, as constituting a category distinguishable from Other categories of the same order*.⁸⁹

Embora possamos, em uma análise mais rasa, colocar ênfase na *cultura compartilhada* do grupo como elemento fundamental de conformação de *identidade*, o autor defende que a característica central a ser considerada é, na realidade, a *atribuição* – de dentro e de fora do grupo. Em outras palavras, como eles se percebem e como são percebidos pelo público externo, exercício que estabelece a fronteira étnica. Além disso, a sua própria continuidade enquanto grupo “*depends on the maintenance of a boundary*”.⁹⁰ Ainda que as características do grupo e de seus

⁸⁷ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998. p. 175.

⁸⁸ Em tradução livre: “Está claro que fronteiras persistem apesar de um fluxo de pessoal através delas. Em outras palavras, distinções étnicas categóricas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação”. BARTH, F. **Ethnic groups and boundaries**. London: George Allen & Unwin, 1969, p. 10.

⁸⁹ Em tradução livre: “É largamente biologicamente auto perpetuante; compartilha valores culturais fundamentais, colocados em prática em evidente unidade em formas culturais; compõe um campo de comunicação e interação; possui uma afiliação que identifica a si mesmo, e é identificado por outros, como constituindo uma categoria distinguível de outras categorias da mesma origem”. *Ibid.*, p.10

⁹⁰ Em tradução livre: “Depende da manutenção de uma fronteira”. *Ibid.*, p. 14.

indivíduos se transformem, essa continuidade se dará pela “*continuing dichotomization between members and outsiders*”.⁹¹

Ainda em relação à essa fronteira, embora ela possa, muito bem, representar aspectos geográficos – e Santa Felicidade seria um exemplo, visto a clareza em relação ao estabelecimento dos limites da colônia –, Barth defende que a ênfase deve ser colocada em suas características sociais. Assim, “*If a group maintains its identity [grifo nosso] when members interact with others, this entails criteria for determining membership and ways of signalling membership and exclusion*”.⁹² E é esta fronteira que vai canalizar os aspectos da vida social, visto que é nela que os personagens se entendem como membros do mesmo grupo – o que os abre para um número de relações possíveis.⁹³ Além disso, o contato com outros sujeitos de fora do grupo, ao invés de contribuir para o apagamento dessa identidade, nos parece, pelo contrário, contribuir para a sua *manutenção* e, ainda mais, para seu *fortalecimento*.

Conforme apresenta João Pacheco de Oliveira, a identidade étnica pode, também, ser entendida – no que tange seu estabelecimento dos limites aos quais nos referimos – a partir de uma perspectiva contrastiva, visto que ela

Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo de afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com quem se defrontam. É uma identidade que surge por oposição.⁹⁴

Essa questão teórica de identidades e fronteiras étnicas torna-se mais palpável quando pensamos em Santa Felicidade. Com o suceder das gerações, os novos habitantes são nascidos no seio de uma cultura nacional brasileira – pelo menos de um ponto de vista territorial e legal. Contudo, os descendentes que ainda vivem no bairro, acabam, muitas vezes, sendo *descritos* – e *se descrevendo* – em nossas fontes comemorativas como outra coisa: como italianos.⁹⁵ E isso se dá em contraste aos

⁹¹ Em tradução livre: “[...] continuada dicotomização entre membros e forasteiros”. BARTH, F. ***Ethnic groups and boundaries***. London: George Allen & Unwin, 1969, p. 14.

⁹² Em tradução livre: “Se um grupo mantém sua identidade quando membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar afiliação e maneiras de sinalizar afiliação e exclusão”. *Ibid.*, p. 15.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ OLIVERA, R. C. **Identidade, étnica e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 5

⁹⁵ Muito embora, vale ressaltar, as diferenças regionais entre os próprios habitantes da península Itália no período da Grande Emigração em direção à América do Sul, são mais do que suficientes para estabelecer um limite entre o que se chama de italianos e as identidades regionais – vênnetos, lombardos, calabreses, ou mesmo súditos de fala italiana do Império Austro-húngaro.

curitibanos – e até mesmo, conforme comenta Maria Fernanda Maranhão, aos outros italianos de Curitiba. Como se dá essa distinção e essa identificação por parte dos descendentes, é um ponto que exploramos de maneira mais pormenorizada em nosso terceiro capítulo.

Agora, se aplicarmos este postulado à nossa pesquisa, devemos levantar questões bastante pertinentes também em relação ao nacionalismo. Conforme comenta João Fábio Bertonha, até o século XIX a dedicação e *identificação* não eram exclusivas com o Estado.⁹⁶ Já na segunda metade do século, acaba-se por desenvolver o nacionalismo de base etnolinguística, e a ideia de nação passa a ser representada pelos ideais de homogeneidade étnica, linguística e cultural.⁹⁷

A Itália e, mais especificamente, o Norte da península, neste período, passa por várias transformações políticas, com o domínio napoleônico e depois austríaco de seus territórios. Desta forma, surgem as ideias – que são desenvolvidas de maneira mais pormenorizada em nosso segundo capítulo – de diferentes configurações políticas, que culminam na unificação do país sob a bandeira do reino da Sardenha-Piemonte, no ano de 1861. Contudo, a unificação política não se mostrou suficiente para apagar as fortes diferenças regionais que caracterizaram a península desde antes do domínio romano, e criar uma nacionalidade italiana – o que virá a ocorrer, de maneira mais bem sucedida, através de atitudes governamentais, apenas após as primeiras décadas do século XX.⁹⁸

Tendo por base essas primeiras informações e conceitos, levantamos um outro problema que pretendemos responder ao longo desta dissertação: como podemos pensar em uma identidade étnica *italiana* para os habitantes de Santa Felicidade quando, a realidade, seus ancestrais saíram da Itália – mais especificamente do Vêneto – na década de 1870, pouco tempo após a unificação do país?

Para que sejamos conceitualmente capazes de responder a esta questão central para nosso estudo, precisamos dar continuidade à análise de nosso aporte

⁹⁶ BERTONHA, J. F. **Os Italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ *Ibid.* Aqui devemos ressaltar que, embora considerados pelas autoridades e população brasileiras como italianos, os habitantes de Santa Felicidade – tendo deixado a Península Itálica a partir de 1877 – não fizeram parte deste processo de construção de uma identidade italiana. Exemplo claro disso é o fato de que os imigrantes nunca aprenderam o italiano – reforçado na Itália após a unificação –, comunicando-se em seus dialetos regionais, de origem vêneta.

teórico. Desta forma, estabelecidas as ideias principais, exploramos, na sequência, a relação da identidade com a memória.

2.5 A MEMÓRIA E A IDENTIDADE – CONCEITOS GERAIS

Para Jöel Candau, no tocante à memória, há o consenso de que ela seja, “acima de tudo, uma construção continuamente atualizada do passado mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”.⁹⁹ Essa percepção não se afasta das ideias dos teóricos já citados neste texto, como David Lowenthal, Fernando Catroga, ou mesmo Jacques Le Goff.

Ainda com relação à identidade, o autor explica que

Contra as concepções “objetivistas”, “reificadoras”, “primordialistas”, “substancialistas”, “essencialistas”, “originárias”, “fixistas”, etc. de identidade, observa-se um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que essa seja uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialoga com o *Outro*.¹⁰⁰

Essa relação contínua com o outro como fundamental para a construção de identidade é o que defende, também, Barthes, conforme já exploramos. Ainda, ao relacionar os conceitos de memória e identidade, Candau estabelece que “é a memória (...) que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo”.¹⁰¹ Procuramos, nesta pesquisa, encontrar essa relação nas fontes que transmitem a memória escrita sobre Santa Felicidade tanto aos descendentes quanto ao público em geral.

Conforme enuncia Catroga, a memória

também tem um papel pragmático e normativo. Em nome de uma história, ou de um patrimônio comum (espiritual e/ ou material), ela visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, exigindo-lhes, em nome da identidade do eu – suposta como entidade onnipresente em todas as fases da vida –, ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas.¹⁰²

⁹⁹ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 9.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 16.

¹⁰² CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001. p. 40.

De acordo com Michael Pollak, “a memória é, em parte, *herdada* [grifo nosso], não se refere apenas à vida física das pessoas”.¹⁰³ Se recorrermos também a Le Goff, podemos ainda perceber que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)”.¹⁰⁴ Ao pensarmos nestes indivíduos e grupos, Candau comenta que o fluxo do tempo os ameaça em suas essências, e então a memória dá a impressão de que “o que passou não está definitivamente inacessível, pois é passível fazê-lo reviver graças à lembrança”.¹⁰⁵ ainda que, se considerarmos as ideias de Pollak, elas não sejam necessariamente nossas, mas também legadas a nós pelas gerações que nos precederam. Mais do que isso, “relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber quem fomos confirma o que somos”.¹⁰⁶ Lembranças coletivas são manipuladas por grupos, na busca de sustentar identidades de cunho associativo e, também, duradouro.¹⁰⁷ Em nossa pesquisa, percebemos de maneira preliminar essa relação entre os imigrantes italianos e seus descendentes. As experiências dos ancestrais italianos – separados dos seus descendentes no presente, algumas vezes, por três ou mais gerações – ainda influenciam o sentido de identidade.

Candau considera tanto a memória quanto a identidade como ambíguas, subsumidas na representação. A memória coletiva, para ele, se inscreve na metamemória – um trabalho de interpretação em cima da memória propriamente dita, como já exploramos neste capítulo –, pois se configura como “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.¹⁰⁸

Para o autor,

Podemos encontrar na imprensa ou ainda na literatura de valorização do patrimônio inúmeros exemplos desses enunciados evocando a “memória

¹⁰³ POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Vol 5 nº 10. Rio de Janeiro: 1992. Pp 200-212. p. 4.

¹⁰⁴ LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. 7ª edição revista, Campinas. Editora da Unicamp: 2014. p. 435.

¹⁰⁵ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p 15.

¹⁰⁶ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998. p. 83.

¹⁰⁷ *Ibid.*

¹⁰⁸ CANDAU, J. *Op. Cit.*, p. 24.

coletiva” de uma aldeia ou cidade, de uma região, de uma província etc., enunciados que geralmente acompanham a valorização de uma identidade local.¹⁰⁹

São os indivíduos que, percebendo-se enquanto membros de um determinado grupo, irão produzir representações quando a sua origem, história e natureza – como os italianos de nossa pesquisa. E isso não pode se dar de maneira isolada.

Então,

(...) as identidades não se constroem a partir de um estável e objetivamente definível de traços culturais – vinculações primordiais –, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociossituacionais – situações, contextos, circunstâncias –, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de visões de mundo identitárias ou étnicas (...).¹¹⁰

Estas visões de mundo e pertencimento que emergem do trabalho realizado através da metamemória são fundamentais para um sentimento de identidade *coletiva*. Encontramos aí, entretanto, um outro conceito que exige clarificação. Então, para que possamos entender melhor essa construção de identidade de grupo, é necessário que tratemos também do que somos tentados a explicar – de maneira simplista – como *memórias coletivas*, as quais Joël Candou problematiza, no contraponto com o que o autor chama de Retóricas Holistas.

2.6 AS RETÓRICAS HOLISTAS

Uma das maneiras de entender a relação memória/ identidade e sua passagem do nível individual ao coletivo é através das retóricas holistas, conceito que se aplica às identidades étnicas – como a de italianos de Santa Felicidade. Segundo Candau, elas representam

o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como ‘outra coisa’ do que a simples soma das partes e tidos

¹⁰⁹ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p 25.

¹¹⁰ *Ibid.* p. 27.

como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos.¹¹¹

As retóricas holistas, na perspectiva do autor, configuram um conceito superinterpretativo, e partem de uma situação ideal de memória coletiva homogênea e compartilhada por todos,¹¹² efetuando uma generalização, visto que certos níveis de conhecimento compartilhado são inacessíveis ao pesquisador. Assim, se confundem a evocação – manifestação das lembranças – e as lembranças em si. Para Candau, “a parte da lembrança que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da lembrança”.¹¹³ Pode haver, assim, a ilusão de uma memória *compartilhada*, ao confundir-se a memória coletiva e a metamemória.

O antropólogo francês defende a existência de *atos* de memória coletiva, como as comemorações, os museus, os mitos, as narrativas, colocando-os em detrimento de uma memória coletiva total, que, de acordo com ele, pode existir apenas no plano discursivo. Dito de outra forma, “um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado”.¹¹⁴ Afinal, duas pessoas não podem compartilhar a mesma experiência. Podemos ter em comum uma lembrança factual, mas a sua representação será idiossincrática, ou seja, internalizada de forma pessoal pelos diferentes indivíduos. É este conceito que procuramos aplicar de maneira específica à nossa pesquisa. Concordando com as afirmações de Candau, procuramos identificar estes *atos de memória coletiva* nas quatro produções textuais acerca de Santa Felicidade que escolhemos para o desenvolvimento da pesquisa. Além de identificá-los, pretendemos também entender o seu papel na construção de uma identidade italiana que visa ser coletiva – algo cujo alcance o autor coloca em discussão.

Assim, afirma Candau, “sob certas condições sociais (...) certos estados mentais podem ser compartilhados pelos membros de um grupo”.¹¹⁵ Neste ponto

¹¹¹ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 29.

¹¹² Podemos nos perguntar até que ponto as memórias registradas sobre Santa Felicidade são, de fato, compartilhadas por todos, uma vez que as suas publicações comemorativas chegam ao ano do centenário, 1978, no qual os fundadores da colônia já não estão mais entre os moradores – sendo representados apenas pelos seus descendentes, que não tiveram papel na experiência da e/imigração.

¹¹³ CANDAU, J. *Op. Cit.* p. 33.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 36.

¹¹⁵ *Ibid.* p. 39.

observamos certa relevância das retóricas holistas – principalmente quando elas se referem a representações factuais. Para o autor, “há uma forma de memória coletiva desses fatos históricos”.¹¹⁶ E, se elas pressupõem “o compartilhamento por todos os membros de um grupo da crença em fenômenos derivados da constatação, podemos supor que seu grau de pertinência é elevado”.¹¹⁷

Seguindo nessa perspectiva, certos acontecimentos podem ser naturalizados pelo grupo¹¹⁸ – tornados impermeáveis à dúvida. Se este grupo se mantiver fechado às influências externas¹¹⁹, será possível aplicar a ele o conceito das retóricas holistas. Entretanto, “a irrupção da possibilidade da dúvida no grupo fragilizará ou mesmo arruinará uma retórica holista”.¹²⁰

Candau trata ainda a memória como categoria organizadora das representações. Para ele, as memórias podem ser classificadas em dois tipos: as fortes – que se impõem, importantes para a estruturação e identidade de um grupo; e as fracas – dificilmente compartilhadas, que não interferem na identidade, e podem contribuir para a desestruturação do grupo.

Assim,

as sociedades caracterizadas por um forte e denso conhecimento recíproco entre seus membros são, portanto, mais propensas à constituição de uma memória coletiva – que será nesse caso uma memória organizadora forte – do que as grandes megalópoles anônimas.¹²¹

Não podemos descartar, porém, que a memória coletiva pode ser também orquestrada a fim de obter resultados específicos, como o acesso ao poder – conforme já indicamos em relação ao nazismo e ao fascismo. Mas Candau ressalta que “uma

¹¹⁶ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 39.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 41.

¹¹⁸ Devemos salientar que, para Candau, esse compartilhamento de ideias é mais frutífero e bem observável em grupos menores. Constatamos então que o tamanho do grupo influencia diretamente na pertinência das retóricas holistas. *Ibid.*

¹¹⁹ Lembramos que Santa Felicidade, ainda que a apenas oito quilômetros do centro de Curitiba, estava em *relativo* isolamento em relação à capital – mesmo que existisse o contato entre os colonos e os Curitibaanos, vide o comércio de víveres no centro da cidade.

¹²⁰ CANDAU, J. *Op. Cit.* p. 41.

¹²¹ *Ibid.*, p. 45. Ao consideramos que estamos tratando de uma colônia cuja população, em seu início, não passa de algumas centenas de famílias, podemos considerar que o conhecimento compartilhado pelos habitantes de Santa Felicidade – culturalmente homogêneos –, é suficiente para que se configure como uma memória forte.

memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças”.¹²² Ela necessita que as memórias individuais se abram umas às outras, com objetivos comuns e tendo o mesmo horizonte de ação. Desta forma, “quanto maior essa convergência [das representações do passado feitas por cada indivíduo], maior será aquela das representações identitárias e mais pertinente será a retórica holista”.¹²³ Percebemos, então, a necessidade de explorarmos também o conceito de memórias individuais.

2.7 A MEMÓRIA E AS IDENTIDADES INDIVIDUAIS

Jöel Candau relaciona a memória individual com a própria consciência. Desta maneira, a perda da memória está relacionada a perda da própria *identidade*. O autor comenta que “é o conjunto da personalidade do indivíduo que emerge da memória”.¹²⁴ E é através dela – da memória, que é representativa – que o indivíduo compreende e ordena o mundo. E ela é, também, ambivalente: pode contribuir tanto para organizar quanto para desorganizar a imagem que alguém tem de si. Além disso, o ato memorial tem também uma característica teleológica: “nossa memória acrescenta à lembrança o futuro dessa lembrança”.¹²⁵ Ou seja, não é possível lembrarmos de uma determinada situação ocorrida no passado isolando-a de tudo o que já sabemos – seu contexto, seus resultados. A própria lembrança é transformada por eles. A população de descendentes de italianos em Santa Felicidade não pode recordar-se do período de imigração dos primeiros colonos – sejam eles os mitos ou os elementos históricos factuais – ignorando que a sua própria existência é um dos frutos deste processo.

Assim, podemos dizer também que “a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação”.¹²⁶ Somo capazes de relacionar essa imagem com a totalização existencial, conforme explorada por Candau: o ato de memória que investe sentido nos traços mnésicos – organizados em função do presente – unifica-os e

¹²² CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 47.

¹²³ *Ibid.*, p. 49.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 61.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 66.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 77.

torna-os coerentes, fornecendo uma imagem satisfatória de si. Ele nunca é só individual, sendo “um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentido de identidade”.¹²⁷ Essas representações são provenientes de múltiplos mundos que estão “classificados, ordenados e nomeados em sua memória”.¹²⁸ Elas operam em relação à lógica do mesmo *versus* o outro, reunindo o que é semelhante e separando o que é diferente.

Outro ponto importante para entendermos a relação das comunidades com a memória é o próprio conceito de tempo. Possuímos uma memória longa, que segue o tempo da comunidade, e não as balizas estabelecidas pela ciência histórica. Ela é uma memória forte, sem dimensão, imemorial. Assim, indivíduos de um grupo assumem para si os acontecimentos longínquos do passado – dos quais não participaram, como o fato de considerarem-se italianos mesmo quando nascidos no Brasil –, pois “a consciência do passado não é a consciência da duração”.¹²⁹

Próxima dessa concepção de acontecimentos temporalmente distantes, a memória das origens também deve ser mencionada por nós. De acordo com Candau, “o momento original, a causa primeira é sempre um desafio para a memória e identidade, razão pela qual a referência à origem é uma invariante cultural”.¹³⁰ Quando não é possível ligá-la a uma historicidade, essa origem é jogada para a antiguidade indeterminada, que naturaliza a comunidade. O discurso sobre esse acontecimento original é fundamental para as identidades individuais e coletivas. Para nossa população, este discurso é celebrado – a comemoração do centenário é um exemplo disto. Aqui, pelo contrário, a origem¹³¹ não se perde em uma antiguidade inalcançável, mas é traçada de maneira clara, com a chegada dos primeiros colonos a bordo dos navios a vapor vindos de Gênova – e, no caso de Santa Felicidade, de *um* navio em específico.

Conforme já destacamos, podemos entender essa população de imigrantes italianos como um grupo étnico. E, desta forma,

¹²⁷ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 77.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 84.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 87.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 95.

¹³¹ *Ibid.*

Observa-se, ainda, a presença marcante das origens na memória social migrante que, para facilitar a construção de uma identidade de grupo, ‘pende para os símbolos possíveis de reificação e por aqueles que acentuam a permanência da origem’: cozinha, indumentária, expressões e perfis corporais, gestualidade, ritos religiosos.¹³²

Além da origem, para o estabelecimento da memória é necessário que haja também acontecimentos inscritos em um eixo temporal. Assim, no caso dos grupos, “esse agenciamento e essa modelagem da identidade se fazem a partir de acontecimentos ou de restos de acontecimentos”.¹³³ A relação dos membros do grupo com os acontecimentos é de caráter ambivalente: eles são, simultaneamente, dever da memória e imperativo de esquecimento. A força das memórias dependerá da certa homogeneidade desses dois fatores: a origem e os acontecimentos. Para além deles, a sua transmissão, de geração a geração, também se configura como um ponto de interesse a ser explorado.

2.8 MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA E SUA FRAGMENTAÇÃO NA CONTEMPORANIDADE

Ao explorarmos a maneira através da qual as lembranças contribuem para a construção das identidades – sejam elas individuais ou coletivas –, também devemos refletir sobre os mecanismos de transmissão e recepção destas memórias. Sem essa ligação, ou seja, “quando a transmissão é impossível, indizível, como imaginar que se possa ter um compartilhamento (...) capaz de fundar as representações de uma identidade coletiva?”.¹³⁴

A transmissão da memória está no centro da abordagem antropológica sobre o tema. Em nossa pesquisa, percebemos essa comunicação também – mas não somente – de maneira textual. Assim, a escrita configura-se como um dos métodos de exteriorização das lembranças, e que possibilita a sua transmissão. Para Candau, esse caráter fixo da memória permite maior socialização e estocagem. Servindo de auxiliar para uma memória forte, a escrita “pode, ao mesmo tempo, reforçar o

¹³² CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p. 97.

¹³³ *Ibid.*, p. 99.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 105.

sentimento de pertencimento a um grupo ou a uma cultura, e reforçar a metamemória”.¹³⁵

Mas no ato de registrar as lembranças também podemos encontrar um resultado problemático, visto que “(...) a expansão da memória (...) pode ser tornar um obstáculo para a transmissão de saberes, resultando em uma depressão de recursos identitários necessários para a reprodução ou manutenção da tradição”.¹³⁶ Surge então um outro risco, o da hipomnésia, que é “a rememoração banal do que está escrito”.¹³⁷

De acordo com o autor, existem ainda outras formas de transmissão da memória que independem da escrita, como as lembranças familiares – que contribuem para a identidade e que podem ser interrogadas utilizando-se a metodologia da história oral; os passados formalizados, como as fotografias – que limitam as possibilidades de interpretação; e as tradições, que podem ser reproduzidas ou inventadas.¹³⁸ No caso delas, percebemos “(...) rituais de memórias migrantes que conjugam habilmente as incorporações e as rejeições da novidade através de ideologias de conservação da herança, ou ainda na constante reinterpretação de usos ‘ancestrais’ ”.¹³⁹

Procuramos identificar estes elementos em nossa pesquisa através de tradições expressas nas fontes, como cantigas e religiosidade Católica – essa última encontrada em nossas quatro obras principais. A transmissão ainda deve ser considerada na diferenciação entre transmissão histórica e transmissão memorial. Para Candau, elas diferem radicalmente, pois a história não tem vocação para o

¹³⁵ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p.109.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 110.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 111.

¹³⁸ De acordo com Eric J. Hobsbawm, “O termo ‘tradição inventada’ é usado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos – e se estabeleceram com enorme rapidez [...] Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita [sic] ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. In: HOBBSAWM, E. J., RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 10ª ed. São Paulo, Paz e Terra: 2015. pp. 7-8.

¹³⁹ CANDAU, J. *Op. Cit.*, p. 112.

amálgama unitário. Ela, nesse caso, “pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora”.¹⁴⁰

A memória genealógica e familiar também é de interesse para a formação e transmissão das identidades, informação que é fundamental para este estudo, visto que as publicações acerca de Santa Felicidade contam com memórias familiares colhidas pelos autores, e circulam amplamente entre os descendentes. Candau considera a genealogia como uma “busca obsessiva de identidade”,¹⁴¹ que se manifesta com mais força conforme distancia-se das raízes. Além disso, “a memória familiar é uma memória curta, ela não remonta além de duas ou três gerações”.¹⁴² Conforme comenta o autor, salvaguardar a memória dos ancestrais é um meio do genealogista proteger a sua própria.¹⁴³ E, também, “a memória e a identidade pessoal devem sempre compor com a memória familiar, que é uma memória forte, exercendo seu poder para além dos laços aparentemente distendidos”.¹⁴⁴

Próxima da área de genealogia, existe a memória geracional, que “é também uma memória de fundação que tem seu lugar no jogo identitário”.¹⁴⁵ Ela se apresenta em duas formas: uma antiga, para além da família, colocando os indivíduos como herdeiros de gerações sucessivas. Já a segunda forma é moderna, de caráter intergeracional, e não possui uma vocação transmissível, dominada pelas figuras de guardiões da memória. A este respeito, Candau comenta que “certas camadas geracionais, como aquelas dos imigrantes de segunda geração, são, frequentemente, gerações sem memória, e por isso não tem mais nada a transmitir”.¹⁴⁶ Em contraponto a isso, conforme percebemos em estudos que trabalham com comunidades de descendentes de imigrantes – tópico a ser explorado ainda neste capítulo –, gerações sucessivas se relacionam de outras maneiras com essa memória.

Os lugares de memória também têm um grande peso identitário. Eles podem ser considerados como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual

¹⁴⁰ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p.132.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 137.

¹⁴² *Ibid.*, p. 139.

¹⁴³ Candau ainda comenta sobre a possibilidade de “embelezamento” e “enobrecimento” dessa filiação, com vistas a obter um proveito identitário. *Ibid.*

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 142.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 142.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 157.

a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”.¹⁴⁷ Em uma perspectiva geográfica, “existem regiões memória (Vendeia, Alsacia, Cevenol), ou cidades-memória (Jerusalém, Roma), e mesmo *bairros* [grifo nosso] onde se afirmam com força as identidades regionais ou locais”.¹⁴⁸ Percebemos uma articulação bastante clara entre este conceito de lugar de memória e a espacialidade de Santa Felicidade, na qual os vários pontos de interesse memorialístico se espalham de maneira a compor todo um bairro.

Candau explora ainda a multiplicação de referências patrimoniais, que provoca a fragmentação das memórias e das identidades.¹⁴⁹ Também as memórias agonísticas representam (...) “o sinal de uma multiplicidade de referências identitárias”.¹⁵⁰ Na sociedade contemporânea, a *pluralidade de identidades* e de pertencimento a grupos impossibilitam a existência de uma memória unificada, como pode ser observado também no esgotamento, ou colapso, das memórias organizadoras – igreja, família, nação – que garantiam a transmissão de um determinado corpus de memória, com o resultado de “organizar e orientar as identidades coletivas”.¹⁵¹

Assim, “na ausência de grandes memórias organizadoras, cada indivíduo toma seu próprio caminho e isso resulta em memórias fragmentadas”.¹⁵² Este declínio carrega consigo também a perda de pertinência das retóricas holistas. Candau comenta que “as memórias contemporâneas seriam mosaicos sem unidade, feitos de fragmentos das grandes memórias organizadoras que foram despedaçadas, de pedaços compostos, restos divergentes, traços heterogêneos, testemunhos opostos, vestígios incoerentes”.¹⁵³ É uma reorganização das identidades, na qual há espaço para a sua multiplicidade.

Tratados até aqui os dois conceitos mais relevantes para nossa proposta – a identidade e a memória e a relação entre elas – podemos tratar agora do último ponto

¹⁴⁷ *Ibid.* p.157.

¹⁴⁸ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. p.157.

¹⁴⁹ *Ibid.*

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 170.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 183.

¹⁵² *Ibid.*, p. 184.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 188.

central de nossa análise, cuja relevância já foi esboçada em alguns momentos neste capítulo. Assim, as linhas seguintes são dedicadas ao conceito de comemoracionismo.

2.9 O COMEMORACIONISMO

*“L’italiano è caratterizzato da espansività, socievolezza e dall’inclinazione alle feste, al buon cibo, alla buona bevanda ed allo sport”.*¹⁵⁴ Essa afirmação compõe um material comemorativo publicado em Roma no ano de 1975, pelo então *Instituto Italo-latino Americano*, em comemoração ao centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, ocorrido naquele mesmo ano. Ao voltarmos nossa atenção para o comemoracionismo e como ele se desenvolve nas antigas colônias do Brasil, não devemos esquecer que a emigração – sobretudo a partir da década de 1880 – teve, também, um grande impacto na história da Itália.¹⁵⁵

Este espírito de comemoracionismo se manifesta de diversas formas: em materiais publicados pela comunidade ou mesmo pela mídia – como nossas fontes –, em eventos públicos – o centenário da fundação de Santa Felicidade sendo um de nossos maiores exemplos – e, também, na criação e manutenção de cultura material e arquitetônica – placas comemorativas, estátuas que homenageiam a família imigrante, preservação e *restauro* de edifícios significativos para a memória da localidade – em nosso caso, os trabalhos realizados na Igreja de São José e Santa Felicidade.¹⁵⁶ Essas ações parecem configurar o que Candau chama de exteriorização da memória.¹⁵⁷

A comemoração pode, em certos casos – como em nosso exemplo – contar com o envolvimento de esferas maiores do poder público. Em diferentes momentos de celebração – como exploramos detalhadamente em nosso terceiro capítulo – Santa

¹⁵⁴ Em tradução livre: “O italiano é caracterizado pela expansividade, sociabilidade e pela inclinação às festas, à boa comida, à boa bebida e ao esporte”. In: *Contributo alla Storia della presenza Italiana in Brasile: In occasione del primo centenário dell’emigrazione agricola italiana nel Rio Grande do Sul 1875 – 1975*. Instituto Italo-Americano. Roma: 1975. p. 27.

¹⁵⁵ FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

¹⁵⁶ MACHADO, T. B., SOARES, M. J. S., TESSARI, R. K. *Santa Felicidade: the Church’s restoration as a perpetuation of the Italian-Brazilian heritage*. In: *Atti della Biennale BRAU5*. 2021. **Anais**. pp 155-178.

¹⁵⁷ CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

Felicidade viu-se envolvida com a prefeitura de Curitiba no que tange a sua própria *italianidade*. São eles: O Centenário de fundação da Colônia, no ano de 1978; os acontecimentos da década de 1990, que marcaram o aniversário de 300 anos de Curitiba;¹⁵⁸ e o ano de 2018, com a celebração dos 140 anos de fundação de Santa Felicidade.

Nestes três momentos de comemoração houve a presença ativa do poder público municipal. Contudo, para fins de nosso recorte temporal, apenas o primeiro deles – a celebração do centenário – é objeto de nossa análise, conjuntamente com os momentos que o precedem. E à comemoração também se juntam as memórias, cujo papel na construção identitária dos povos – e, especificamente aqui, as comunidades compostas por imigrantes – é de destaque.

Embora tenhamos indicado estes três momentos em nossa pesquisa como mais relevantes, ao olharmos para as maneiras como outros estados sulinos trataram do tema, percebemos um grande interesse pelas comemorações da imigração italiana no Rio Grande do Sul já no ano de 1925 – seu cinquentenário. A respeito deste processo, Luís Fernando Beneduzi, nos fala que

La dinamica dell'espatrio, l'insediamento, i primi passi degli immigrati, l'epopea del fenomeno migratorio, le conquiste saranno parte del percorso mnemonico scelto dagli organizzatori del festeggiamento del 1925. Inoltre, quel festeggiamento è diventato il punto di partenza per gli altri eventi commemorativi e per la preservazione di una memoria sull'emmigrazione. La documentazione scritta di quell'evento ha costituito sia la memoria sia l'oblio dell'esperienza migratoria, conservando gli avvenimenti che dovenano rimanere per i posteri, in una chiave narrativa positiva riguardo all'occupazione del territorio sottolineando la ricchezza prodotta, con fatica e sudore della fronte dagli italiani, e tralasciando le realtà che non rappresentavano questo ricordo che doveva essere quello rappresentativo dell'italianità.¹⁵⁹

¹⁵⁸ MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014.

¹⁵⁹ Em tradução livre: “A dinâmica da expatriação, o assentamento, os primeiros passos dos imigrantes, a epopeia do fenômeno migratório, as conquistas serão parte do percurso mnemônico escolhidos pelos organizadores do festejo de 1925. Além disso, aquele festejo é se tornou o ponto de partida para os outros eventos comemorativos e para a preservação de uma memória sobre a imigração. A documentação escrita daquele evento constituiu seja a memória seja o esquecimento da experiência migratória, conservando os acontecimentos que deveriam continuar para a posteridade, em uma chave narrativa positiva acerca da ocupação do território enfatizando a riqueza produzida com fadiga e suor da testa dos italianos e omitindo as realidades que não representavam aquela recordação que deveria ser aquela representativa da italianidade”. BENEDUZI, L. F. *Fra risanamento religioso e rafforzamento della razza: il processo di costruzione della memoria dell'immigrazione italiana nel sud del Brasile negli anni 1920*. In: **Zibaldone. Estudos italianos**. Vol 3, jan. 2015. pp. 122-136. Disponível em: <<https://iris.unive.it/retrieve/handle/10278/3639959/32308/Zibaldone.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2022.

Beneduzi identifica os diversos agentes e forças em ação neste processo de construção de memória, que envolve as elites coloniais locais, a política fascista – que direcionava seu olhar para os contingentes de italianos no exterior – e, também, os próprios interesses do estado. Sem pretendermos entrar mais a fundo nas questões políticas deste contexto – fundamentais para se compreender o cinquentenário dos emigrados no RS –, nos basta estabelecer que – assim como percebemos nas décadas seguintes em Santa Felicidade – elas existiram e estiveram presentes em significativa medida conforme exploramos em mais detalhes nos dois capítulos seguintes deste trabalho.

O que ressaltamos neste ponto é a *construção* da memória positiva que se estabelece em 1925 e que, conforme o autor explicita, seleciona o que deve ser recordado e – igualmente importante – o que deve ser esquecido. Esse exercício mnemônico se trata, assim, de uma escolha – e uma com uma agenda política bastante clara. Agora, avançando em nosso recorte temporal, devemos nos questionar como se dá este processo quando dos cem anos de estabelecimento dos primeiros colonos.

Juliana Manfio discute, em um estudo bastante atual, a questão da comemoração do centenário – também olhando para o caso do Rio Grande do Sul –, procurando entender a sua relação com a construção de uma memória e o estabelecimento de uma identidade italiana na ex-colônia Silveira Martins. Em sua obra, a autora percebe novamente a importância do envolvimento do poder público nestes acontecimentos. A este respeito, Manfio afirma que

havia sido instalado no Rio Grande do Sul, o Biênio da Imigração e Colonização – que previa, entre os anos de 1974 e 1975, festejar os grupos de imigrantes que haviam se estabelecido em solo gaúcho. A comemoração oficial estabelecida em Governo do Rio Grande do Sul, no ano de 1973, tinha como interesse a criação de uma imagem mais ampla e alargada da sociedade sul-rio-grandense, em especial, do ponto de vista econômico e turístico.¹⁶⁰

Ainda que nosso interesse no movimento de comemoração do Centenário de Santa Felicidade – ocorrido em 1978 – não se configure como foco principal da

¹⁶⁰ MANFIO, J. M. **A construção de uma memória**: as comemorações do centenário da imigração italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993). Tese (Doutorado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2019. p. 215.

presente pesquisa – vindo a influenciar apenas nossa última fonte, que data do mesmo ano –, não podemos deixar de perceber as semelhanças entre as celebrações locais e o movimento – significativamente mais amplo – do qual foram palco as ex-colônias italianas do Rio Grande do Sul. Manfio identificou em seu trabalho diversos elementos nessas festividades que percebemos também em Santa Felicidade, quando de um contexto similar – conforme podemos observar no terceiro capítulo, ao questionarmos nossa última fonte.

Dentre estes elementos elencados pela autora, podemos citar o interesse do poder público nas duas regiões, com vistas a desenvolvimento e ganhos econômicos; a participação ativa dos religiosos na *construção* das narrativas identitárias; diversos componentes das festividades: desfiles, composição de Hinos, missas festivas, almoços e jantares.¹⁶¹ Ainda que aparentemente mais expressivos no Rio Grande do Sul, todos os elementos aqui levantados puderam ser vistos, em uma escala menor, na Santa Felicidade de 1978.

Tendo estabelecido essa ponte entre a memória e a identidade com as manifestações do comemoracionismo – nas quais as duas encontram campo fértil – podemos nos dirigir ao final deste capítulo. Desta forma, as páginas seguintes servem com um arremate da teoria discutida até aqui, trazendo alguns exemplos deste trabalho em comunidades de origem italiana.

2.10 A IDENTIDADE ITALIANA NA PRÁTICA – EXEMPLOS DA SUA CONSTRUÇÃO ENTRE GRUPOS DE IMIGRANTES

Procuramos, neste primeiro capítulo, apresentar a discussão geral acerca do tema da memória, para que, através dela, tenhamos um arcabouço teórico que nos possibilite explorar a maneira pela qual ela age na construção da identidade dos italianos de Santa Felicidade – problemática de nossa pesquisa – e de que forma ela relaciona-se também com as práticas de comemoracionismo, tão presentes em diversos momentos na história do bairro. De posse deste conceito, podemos nos

¹⁶¹ MANFIO, J. M. **A construção de uma memória**: as comemorações do centenário da imigração italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993). Tese (Doutorado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2019.

debruçar em alguns casos específicos nos quais estes processos ocorrem, conforme já explorado por vários autores.

Quando falamos de construção de identidade de italianos no Brasil, como comenta Maria Catarina Zanini, já podemos observar um sentimento de identidade coletiva estabelecido durante a travessia atlântica, na qual os imigrantes procuravam estar próximos de outros sujeitos provenientes da mesma região da península.¹⁶² Trabalhando especificamente com os descendentes dessa população no Rio Grande do Sul, a antropóloga fala sobre as representações positivas que são expressas nos períodos de comemoração – algo que está em consonância com as celebrações dos cem anos de Santa Felicidade. Percebemos aí a seleção das memórias da família e a valorização do passado – o qual, conforme já estabelecemos, via de regra essas pessoas não vivenciaram – no presente, em vistas de estabelecer uma identidade positiva.

Essa busca e valorização das origens se expressa de diversas formas, como no estabelecimento de entidades e agremiações e, também, na genealogia. Nesta memória familiar acaba evidenciando-se o “pertencimento ao mundo italiano invocado no presente”.¹⁶³ Assim, essa população pode “expressar pertencimento a uma comunidade”.¹⁶⁴ O *nós*. Para a pesquisadora, “reivindicar etnicidade e mesmo expressá-la tem sentido na medida em que os indivíduos encontrem a si mesmos nessa empreitada”.¹⁶⁵ E a produção destes escritos tem, segundo a autora, crescido muito no país, proveniente, em muitos casos, das próprias famílias que procuram registrar as suas histórias, tendo este fenômeno o marco inicial significativo do ano de 1975 – por ocasião das comemorações do centenário na imigração italiana no Rio Grande do Sul.¹⁶⁶

Na esteira do comentário acima, temos nas memórias de Júlio Lorenzoni um grande exemplo desta identidade composta através de uma ação memorialística.

¹⁶² ZANINI, M. C. C. A Família como Patrimônio: A construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos. In: **Artigos:** campos, 5(1) – 53-67: 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1635/1377>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 58.

¹⁶⁴ *Ibid.* p. 61.

¹⁶⁵ *Ibid.* p. 62.

¹⁶⁶ ZANINI, M. C. C. Escrever e resistir: a literatura de descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: ZANINI, M. C. C., TEDESCO, J. C. (org.). **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. pp - 259-276.

Imigrante italiano de primeira geração, Lorenzoni organizou suas lembranças em uma obra – provavelmente nos anos 1920 – que, em 1975, foi traduzida e publicada em língua portuguesa.¹⁶⁷ Assim, é considerada como “[...] a obra de um dos primeiros autobiógrafos e protagonistas da imigração popular europeia no Brasil entre o século XIX e o XX”,¹⁶⁸ na qual via-se enfatizado o sucesso econômico alcançado por muitos dos italianos que chegaram ao país.¹⁶⁹

Adolescente no ano da partida em Gênova – 1878 –, podemos encontrar nas memórias do autor informações referentes à vida dos camponeses na Itália e à experiência migratória em si, que não começava com a travessia atlântica. A família, de origem vêneta, já estava acostumada às experiências migratórias sazonais, nas quais os chefes do grupo familiar se lançavam em busca de emprego nos países mais ao norte, como Alemanha e Suíça – tradição à qual damos mais atenção no próximo capítulo.¹⁷⁰ Além disso, o texto de Lorenzoni era um elogio “à capacidade laborativa, à dedicação à família e à irrepreensível conduta moral e religiosa dos primeiros imigrantes”.¹⁷¹

De acordo com Zanini, estas proposições fazem com que obras deste tipo se convertam, no presente, em publicações que representam a *italianidade*. Para a autora,

Esses agentes, sejam eles radialistas, padres, professores, intelectuais, membros das associações e dos *circolos*, memorialistas etc., assentam-se nos relatos ali contidos, mesclando-os com as narrativas que trouxeram de seu mundo familiar e de suas trajetórias particulares de vida. A junção dessas múltiplas faces narrativas gera o que denomino de *processo de construção das memórias*, que é sempre e ao mesmo tempo coletivo e individual. Individual, porque quem refaz as memórias com sentido é o indivíduo; coletivo porque é o grupo que lhe dá legitimidade e partilha de significação. Assim, a memória grupal é experienciada com sentido pelo descendente, que a atualiza conforme sua própria trajetória de vida, sua classe social, seu gênero etc. Nesse processo, mantém-se o que é compartilhado no presente como elemento valorativo e legítimo de ser acionado enquanto constituidor de italianidade.¹⁷²

¹⁶⁷ FRANZINA, E. Imigração italiana no Rio Grande do Sul nas memórias de Júlio Lorenzato (1877-1928) In: ZANINI, M. C. C., TEDESCO, J. C. (org.). **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. pp. 63-84.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 63.

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ *Ibid.*

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 80.

¹⁷² ZANINI, M. C. C. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. In: **Artigos**. Mana 13(2) Outubro 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/yYBvc5XNc5CrXTyYqSvmVQw/?lang=pt>>. Acesso em: 16 set. 2021. Sem paginação.

Essa construção identitária com objetivos distintos não se dá somente no presente, mas ocorre ao longo das décadas que se seguem à chegada dos colonos. Mário Maestri observa, por exemplo, tal fenômeno no ano de 1925 – conforme também já exploramos no tópico anterior ao citarmos o trabalho de Beneduzi –, quando se celebraram os cinquenta anos da chegada dos italianos no Rio Grande do Sul, data na qual “as condições políticas e culturais para a associação da narrativa apologética sobre a colonização ítalo-sulina aos relatos dominantes sobre o passado rio-grandense eram propícias”,¹⁷³ ainda que não dissolvendo os italianos no cadinho da cultura sulina. Essa foi a primeira grande interpretação geral acerca do processo de estabelecimento dos colonos no extremo sul¹⁷⁴ e, assim, a história de sucesso dos colonos era inserida em um contexto de valorização de sua presença no estado. A excelência no mundo do trabalho do colonizador italiano, seu zelo e respeito pelas autoridades, e sua capacidade de poupar, foram todos elementos enfatizados neste discurso identitário – além, é claro, do papel importante da religião.¹⁷⁵

O discurso civilizador da *raça latina* era, também, de acordo com o autor, apoiado pelo Estado italiano, e vinha, em fins do século XIX, no bojo das “doutrinas racistas, eugenistas e darwinistas sociais, ensejadas pela expansão colonial e imperial”.¹⁷⁶ Na primeira metade do século XX ele seria novamente utilizado, desta vez pelo fascismo, que procurava fomentar a *italianidade* das populações emigradas ao exterior. Ao longo dos anos, este discurso comemorativo, conforme demonstra Maestri, seria arrefecido e, também, posteriormente retomado – como no caso do interesse renovado no tema nas comemorações do centenário – ou, melhor dizendo, *dos centenários*, visto que não se trata de um fenômeno exclusivamente gaúcho.¹⁷⁷

Podemos ainda olhar para outros exemplos de italianos estabelecidos, em especial, em São Paulo e nos três estados do sul do Brasil, e de que forma eles tiveram a sua identidade representada. João Fábio Bertonha nos apresenta um interessante problema a este respeito: a proveniência destes imigrantes, que nem sempre era homogênea e isenta de conflitos.

¹⁷³ MAESTRI, M. A Região colonial italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória. In: ZANINI, M. C. C., TEDESCO, J. C. (org.). **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. pp. 85-118. p. 88.

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ *Ibid.*

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 89.

¹⁷⁷ *Ibid.*

Conforme exploramos em mais detalhes em nosso segundo capítulo, as várias regiões italianas passam por um processo de unificação apenas na década de 1860 – e que se verá concluído apenas na primeira metade do século XX. Resulta daí que, os grupos de camponeses que deixaram o recém-formado país, a partir dos anos de 1870, partiram de um Estado nacional que estava apenas começando o seu processo de construção identitária. As diferenças, conforme veremos, eram muitas – e não só culturais.¹⁷⁸ Sem nos adiantarmos, vamos apenas tratar de um caso bastante específico: indivíduos provenientes das regiões de língua italiana dominadas pelo Império Austro-Húngaro, como os atuais Trento e Friuli¹⁷⁹ – que seguiram as enormes cifras da emigração vêneta para o Brasil.¹⁸⁰

Para Bertonha, a Áustria-Hungria era

um império realmente multinacional, no qual alemães e húngaros formavam as nacionalidades dominantes política e economicamente em cada uma de suas “metades”, mas dentro das quais nunca foram demograficamente absolutos.¹⁸¹

Cerca de dois por cento dos súditos do império era de origem italiana – e isto teria influenciado, também, nos fluxos emigratórios, ainda que o Brasil tenha sido um destino transatlântico secundário para este contingente.¹⁸² Nesta questão Bertonha identificou um conflito de identidades, uma delas sendo nacional – etnolinguística – e outra supranacional.¹⁸³ Em relação aos italianos no final do século XIX, “alguns desejavam a incorporação ao Reino da Itália, enquanto outros perguntavam se era possível ser italiano e, ao mesmo tempo, súdito austríaco”.¹⁸⁴ A posição da Igreja favorecia o pertencimento ao império, uma vez que ele se configurava como um modelo de catolicismo mais conservador – conhecido como ultramontanismo –, e a

¹⁷⁸ Exploramos mais essas diferenças em nosso próximo capítulo.

¹⁷⁹ BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RR: Educs, 2018.

¹⁸⁰ Conforme tratamos com mais detalhes em nosso terceiro capítulo, até mesmo no navio Sully – embarcação fundamental para a memória de Santa Felicidade – encontramos alguns indivíduos de sobrenomes etnicamente italianos cuja nação de procedência na lista de passageiros era registrada como sendo a Áustria.

¹⁸¹ BERTONHA J. F. *Op. Cit.* p. 95.

¹⁸² *Ibid.*

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 99.

questão católica seria, desta forma, um importante ponto neste jogo de identidades no Brasil.¹⁸⁵

Após emigrados, como seria configurado o seu pertencimento? Ela se reverteria ao fator etnolinguístico? Qual seria o nível de conscientização política destes camponeses pobres? Não há uma resposta única. O autor afirma que “os imigrantes, em alguns casos, se aproximavam mais da sua identidade étnica e, em outros, estavam mais próximos da supranacional”.¹⁸⁶ No Brasil, os súditos do Império Austro-Húngaro representariam apenas de 3 a 4% do total de imigrantes de fala italiana, mas ainda um número expressivo, na casa dos 40 mil indivíduos. E, assim, a identidade dos italianos no país tornou-se, também, um pouco mais complexa, ainda mais quando salienta-se a experiência da e/imigração.¹⁸⁷

Enquanto alguns trentinos se sentiam mais próximos do império – comprando a ideia do sentimento supranacional defendida, ainda que de maneira fraca, pelo governo de Viena –, outros participavam das associações italianas, com os quais se identificavam. Essa divisão deve ser entendida tanto do ponto de vista da situação deles no império quanto da própria experiência no Brasil.

Ainda, no tocante à religião,

[...] podemos perceber como, para alguns membros do clero estrangeiro instalado no Sul do Brasil, a Nação italiana era preterida por representar algo laico, enquanto o Império da Áustria era visto como o defensor do catolicismo e o verdadeiro detentor da italianidade. Isso indica como religião, opção política e identidade se misturavam, num quadro que levou a vários choques entre italianos e austríacos de língua italiana.¹⁸⁸

Essas disputas precisam ser entendidas, também, à luz de um conflito que colocou os nacionais italianos e os italianos súditos da Áustria-Hungria residentes no exterior em lados opostos do campo de batalha: a Primeira Guerra Mundial.¹⁸⁹ Este é um grande exemplo de como a questão da identidade ainda podia ter uma dimensão e consequências práticas.

¹⁸⁵ BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RR: Educs, 2018.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 103.

¹⁸⁷ *Ibid.*

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 117.

¹⁸⁹ *Ibid.*

Mais um exemplo ao qual gostaríamos de dedicar os parágrafos finais deste capítulo de cunho mais teórico trata do processo de construção de identidades em comunidades italianas na região de Curitiba e seu entorno – como a própria colônia de Santa Felicidade –, no último quartel do século XIX. Conforme demonstra Fábio Luiz Machioski,

Como todo imigrante, os de origem italiana também trouxeram consigo para o Brasil suas tradições coletivas e seus ideais particulares. Para os italianos instalados nas colônias agrícolas do meio rural, que na maioria eram camponeses oriundos de pequenas localidades da região do Vêneto, a vida social girava em torno da religião católica e a privada se baseava no trabalho familiar.¹⁹⁰

Machioski identifica nesses contingentes de imigrantes instalados nos arredores da capital paranaense um fervor religioso que teria sido, em sua perspectiva, o responsável pela edificação de igrejas tão logo foi possível nas referidas colônias, vindo esta atitude a contribuir para a reorganização da vida coletiva que tinham vivenciado na Itália. Então, o processo “unia os moradores de uma determinada colônia e fortalecia os seus laços de vizinhança, criando assim uma identidade para o grupo”.¹⁹¹ Desta forma, o autor propõe que teria sido a religião o fator principal de pertencimento coletivo escolhido pelos imigrantes, que viria a preencher “não só um vazio espiritual para esses colonos, mas também, e sobretudo, social e cultural”.¹⁹²

Essa espiritualidade católica vêneta necessitaria, contudo, de um intermediário, que se apresentaria na pessoa de um sacerdote. Para os núcleos curitibanos, a grande expressão dessa personalidade teria sido personificada por Pietro Colbacchini – ele mesmo um italiano, nascido na província de Vicenza –, que viria para o Brasil a *socorrer* os emigrados vênets – dando ênfase à procedência regional – em fins do século XIX.¹⁹³

Seria o referido padre a tentar forjar um modelo único de italianidade para essas populações, com base no catolicismo ultramontano – mais conservador, conforme

¹⁹⁰ MACHIOSKI, F. L. **Uma luta ultramontana**: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 2018. p. 94.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 95.

¹⁹² *Ibid.*, p. 96.

¹⁹³ *Ibid.*

verificamos ao tratar do Império Austro-Húngaro –, que ia de encontro a um outro entendimento, mais liberal, variação esta que seria resultado das muitas diferenças existentes entre os diversos grupos de imigrantes italianos que se estabeleceram na região em fins no século XIX. Nas palavras de Machioski, “os imigrantes italianos não formavam uma massa compacta e homogênea, ou seja, nem todos apoiavam a sua sua etnicidade na catolicidade”.¹⁹⁴ Para o autor, este embate aconteceria entre o grupo de italianos residentes nas colônias rurais, aos quais era imputada uma identidade com base na religião – já trazida da Itália e reforçada pela ação dos sacerdotes –, em detrimento de um outro contingente, formado pelos imigrantes estabelecidos no meio urbano, os quais se identificavam mais com a nação italiana pós-unificação, pautando sua identidade étnica em um nacionalismo que independia da religião.¹⁹⁵

Este mesmo embate entre *identidades* é verificado por Maíra Vendrame, ao tratar da ex-colônia Silveira Martins, no Rio Grande do Sul. Para a autora, as manifestações de italianidade por parte dos imigrantes também eram fonte de conflitos na região, sendo criticadas pelas congregações religiosas, visto que elas tendiam a homenagear a Unificação Italiana – a mesma que, conforme comenta Vendrame, havia tomado posse de territórios papais, causando ressentimento da vertente religiosa ultramontana.¹⁹⁶ Isso coloca em evidência as divergências entre os modelos de identidade propostos pela igreja e as ideias que emanavam de um nascente nacionalismo italiano. Apesar disso,

Nem todos que celebravam sua nacionalidade italiana, homenageando o herói da Unificação, opunham-se à Igreja Católica [...] Seria um equívoco pensar que de um lado estavam os católicos, liderados pelo seu pároco e, do outro, os nacionalistas “garibaldinos”, separados por um abismo intransponível. Para muitos imigrantes e descendentes, ser católico e italiano tinha o mesmo significado.¹⁹⁷

¹⁹⁴ MACHIOSKI, F. L. **Uma luta ultramontana**: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 2018. p 109.

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ Lembramos neste ponto que a, conforme discutido em nosso segundo capítulo, a conquista da região de Roma pela nascente monarquia italiana, ocorreu apenas em 1870, com auxílio de Garibaldi.

¹⁹⁷ VENDRAME, M. I. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007. pp. 98-99.

A citação acima deixa claro que não estamos tratando de uma situação que se encaixa em um simplório maniqueísmo de “ou um ou outro”, mas sim de um modelo que pode – e em grande medida o faz, como percebemos nas pesquisas aqui citadas – ter espaço para estes componentes – além de outros, com a vocação para o trabalho, que, conforme veremos em mais detalhes no nosso terceiro capítulo, é constantemente reafirmada em nossas fontes como uma das virtudes do povo italiano.

E este entendimento, conforme ressalta Vendrame, já vem sendo considerado por mais pesquisadores. Embora o ultramontanismo tenha tentado fixar uma identidade italiana com base na religião – encontrando campo fértil na historiografia tradicional –, a autora observa também uma mudança de sentido, percebendo como a academia vem questionando este absoluto – sendo a sua obra um dos exemplos disso.

Em vias de encerrar este primeiro capítulo poderíamos citar ainda mais um grande número de exemplos da estreita relação entre italianidade/ identidade/ memória, porém julgamos que as linhas gerais dessas pesquisas, principalmente no que se aproximam de nosso próprio objeto, já foram delineadas nas páginas anteriores.

De uma maneira geral, o que percebemos nestes estudos por nós elencados exemplifica a relação das populações – e, de maneira mais específica, dos grupos étnicos de procedência *itálica* – com a memória. Ela acaba tendo, como aponta Catroga, o caráter pragmático. A continuidade das lembranças transmitidas pela via familiar em seus vários meios – narrativas, gastronomia, vestiário, religião – são fundamentais para que, no presente, os descendentes reconheçam a si próprios como membros de um determinado grupo.

Em Santa Felicidade, eles são os italianos – os descendentes das famílias fundadoras do bairro, mesmo que já tenham nascido no Brasil. A identidade italiana – que ressalta propositalmente apenas as qualidades positivas – fornece um sentido de ser aos descendentes. Ela não é, contudo, livre de disputas – conforme exploraram Machioski e Vendrame – ainda que, esta última, com seu olhar voltado para o Rio Grande do Sul. As diferenças existentes na pátria de origem – de procedência geográfica, estratificação social, afiliações políticas, entre outras – são trazidas na bagagem desses imigrantes, e elas exercem grande impacto na configuração das diversas maneiras de se entender como italiano.

Faz-se necessário, então, procurar compreender um pouco mais este contexto geral – e suas grandes transformações de cunho político e econômico – no qual os italianos que fundaram a colônia Santa Felicidade em novembro de 1878 estavam inseridos, enquanto ainda residentes em sua terra natal. Assim, no próximo capítulo deste estudo temos como objetivo explorar qual Itália estes imigrantes deixaram e em qual Brasil foram recebidos.

3 ENTRE O NORTE DA ITÁLIA E AS TERRAS BRASILEIRAS – UM SÉCULO E MEIO DE EMIGRAÇÃO VÊNETA

*"Fulminados por um relâmpago durante uma tempestade,
a erva dos prados em grande parte seca,
queimadas as vinhas por uma doença,
que nunca deixa os camponeses em paz;
hipotecado tudo o que resta,
com o trigo que não vale quase nada,
todo vilarejo sofre a sua agonia,
e toda família tem um pelagroso!
Morta a vaca que dava o queijo,
morta a mulher ao parir uma filha,
protestada a promissória pelo tabelião,
num feriado, à noite, fechado na taberna
com um grande murro na mesa:
"Porca Itália", blasfema, "vamos embora!"¹⁹⁸*

“Os mexicanos saíram dos índios, os brasileiros saíram da selva, mas nós, os argentinos, chegamos nos barcos, e eram barcos que vinham da Europa, assim construímos nossa sociedade”.¹⁹⁹ Essas polêmicas palavras do presidente argentino Alberto Fernández, repetidas em julho de 2021, deixam transparecer duas coisas que nos parecem claras: por um lado, o racismo estrutural ainda presente em muitos países colonizados no continente Americano – cujas camadas governantes insistem em diminuir as contribuições das populações negras e indígenas para o desenvolvimento de suas sociedades; por outro, a citação revela também um profundo desconhecimento do próprio processo de formação demográfica dos países da América Latina, como os citados México e Brasil. É na intenção de explorar este processo dinâmico de formação da população brasileira, que é influenciado em grande medida pela imigração europeia, como a – mas não somente –, italiana, que preparamos este segundo capítulo.

Organizacionalmente, dividimos este texto em dois momentos: no primeiro deles, procuramos explorar as características mais gerais da sociedade italiana do século XIX, para que possamos entender como se originou o processo de êxodo dos

¹⁹⁸ Trecho do poema italiano *I van in Merica*, de Berto Barbarini. In: FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 318.

¹⁹⁹ **CORREIO BRAZILIENSE**. Alberto Fernández diz que brasileiros “saíram da selva” e argentinos na Europa. Vitória Olímpio. 09 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 01 ago 2021. Sem paginação.

campos da Região Vêneta; o segundo ponto que exploramos trata do processo geral de estabelecimento de colonos italianos no território brasileiro durante a segunda metade do século XIX para que, desta forma, tenhamos estabelecido as bases para podermos nos dedicar de maneira direta ao nosso objeto: Santa Felicidade.

3.1 A ITÁLIA E A EMIGRAÇÃO – ENTRADA DA PENÍNSULA NO MUNDO CAPITALISTA

Ao dedicarmos as primeiras páginas deste capítulo à Itália e ao contexto que engendrou o movimento de emigração em massa dos camponeses vênéticos, estamos nos apoiando nas proposições teóricas de Abdelmalek Sayad. Ao ignorarem o contexto de saída de seus objetos, os pesquisadores deixam de lado “as questões sobre as causas e os motivos que poderiam ter determinado as partidas e sobre a diversidade das condições de origem e das trajetórias”.²⁰⁰ Entendendo este outro lado, Sayad “devolve aos ‘imigrantes’, que também são ‘emigrantes’, sua origem, e todas as particularidades que a ela encontram-se associadas e que explicam muitas das diferenças observadas nos destinos posteriores”.²⁰¹ Para que possamos entender a identidade italiana que remanesce entre estes grupos, não podemos pensá-los só em território nacional. É necessário que levemos em conta, também, o contexto de sua partida.

Desta forma, neste primeiro item exploramos o processo italiano que dá origem ao fenômeno da emigração em massa do Vêneto – que, em seu momento mais volumoso, será chamado de Grande Emigração. Assim, lançamos um olhar retrospectivo para o processo de unificação da península, procurando destacar as significativas diferenças regionais das diversas unidades políticas autônomas que, a partir de 1861, encontram-se unificadas sob um único governo: o Reino da Itália. Construímos esse contexto, enfatizando suas causas e matizes, para que possamos entender como e porque este enorme contingente de camponeses – cujas cifras se

²⁰⁰ BOURDIEU, P. Prefácio. In: ABDELMALEK, S. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. pp. 9-12. p. 11.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 11.

contam entre milhões – se deslocou das suas terras ancestrais em direção aos países do outro lado do Atlântico – principalmente Estados Unidos, Argentina e Brasil.²⁰²

3.1.1 As “Itálias” antes da Itália – diferenças regionais

Hoje, quando pensamos sobre a Itália, algumas imagens automáticas nos vêm à mente: ela é a nação europeia que encontramos representada no mapa mundi com o clássico formato de uma bota; país das artes, o berço dos grandes nomes do Renascimento, como Leonardo Da Vinci, Michelangelo e Botticelli; o antigo centro do poderoso Império Romano; terra de Dante Alighieri, mas também do vinho, dos queijos e da boa mesa; e há quem se remeta ainda à religião cristã: afinal, é na Itália que se encontra a sede da Igreja Católica, o Vaticano; pensamos em um povo que, do norte ao sul da península, fala o idioma italiano – uma língua neolatina, assim como o nosso português. No entanto, a imagem que nós temos da Itália como um país, no século XXI, está muito distante da experiência vivenciada diariamente por aqueles milhões de homens, mulheres, e crianças que, na segunda metade do século XIX, deixaram o continente europeu a bordo de navios a vapor, a procura de uma vida melhor no além-mar.

O país ao qual fazemos referência hoje foi unificado politicamente de maneira tardia, principalmente se o compararmos aos tradicionais estados europeus com limites mais já ou menos estabelecidos no período, como França, Inglaterra, Espanha ou mesmo Portugal. A Itália foi unificada apenas no ano de 1861²⁰³ – e, ainda assim, a extensão de terra que hoje reconhecemos como República Italiana só estaria completa após a Primeira Guerra Mundial, com a dissolução do Império Austro-Húngaro e a anexação de territórios de língua e cultura italianas que haviam sido perdidos para ele décadas antes. É o caso da região do Trentino Alto-Ádige, que só veio a fazer parte da Itália contemporânea após 1918,²⁰⁴ e cujos emigrantes que deixaram a Europa antes desta data foram considerados, em seus países de destino, como súditos da Áustria-Hungria – o que ocasionou embates particulares de identidade à época do primeiro conflito mundial, como já exploramos em nosso

²⁰² BERTONHA, J. F. **Os italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

²⁰³ *Ibid.*

²⁰⁴ *ibid.*

primeiro capítulo. O mapa da Itália no período imediatamente anterior à Unificação nos ajuda a entender melhor essas diferenças:

MAPA 1 – A PENÍNSULA ITÁLICA NO PERÍODO PRÉ UNIFICAÇÃO



FONTE: **Os Italianos**, João Fábio Bertanha, p. 50.

A diversidade de conformações políticas que percebemos no mapa apresentado foi uma constante na península itálica por mais de um milênio, desde o

período que se seguiu à dominação romana. Essas particularidades também se refletiram no movimento emigratório, pois, de acordo com Bertonha,

[...] os imigrantes, especialmente os das primeiras ondas, vinham de um Estado recém-unificado e que procurava inculcar uma nova nacionalidade nos habitantes da península. E vinham para um estado que também buscava fortalecer um sentimento nacional até então bastante difuso.²⁰⁵

Os italianos de Santa Felicidade, ao chegarem ao Brasil, compunham essa primeira onda de camponeses. A maior parte deles, expatriados enquanto adultos, havia nascido antes da própria unificação. Eric Hobsbawm comenta sobre essa particularidade da região italiana em relação a um sentimento nacional. Nas palavras dele,

Um caso extremo de divergência entre nacionalismo e Estado-nação era a Itália, a maior parte da qual tinha sido unificada sob o rei de Savoia em 1859-1860, 1866 e 1870. Não havia precedente histórico posterior à Roma antiga para uma única administração de toda a área compreendida entre os Alpes e a Sicília, que Metternich descrevera com grande precisão como uma “mera expressão geográfica”. No momento da unificação, em 1860, estimou-se que não mais de 2,5% de seus habitantes falassem a língua italiana no dia a dia (...) Provavelmente uma porcentagem bem maior, mas ainda uma modesta minoria, teria se sentido naquela data como italianos.²⁰⁶

Refletindo sobre estas palavras do historiador inglês – destacando em especial a sua última afirmação, acerca dos sentimentos de pertencimento a um Estado –, somos levados a ressaltar o dinamismo político da península no período anterior ao *Risorgimento*,²⁰⁷ no qual uma mesma pessoa pode ter vivido em vários reinos ao longo de sua vida, sem nunca haver, contudo, saído de sua aldeia de origem. Podemos utilizar um exemplo prático, que encontramos em nossas fontes: o do imigrante Giovanni Meneguzzo – nascido na região de Sandrigo, na província vêneta de Vicenza, por volta de 1812.²⁰⁸

No porto de Gênova, ao embarcar no Vapor francês Sully em 1877 – navio que o traria para a América –, já com 64 anos de idade, junto de sua esposa e filhos,

²⁰⁵ BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RR: Educs, 2018. p. 69.

²⁰⁶ HOBBSAWM, E. **A Era do Capital**. 1848 – 1875. Trad. Luciano Costa Neto. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 147.

²⁰⁷ Nome que se dá ao processo de unificação da Itália.

²⁰⁸ **REGISTRO DE SEPULTAMENTOS**. Igreja Matriz de São José e Santa Felicidade. Livro nº 1.

Giovanni se dirigia à sua quarta configuração política, o Império do Brasil.²⁰⁹ Nascido sob a égide do domínio napoleônico do norte da península – o efêmero Reino de Itália –, ele passou, após a derrota de Napoleão, no ano de 1815, a ser súdito do recém-formado Reino Lombardo-Vêneto, que, por sua vez, respondia ao imperador austríaco – à época, Francisco I. Contudo, as regiões da Lombardia e do Vêneto – este último um pouco mais tardiamente, apenas em 1866 – acabaram, eventualmente, incorporados ao Reino da Itália, unificados sob a coroa da Casa de Savoia, dinastia à frente do Reino da Sardenha, que havia promovido o processo de Unificação.

Desta forma, ao morrer em Santa Felicidade, nos últimos dias de novembro de 1889,²¹⁰ e tendo emigrado uma única vez, Giovanni Meneguzzo havia passado por cinco diferentes configurações de Estados ao longo da vida – se incluirmos nessa conta o, então, jovem Brasil Republicano.

Dentre tantas alterações e sucessão quase contínua de reinos, devemos pensar em como se dava, de fato, a expressão de nacionalismo, que não nos parece tão maleável quanto as configurações políticas sucessivas. O sentimento de pertencimento não parece, neste momento, ligado a uma condição de cunho necessariamente político.

Ainda com relação a este contínuo processo de transformação, que culmina na unificação da península itálica, devemos ressaltar que o projeto monárquico vencedor – ao qual fizemos referência – não foi a única aposta para a pretendida nação. Diferentes modelos – dentre os quais figurava até mesmo a República – estavam em jogo, e envolviam diferentes formas de nacionalismo, todos com seus defensores e detratores. Presente entre eles, o famoso Giuseppe Garibaldi – herói da Guerra dos Farrapos – com seus ideais próximos ao republicanismo, mas que não viriam a ter sucesso.²¹¹ Sobre isso, Bertonha comenta que

A idéia de que a Itália devia ser unificada em torno de um Estado único, liberal e moderno era muito forte em boa parte das elites italianas e cresceu de modo acentuado no decorrer do século XIX. Não havia unanimidade, contudo, na definição de como deveria ser essa Itália.²¹²

²⁰⁹ **VAPOR SULLY**, lista de passageiros. In: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

²¹⁰ **REGISTRO DE SEPULTAMENTOS**. Igreja Matriz de São José e Santa Felicidade. Livro nº 1.

²¹¹ BERTONHA, J. F. **Os italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

²¹² *Ibid.*, p. 49.

Dentre as propostas de cunho teórico, figurava o pensamento de Giuseppe Mazzini – defensor da República unificada italiana e de um nacionalismo interno, que não procurasse a conquista de outros povos – e, também, profundamente antissocialista; encontramos outro modelo nas intenções de Camilo Benso, o conde de Cavour, cujo pensamento nacionalista era relacionado aos ideais de liberalismo e progresso. Piemontês, ele pretendia que a unificação fosse em torno à casa de Savóia – o que, de fato, acabou por acontecer. Cavour defendia que o processo fosse obra de militares e de estadistas, sem contar com a participação popular; por fim, temos Giuseppe Garibaldi, destacando-se por ser oriundo de camadas baixas da sociedade itálica. Garibaldi compartilhava de alguns dos ideais de Mazzini, prezando por uma Itália republicana – ou, pelo menos, com um regime de governo escolhido pelo próprio povo.²¹³

Com a conquista da região da Lombardia em 1859, o projeto de Cavour havia, por fim, se tornado realidade. E já no ano seguinte, mais territórios acabaram sendo anexados pela casa de Savóia – sendo que poucos liberais desejavam que o sul da Itália estivesse entre eles, pois não previam vantagens econômicas na união com o *mezzogiorno*. Essa relutância muda com a participação de Garibaldi que, em 1860, conquista a porção meridional da península – com exceção de Roma –, contando com apoio popular. Contudo, ainda que envolvido no processo de conquista do sul da Itália, “o herói de dois mundos” não viria a ter, no modelo político vencedor desejado por Cavour, a almejada participação política.²¹⁴

Entretanto, mesmo unificada sob a bandeira do Reino da Sardenha – governado pelo rei Vittorio Emanuele II –, a recém-nascida monarquia italiana estava muito longe de apresentar – e ainda mais de conseguir propagar – uma coesão cultural. Desta forma, “depois de 1860, ninguém poderia duvidar da existência de um Estado italiano. Isso não poderia ser dito, contudo, dos italianos, aqui definido como um povo com características próprias e homogêneas”.²¹⁵ Data do período de unificação italiana a famosa frase: “Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos”.²¹⁶

²¹³ BERTONHA, J. F. **Os italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

²¹⁴ *Ibid.*

²¹⁵ *Ibid.*, p. 54.

²¹⁶ Massimo D’Azelio *Apud* BERTONHA, J. F. **Os italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 56.

Essa afirmação é mais um dentre vários indicativos das enormes diferenças regionais de uma península cuja ocupação – sob as mais diversas configurações políticas – remonta a centenas de milhares de anos.²¹⁷ Reinos, cidades, ducados e repúblicas, que haviam sido independentes por séculos haviam finalmente sido unidas sob um único signo, e sob o comando de um único governante – o que, conforme lembra Le Goff, não tinha precedente posterior aos romanos. Mas isso não refletia coesão em suas populações – ainda mais de maneira imediata.

Estima-se que, no ano da unificação, apenas 2,5% da população – que, à época, era de cerca de 26 milhões de pessoas – falasse o idioma italiano. Destes, a maioria era composta por intelectuais das classes superiores que prezavam por uma unidade cultural.²¹⁸ A esmagadora maioria da população – que vivia no campo como meeiros, arrendatários, ou mesmo pequenos proprietários de terras – se comunicava em seus dialetos regionais – que não eram uniformes nem mesmo dentro de uma mesma região, variando um pouco entre as várias províncias.²¹⁹ Além disso, os costumes e a hábitos alimentares também não eram uníssonos: na área Setentrional – origem da maioria dos imigrantes que se dirigiram ao sul do Brasil –, consumia-se a polenta como alimento diário, enquanto no mundo Meridional – o *Mezzogiorno*, sul da península – a população alimentava-se mais do macarrão.²²⁰ Muito embora essas pareçam observações simples e pontuais, elas são importantes sintomas de um processo muito mais complexo, tendo em vista que acabam por influenciar a imagem dos italianos no exterior, chegando a consolidar os clichês que não condizem com a verdadeira experiência das populações imigrantes – em si bastante diversificadas.

Essas profundas diferenças não são hábitos que foram abandonados pelos contingentes populacionais que deixavam a Europa, e se refletem profundamente no fluxo migratório que estamos analisando nesta dissertação. Seja no trabalho nas fazendas de café no estado de São Paulo ou na construção de colônias de povoamento e abastecimento no sul do Brasil, esses costumes vieram junto na bagagem cultural dos imigrantes, e tiveram influência na maneira como eles foram

²¹⁷ BERTONHA, J. F. **Os italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

²¹⁸ *Ibid.*

²¹⁹ Devemos ressaltar que a Itália é dividida politicamente e geograficamente em vinte regiões. Estas, por sua vez, subdividem-se em noventa e cinco províncias, e estas em cerca de oito mil *comuni*, as municipalidades italianas.

²²⁰ BERTONHA, J. F. *Op. Cit.*

percebidos pelos brasileiros e, mais do que isso, como perceberam a si mesmos, as suas próprias identidades – o que exploramos mais detalhadamente na terceira parte deste capítulo.

3.1.2 Vênetos – migrantes tradicionais

Tendo estabelecido que, principalmente no que tange o período próximo ao *Risorgimento* – a unificação –, as diversas regiões da Itália eram bastante distintas – e ainda o são, em certa maneira, tendo em vista a eterna divisão norte/sul, seu maior representante²²¹ –, lançamos um olhar mais direto ao mundo rural do Vêneto, local de origem do contingente populacional ao qual dedicamos essa dissertação, os imigrantes que deram origem a Santa Felicidade.

Região que fica a nordeste da Península, em sua porção Setentrional, o Vêneto se divide geograficamente entre áreas de montanha – como os famosos Alpes – e a planície do rio Pó.²²² Politicamente, ele é composto por sete províncias, sendo elas Belluno, Pádua, Rovigo, Treviso, Veneza, Verona e Vicenza²²³ – que se dividem em cidades: os *comuni*. Foram elas que, afetadas em maior ou menor grau pela política de desenvolvimento industrial capitalista da monarquia italiana – conforme exploramos ainda neste capítulo, ao nos determos no Grande Êxodo –, tiveram um envolvimento direto no fluxo migratório da segunda metade do século XIX. O mapa a seguir nos ajuda a vislumbrar a região em mais detalhes:

²²¹ BERTONHA, J. F. **Os italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

²²² *Ibid.*

²²³ Nomes que não são estranhos para alguém que já tenha passado algumas horas na região de Santa Felicidade. No bairro, eles podem ser vistos em placas de ruas, restaurantes, e, também no comércio dos mais variados produtos.

MAPA 2 – A REGIÃO DO VÊNETO E A SUA DIVISÃO EM PROVÍNCIAS



FONTE: https://www.ufpr.br/portalfpr/wp-content/uploads/2012/03/Provinces_of_Veneto.png

Assim como as demais regiões no restante da península, o Vêneto do oitocentos era uma área de produção primordialmente rural, onde destacavam-se as culturas da uva – para a fabricação do vinho –, do trigo e do milho – este último, necessário para a fabricação da polenta, a base da alimentação dos camponeses de então.²²⁴ Tudo era produzido em regimes de propriedade e contratos agrários bastante distintos, e com um maquinário tradicional, responsável pelo atraso em relação ao mundo rural de outros países no mesmo período.²²⁵

É justamente este atraso tecnológico um dos fatores que levaram os camponeses vênéticos a procurar trabalho em outras regiões da Europa, pelo menos desde a época moderna. Assim, eles dirigiam-se como trabalhadores temporários para os países mais ao norte do continente, encontrando ocupação, por exemplo, em

²²⁴ FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²²⁵ *Ibid.*

obras, como a construção das estradas de ferro no século XIX. Essa emigração mais tradicional, entretanto, era de caráter temporário, e não envolvia a transposição de todo o núcleo familiar, mas apenas do provedor que, em alguns meses, retornava com um pouco de dinheiro ao lar.²²⁶ Assim, para Maíra Vendrame, “o deslocamento sazonal constituía um dos pilares da economia de muitas comunidades que desenvolviam trabalhos itinerantes, representado mais que apenas um recurso para assegurar a subsistência”.²²⁷

Essa situação de emigração veria sua continuidade em meados do século XIX, especialmente após a unificação da península sob uma única coroa, vindo a formar o grande fluxo de camponeses que se dirigiam à América. Deste modo, nas palavras de Emílio Franzina,

[...] Ainda que com efeitos diferentes em cada região, não devemos esquecer a importância que teve, durante todo o período imediatamente posterior à unificação da Itália, a eliminação das propriedades coletivas, a abolição do uso comunal das terras e dos processos de drenagem [...] Poderíamos notar como todas essas indubitáveis premissas de uma transformação capitalista do campo, reivindicada pela opinião pública liberal-moderada e proprietária, só podiam ter como efeito a “expulsão” (embora o termo desagrade alguns críticos) dos trabalhadores rurais de suas seculares zonas de fixação.²²⁸

Neste ponto, é importante salientarmos também o papel dúbio das classes italianas que se encontravam, de alguma forma, envolvidas neste fenômeno, como os grandes proprietários de terra e os políticos. Por um lado, elas se mostram contrárias à emigração dos trabalhadores – chegando ao ponto de trazer de volta a *Sátira do Vilão*, agora gradativamente reinterpretada como a *Sátira do Imigrante*, a qual representava um indivíduo caricato, ingrato, vagabundo e mal-educado, pronto a abandonar o seu país na primeira oportunidade que se apresentasse.

Vemos no texto a seguir um exemplo clássico desta zombaria:

²²⁶ FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²²⁷ VENDRAME, M. I. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre, ANPUH-RS, 2016. p. 70.

²²⁸ FRANZINA, E. *Op. Cit.* p. 144. Nesta passagem, lembramos da obra de E. P. Thompson, quando o historiador inglês explora os catastróficos efeitos para as populações camponesas do mesmo fenômeno – os cercamentos – nas regiões rurais da Inglaterra, que, ainda que em temporalidades distintas, produzem fenômenos de descontentamento e empobrecimento semelhantes. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Também ao camponês que tem vontade de trabalhar nunca falta pão ou polenta [...]. Aquele que mais deseja partir para a América é o camponês que vai na adega, enquanto as terras que são confiadas a ele esperam em vão a enxada e o arado; é o ignorante e o cheio que vícios que acredita que exista no mundo um país no qual quem não tem nada encontra dinheiro para gastar estando com as mãos na cintura [...]; ao ignorante e ao preguiçoso nunca faltam os pretextos para não fazer nada. Primeiro acusam a seca de ter endurecido o terreno, depois a umidade excessiva, depois o gelo.; deviam podar uma cerca viva, um boi estava manco e mil outros pretextos e preconceitos [...]. Imaginem essa gente tão industriosa que fortuna deve fazer na América! A crassa ignorância de muitos camponeses faz com que ignorem todas as vantagens que se podem obter com as nossas terras e os faz ver, como em um sonho, um distante paraíso terrestre, no qual podem viver em abundância sem trabalhar. O fantasma da propriedade junta-se a esse sonho, tendo ouvido dizer que na América se concede gratuitamente terrenos aos emigrantes. Tornam-se, portanto, proprietários sem desembolsar nenhum dinheiro pela aquisição, nem mesmo para os carimbos do contrato! É coisa realmente maravilhosa!... basta fazer a viagem!... E eis o colono na adega, diante de um litro de vinho que aquece a sua fantasia, e vê já os campos risonhos que lhe são reservados, com suas fileiras de amoreiras e vinhas, com o cânhamo gigantesco e o trigo bem alto! [...] E certamente não lhe faltará a polenta, porque ela é muito importante. O compadre levanta o braço direito e com a mão esquerda levantando o cotovelo erguido demonstra a altura dos pães. Viva!... exclama o outro, temos motivos para estar alegres!... e pede ao dono da adega outro litro. Eis a felicidade em perspectiva, e começa-se já a vivê-la por antecipação nos pontos de encontro da adega [...] e eis o futuro emigrante totalmente bêbado! Mas, se ele pudesse ver em um quadro a verdade nua e crua...²²⁹

Essas palavras duras – que criam uma imagem diametralmente oposta àquilo que o Brasil vê nos imigrantes, os quais considera como laboriosos e moralizados – resumem bem o sentimento anti-emigrantista do período na Itália, ainda que possam também revelar um receio real em relação ao esvaziamento dos campos e da perda de mão de obra.²³⁰ A grande contradição aqui é que, ao mesmo tempo em que maldizia o pobre camponês que deixava a sua terra para trás em busca de trabalho no exterior, a classe proprietária também *dependia* deste mesmo movimento, que dava vazão à massa de trabalhadores excedentes.

Desta forma,

[...] O Vêneto é um dos poucos lugares onde as classes dirigentes, para as quais a eliminação de uma massa excedente de camponeses constituía uma necessidade inadiável (ou melhor, entre as várias medidas, a mais cômoda e lucrativa para facilitar a obtenção de seus próprios objetivos), conseguiram parecer por tanto tempo e com tanta eficácia aflitas, preocupadas, contrariadas e comovidas pelo espetáculo de uma emigração maciça e contínua de camponeses, cujo fluxo somente poderia ser freado por um

²²⁹ FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 243.

²³⁰ *Ibid.*

conjunto de escolhas políticas e econômicas diametralmente opostas ao proposto pelas próprias classes dirigentes.²³¹

As iniciativas que conteriam em si a possibilidade de manter os camponeses em seus *paesi* de origem não foram nunca sequer ofertadas pelo recém-composto governo italiano, cuja aposta e investimento foram na industrialização do país – especialmente da região norte. O fenômeno emigratório do qual falamos aqui está localizado no enclave da transição entre um modelo agrícola pré-industrial e o desenvolvimento de uma economia capitalista. Desta forma “a emigração representa um fenômeno demográfico e *econômico* [grifo nosso], caracterizado pela duplicidade dos seus fatores formativos. Há uma área de partida e uma área de destino, estímulos ‘expulsores’ e estímulos ‘atrativos’ ”.²³² A importância relativa destes fatores, ressalta Franzina, é variável, mas nos remete ao estabelecimento do capitalismo na Itália nos anos 1850.

E é com este avanço de uma economia capitalista em terras italianas – em especial na região Setentrional – que aquele modelo de emigração tradicional, cuja característica principal era a sazonalidade e que tinha como destino outros países dentro do continente europeu, transforma-se em um outro fenômeno: a emigração atlântica. Essa mudança é encabeçada pelos meeiros e pequenos proprietários, inseridos nos já citados fatores de expulsão e atração – esta última, em nosso caso, representada pelo Brasil Imperial.²³³ Entretanto, ao invés de uma quebra com a tradição, Vendrame enxerga nesta mudança a continuação das práticas ancestrais, visto que, para a historiadora, “foi esta ‘cultura da mobilidade’ que possibilitou que as rotas e caminhos transoceânicos fossem seguidos como novas oportunidades no final do século XIX”.²³⁴

No entanto, precisamos ressaltar que este fluxo migratório não se desenvolveu de maneira uniforme ao longo das décadas. Sendo assim, Franzina propõe a sua divisão em algumas fases, ainda que as entenda como arbitrárias e artificiais, como, afinal, o é qualquer sistema classificatório. A primeira delas, de acordo com o autor,

²³¹ FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 149.

²³² *Ibid.*, p. 33.

²³³ *Ibid.*

²³⁴ VENDRAME, M. I. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre, ANPUH-RS, 2016. p. 70.

compreende os anos entre 1861 e 1875 – com início no ano da unificação. Período de difícil reconstrução e carente de estatísticas oficiais, é nele que inicialmente se verifica a passagem de uma emigração tradicional para o modelo atlântico – ainda que ainda com a predominância numérica do primeiro. No caso da região vêneta, certas mudanças na agricultura, anteriores mesmo ao *Risorgimento*, já eram sentidas e fomentavam mudanças.

O segundo momento de emigração estabelecido pelo autor tem início em 1876 e vai até o ano de 1886. Ele nos é de especial interesse, visto que as famílias italianas que fundaram Santa Felicidade deixam a península no final do ano de 1877. Para essa época, ressalta Franzina, possuímos estatísticas de fluxo completas – o que é um indicador da atenção que o governo italiano estava destinando ao fenômeno. Neste período, não há, contudo, um aumento notável no número de emigrantes em relação à fase anterior. As transformações são mais de cunho qualitativo – o componente transoceânico, por exemplo, ainda que exíguo, é fundamental. Assim, “torna-se sempre mais clara a nova natureza do fluxo como um todo”.²³⁵

É neste momento que observamos uma correlação “entre as condições da agricultura, o crescimento do fenômeno migratório e as primeiras tentativas de constituir na Itália uma base industrial”.²³⁶ Dentre os problemas enfrentados pela produção agrícola neste recorte temporal, é importante ressaltarmos a crise que teve seu pior momento entre 1880 e 1887.²³⁷

O último período²³⁸ que levantamos aqui, seguindo a divisão proposta por Franzina, compreende os anos de 1887 a 1901, a *Grande Emigração*. De acordo com o autor, “a situação precedente, de mal-estar nos campos, foi-se transformando em estado de miséria endêmica, capaz de afligir então todos os trabalhadores agrícolas”.²³⁹ Neste período teve início, efetivamente, a emigração em massa – o êxodo de comunidades inteiras em direção à Gênova e ao Novo Mundo.²⁴⁰

²³⁵ FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 39.

²³⁶ *Ibid.*, p. 39.

²³⁷ *Ibid.*

²³⁸ Franzina nos apresenta ainda momentos seguintes de emigração italiana, nos quais inverte-se o eixo do fluxo, sendo a maioria dos emigrados provenientes do sul da Península com destino à América do Norte. Contudo, neste recorte afastamo-nos do tema deste estudo, então optamos por não trazer estes dados de maneira pormenorizada. *Ibid.*

²³⁹ *Ibid.*, p. 42.

²⁴⁰ *Ibid.*

O fluxo emigratório italiano continua ainda por boa parte do século XX. Entretanto, ao considerarmos que, de acordo com nossas fontes,²⁴¹ as últimas famílias provenientes da Itália estabelecem-se em Santa Felicidade entre os anos de 1890 e 1902, optamos por não avançar mais em nossa discussão acerca da situação emigrantista italiana nos anos que se seguem ao fim do grande êxodo. Podemos, desta forma – já havendo estabelecido a importância dos fatores de expulsão destes camponeses –, voltar o nosso olhar para a presença italiana no Brasil, que, em números, será bastante significativa no período imperial.

3.2 OS ITALIANOS NO BRASIL – DIFERENÇAS REGIONAIS

Damos agora atenção para o caso específico do Brasil, estudando a forma através da qual os imigrantes italianos se estabeleceram no ainda Império brasileiro, tendo como marco oficial de início de sua chegada o ano de 1875²⁴² – pouco antes da fundação de Santa Felicidade, objeto deste estudo. Exploramos em algumas linhas mais gerais o processo como um todo, identificando suas principais características, para, após isso, nos dedicarmos de maneira específica ao caso das colônias formadas nos três estados do sul do país – procurando, na sequência, desenvolver o caso paranaense de maneira mais pormenorizada.

3.2.1 Italianos no Brasil – do descobrimento ao século XIX

Vivemos na porção sul do continente chamado de América, denominado assim em homenagem ao explorador florentino Américo Vespúcio e que, de acordo com a história tradicional, foi descoberto pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, ao aportar na região caribenha no ano de 1492. Estas duas figuras históricas – tão celebradas nos livros escolares –, embora não possam ser consideradas cidadãs

²⁴¹ MARTINI, G. *Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade*. Curitiba, 1908.

²⁴² Vale lembrar que essa data deixa de fora, além da presença, ainda que numericamente pouco expressiva, de oriundos da península itálica no território brasileiro desde a colonização portuguesa, também a experiência de colonização como a da colônia Nova Itália – que não se trata do assentamento homônimo de colonos em Morretes, o qual tem profundas ligações com a formação de Santa Felicidade, mas sim de um assentamento estabelecido no que hoje é a cidade de São João Batista, em Santa Catarina, em 1836. **COLÔNIA NOVA ITÁLIA – LA VERA STORIA**. Disponível em: < <https://turismo.sjbatista.sc.gov.br>>. Acesso em: 31 jul 2021.

italianas no sentido político e moderno do termo – tendo em vista que ambos viveram quatrocentos anos antes da existência de uma Itália unificada – representam o início de um movimento mais amplo, que se estende aos nossos dias: a presença de figuras oriundas da Península Itálica no continente americano.²⁴³

A este respeito, Angelo Trento afirma que

Podemos falar de presença *italiana* [grifo nosso] no Brasil desde a época do seu descobrimento. Marinheiros e viajantes, entre os quais o próprio Américo Vespúcio, velejaram ao longo das costas da colônia portuguesa durante os primeiros decênios do século XVI, mas não era raro encontrar também refugiados políticos que fixaram residência [...].²⁴⁴

Refletindo acerca das palavras do historiador, consideramos necessário ressaltar que o termo *italianos*, neste momento, refere-se, conforme já indicamos, a uma procedência geográfica em detrimento à pertença a uma unidade nacional, tendo em vista as diferentes configurações políticas que compunham a península até meados do século XIX, conforme explorado no tópico anterior. Além disso, a presença destes indivíduos no Brasil, entre os séculos XVI e XVII, é numericamente insignificante, e limitada às classes altas.²⁴⁵

Este panorama começa a se transformar apenas no início do século XIX, período em que “encontramos no Rio de Janeiro um modesto grupo que vive do trabalho manual (homens do mar, vendedores ambulantes, caldeireiros, alfaiates, sapateiros), do pequeno comércio ou que exerce profissões liberais (médicos, músicos, etc)”.²⁴⁶ É interessante notarmos também como, neste momento, os imigrantes estão inseridos em um contexto de profissões urbanas, o que é diametralmente oposto aos dois tipos de trabalho para os quais as novas levas serão direcionadas no país após os anos de 1870: as lavouras de café em São Paulo, e a instalação das colônias do povoamento nos estados sulinos.

²⁴³ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

²⁴⁴ *Ibid.*, p.15.

²⁴⁵ *Ibid.*

²⁴⁶ TRENTO, A. *Op. Cit.* p. 16. Neste ponto, devemos salientar que o empresário responsável pelo desenvolvimento da colônia Alexandra, Sabino Tripoti – em contrato com o governo do Paraná –, tratava-se também de um italiano que havia procurado refúgio no Brasil para fugir de uma condenação em sua terra natal. Exploramos em detalhes a história do fracasso desta colônia e sua relação com o estabelecimento dos imigrantes italianos nos arredores de Curitiba no final deste capítulo.

A este número pouco expressivo de italianos no meio urbano, se somaram outros, a partir de 1820, fruto, desta vez, de uma emigração de caráter político²⁴⁷ – seja ela espontânea ou forçada. Dentre as figuras que chegam ao país após essa data, destacamos aqui a presença de Giuseppe Garibaldi, que se estabeleceu no Rio de Janeiro no ano de 1836, acabando por envolver-se, após isso, na Guerra dos Farrapos e, posteriormente, ao retornar à Itália, no movimento de unificação da península, conforme já exploramos.

Contudo, é necessário destacarmos mais uma vez que este número de sujeitos é muito baixo, principalmente se comparado ao grande fluxo de imigrantes italianos que percebemos chegando ao país na segunda metade do século XIX. Então é seguro indicarmos que, até essa data, “a experiência ‘italiana’ da maioria dos brasileiros era extremamente limitada, assim como a experiência ‘brasileira’ dos italianos”.²⁴⁸ Esta situação se transforma de maneira drástica entre as décadas de 1870 e 1880, quando da chegada de grandes cifras de imigrantes, que giram em torno de um milhão de indivíduos.²⁴⁹ Boa parte deles tem como destino, sobretudo, os estados de São Paulo e do sul do Brasil – destes, em especial, o Rio Grande do Sul –, mas que deixa traços também em várias outras regiões – como exploramos nas linhas anteriores, no Rio de Janeiro e, até mesmo, como veremos a seguir, também em outros pontos do território nacional.

Sobre essa transformação, para Chiara Vangelista,

O nascimento de mecanismos reguladores da demanda e da oferta de força de trabalho está estritamente ligado a três importantes acontecimentos situados, *grosso modo*, por volta do século passado [século XIX] que transformam profundamente a realidade econômica brasileira: a inserção da região centro-sul no mercado mundial; a crise do sistema escravista; o nascer do movimento migratório transcontinental.²⁵⁰

²⁴⁷ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

²⁴⁸ BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RR: Educs, 2018. p. 69

²⁴⁹ *Ibid.*

²⁵⁰ VANGELISTA, C. **Os Braços da lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)**. Tradução: Thei e Almeida e Viana Bertorello. Editora Hucitec, Instituto Italiano di Cultura - Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro: São Paulo, 1991. p. 17.

Desta forma, assim como a expulsão dos fluxos emigratórios setentrionais é impulsionada pela entrada da Itália no mundo capitalista, temos a sua contrapartida no Brasil, o qual busca braços para a lavoura. Contudo, mesmo que consideremos o declínio da escravidão, sabemos que ainda havia um contingente de nacionais brasileiros livres que poderia suprir, pelo menos em parte, esta demanda. A este respeito, de acordo com Vangelista,

[...] por um lado, afirma-se que o lavrador nacional não pode resolver o problema da produção para a exportação porque não é suficiente do ponto de vista numérico – fenômeno este que pode ser ligado à dificuldade de deslocamentos; por outro lado existem fortes obstáculos de caráter racial: o trabalhador nacional – diz-se – não se adapta ao trabalho em plantação. A impossibilidade de empregar essa mão-de-obra reside nas suas escassas disposições para o trabalho, em uma atávica indolência, na falta de lealdade em relação ao patrão.²⁵¹

Guardadas as devidas proporções, este discurso defendido pelas classes dominantes no Brasil nos lembra, de certa forma, a sátira do imigrante, na qual o camponês italiano é retratado pela elite econômica de seu país como pouco afeito ao trabalho. Seja como for, a resposta do Brasil, em concordância com a citação acima, é, a longo prazo, clara: incentivar a imigração europeia. De acordo com João Fábio Bertonha, deste processo resulta que

Nos últimos 150 anos, mais ou menos um milhão e meio de oriundos da Península Itálica se estabeleceram no território brasileiro. O processo de transferência populacional, contudo, não foi homogêneo ou concentrado num período de tempo limitado. Desta forma, as várias ondas de indivíduos que se transferiram para o Brasil saíram de Itálias diferentes e chegaram a Brasis diferentes.²⁵²

Tendo estabelecido essas linhas gerais acerca do longo processo de e/imigração, podemos procurar entender como ele se deu na prática. Desta forma, em nosso próximo item lançamos nosso olhar para estes contingentes populacionais que se instalaram nas diversas regiões do país.

²⁵¹ VANGELISTA, C. **Os Braços da lavoura**: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). Tradução: Thei e Almeida e Viana Bertorello. Editora Hucitec, Instituto Italiano di Cultura - Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro: São Paulo, 1991. p. 45.

²⁵² BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018. p. 69.

3.2.2 Italianos no Brasil – Sudeste, Centro e Norte

Ao tratarmos do processo de imigração italiana que se dá, de maneira massiva, na segunda metade do século XIX, no Brasil – mais especificamente no final do século, se pensarmos no movimento da Grande Emigração –, estamos acostumados a nos referir a apenas duas regiões distintas: São Paulo e os estados do Sul, ambos com modelos distintos de organização de trabalho e acesso à terra pelos colonos italianos. Contudo, conforme ressalta Trento, é importante percebermos que houve a presença – ainda que numericamente tímida – de italianos também em outras regiões do país.²⁵³ Longe de procurarmos estabelecer um estudo comparativo – que seria, no muito, tangencial ao tema deste estudo – acreditamos que explorar, de forma abrangente, algumas destas outras tentativas de estabelecimento de italianos no território nacional, nos seja positivo no que tange perceber como os discursos acerca das identidades se constroem e se consolidam mais em algumas regiões e não em outras – o que nos leva a questionar também os motivos deste fenômeno.

Assim, afirma Trento, “o sistema de colônias agrícolas, que teve sua expressão máxima no Sul, foi tentado grosso modo por todo o Brasil”.²⁵⁴ De acordo com o historiador italiano, podemos citar o caso do Espírito Santo. Em 11 de janeiro de 2018, foi sancionada a lei número 13.617, a qual, logo em seu primeiro artigo “Institui no calendário oficial brasileiro o dia 26 de junho como a Data do Reconhecimento do Município de Santa Teresa, no estado do Espírito Santo, como *Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil* [grifo nosso]”.²⁵⁵

É emblemático constataremos que – embora possa ser considerada uma decisão arbitrária e não desprovida de conflitos políticos²⁵⁶ – a lei reconhece o pioneirismo de um estado que não se trata de São Paulo ou do Rio Grande do Sul no estabelecimento de colonos italianos, com sua chegada ainda no ano de 1874 –

²⁵³ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 98.

²⁵⁵ **BRASIL**. Presidência da República – Secretaria Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.617 de 11 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 28 jul 2021. Sem paginação.

²⁵⁶ Devemos lembrar do caso da colônia Nova Itália instaurada em SC, no ano de 1836, conforme já comentamos anteriormente.

provenientes de contrato com a iniciativa privada.²⁵⁷ Trento não deixa o estado de fora de sua análise, e nos apresenta o Espírito Santo como uma das primeiras metas de imigração italiana.

Contudo, comenta o historiador:

Embora as condições oferecidas fossem iguais às dos estados sulinos, a emigração desertou dessas áreas, seja pela falta quase total de comunicações, seja porque quem resolvia se dirigir para os núcleos coloniais optava pelo sul do Brasil, onde as condições climáticas e de cultivo eram iguais às italianas, enquanto quem veio para se empregar nas fazendas de café se dirigiu para o Estado de São Paulo.²⁵⁸

Já a presença de italianos em Minas Gerais foi significativamente mais numerosa. Para Trento, a região se configurava como a terceira área de importância, superada apenas em São Paulo e pelo sul do Brasil.²⁵⁹ Embora as tentativas iniciais de atração por volta de 1850 também houvessem fracassado no estado, no final da década de 1880 a necessidade de mão de obra para as fazendas era um imperativo, e a imigração subvencionada foi a responsável por atrair os trabalhadores – ainda que essa fosse diferente do modelo paulista, visto que em Minas Gerais os imigrantes tinham que reembolsar parte do valor das passagens, e que os fazendeiros também precisavam contribuir com a soma. Um novo modelo – que fosse competitivo em relação ao paulista –, no qual o governo se encarregava destes valores, teve de ser estabelecido já no final do século. Mas ele também não viria a solucionar os outros problemas dos colonos, como a dependência em relação aos patrões, a monocultura, a falta de acesso aos mercados consumidores, entre outros, que contribuíram para dar um matiz negativo à experiência dos imigrantes no estado.²⁶⁰

Até mesmo os estados do Centro e do Norte do país contaram com a presença de italianos, os quais procuraram atrair, através de campanhas que enalteciam os locais como meta ideal para a imigração. Trento comenta que as tentativas que foram, de fato, levadas a cabo, acabaram por ser desastrosas. Para o autor, “contra os

²⁵⁷ Jória Motta Scolforo: Arquivo Público do Espírito Santo - **Lei Federal referenda Santa Tereza como a primeira cidade fundada por italianos no Brasil**. In: Disponível em: <<https://ape.es.gov.br>>. Acesso em 10 set. 2021.

²⁵⁸ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p. 99.

²⁵⁹ *Ibid.*

²⁶⁰ *Ibid.*

estados do norte depunham a pobreza das verbas locais e as objetivas dificuldades de aclimação que o imigrante encontrava, também no plano dos cultivos”.²⁶¹ A imigração para estes estados acabou sendo marcada pela espontaneidade, temporaneidade, pelo caráter urbano e inconsistente, ainda que, durante o ciclo da borracha, a situação fosse mais favorável devido à vultuosidade da empreitada.²⁶²

Entretanto, essas tentativas de estabelecimento de colonos italianos por boa parte do território nacional acabaram por ser eclipsadas, também na historiografia, pelos enormes contingentes de trabalhadores que deixaram a península em direção ao estado de São Paulo. Sobre estes trabalhadores, faremos uma rápida explanação em nosso próximo tópico.

3.2.3 Italianos em São Paulo

Não é nosso interesse nesta pesquisa realizar uma análise ampla em relação a todos os italianos que emigraram para o território brasileiro durante o século XIX. Contudo, para fins de estabelecer um panorama geral – que serve, também, como uma espécie de contraponto comparativo com nosso objeto, imigrantes de uma colônia de povoamento – julgamos necessário explorar as linhas gerais dos modelos alternativos de implantação destes contingentes populacionais no país. Assim, precisamos falar de São Paulo que, numericamente, é o destino privilegiado dos italianos que deixam o velho mundo em busca de trabalho na América.²⁶³ Para termos uma ideia da magnitude desse movimento, precisamos saber que

Os pioneiros são cinco indivíduos que as estatísticas registram em 1874. Após essa data, as entradas se mantêm numa média de 1.750 pessoas por ano, até 1886 [grifo nosso]; a partir do ano seguinte, começará o fluxo em massa, que elevará a cifra da imigração italiana em São Paulo para 1.078.437 até 1920.²⁶⁴

²⁶¹ A parte final dessa citação é interessante também para pensarmos o caso de Santa Felicidade – que começa com a Colônia Nova Itália em Morretes, local de clima bastante diferente do primeiro planalto do Paraná – o qual exploramos em nosso próximo capítulo. TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p. 104.

²⁶² *Ibid.*

²⁶³ *Ibid.*

²⁶⁴ *Ibid.* p. 107.

Conforme percebemos com esta citação, a data que estabelece uma clivagem bastante clara no número de imigrantes é a passagem de 1886 para 1887. Já exploramos neste capítulo as razões deste êxodo de italianos no início do período que Emílio Franzina chama de Grande Emigração. Porém, cabe salientar aqui que nosso objetivo de estudo, a colônia Santa Felicidade, é construída ainda neste primeiro momento do fluxo, e não se relaciona diretamente a este contingente populacional que se coloca em movimento no período posterior – pelo menos, não em seus primeiros anos.

A mais fundamental diferença entre São Paulo e os estados do sul, no que tange ao estilo de imigração, é o seu propósito. Os fazendeiros paulistas procuravam, sobretudo, mão de obra para as fazendas de café, produto predominante da economia do estado – beneficiado grandemente pelo desenvolvimento de ferrovias durante todo o século XIX. Isso se confirma quando Trento afirma que “os municípios onde se mais se fez sentir a presença dos italianos foram os situados na zona de fronteira da expansão do café”.²⁶⁵

Embora se configurassem como a esmagadora maioria, estas cidades cafeicultoras não contavam somente com os italianos trabalhadores das fazendas. Havia em São Paulo o estabelecimento concomitante de núcleos coloniais – aos moldes do que se fazia no sul –, porém numericamente inferior aos outros estados e apresentando resultados escassos. Vizinhas das zonas de expansão do café, essas colônias não possibilitavam a venda de produtos, tendo em vista que as plantações eram autossuficientes – desenvolvimento em direção diametralmente oposta às colônias sulinas, como o exemplo do cinturão verde formado pelos colonos europeus no entorno de Curitiba, que tinha por finalidade abastecer a cidade de produtos agrícolas.²⁶⁶

Essa valorização díspar dos trabalhadores das fazendas em detrimento aos colonos em São Paulo fica mais clara quando Trento comenta sobre a ciência das autoridades em relação às dificuldades enfrentadas pelos imigrantes italianos. Para ele, “Tudo isso, aliás, estava bem claro para as autoridades, para as quais a fundação de colônias parecia constituir apenas uma obrigação formal, levada adiante de má

²⁶⁵ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p. 108.

²⁶⁶ *Ibid.*

vontade.”²⁶⁷ Ainda neste tema, de acordo com as ideias de Chiara Vangelista, “A colonização pública [em São Paulo] não atrai um grande número de trabalhadores e permanecerá sempre um centro de atração marginal de força de trabalho em relação ao setor dinâmico da economia”.²⁶⁸ E, com relação à alocação dos trabalhadores que se dirigiam às fazendas, podemos dizer que

A favor do destino para as plantações agia ainda a perfeita organização da Sociedade Promotora de Imigração, que foi praticamente a única companhia com que o governo estipulou contratos para a introdução de emigrantes até que foi fechada. O estado de São Paulo pagava 75.000 réis por adulto, a metade pelos meninos de 7 a 12 anos e 1/4 pelas crianças de 3 a 7. A mesma quantia podia ser conseguida para quem chegasse sem a viagem paga, mas só sessenta dias da entrada na hospedaria, para evitar que, uma vez obtido o reembolso, a pessoa se dedicasse a atividades outras que não a agricultura.²⁶⁹

De maneira simples, o que acontecia na chegada era que os italianos, uma vez desembarcados no porto de Santos, pegavam o trem para São Paulo, onde eram alojados na Hospedaria dos Imigrantes, aguardando os fazendeiros com os quais firmariam contratos. Concluído o acordo, partiam de trem até à fazenda onde se estabeleceriam – viagem custeada pelo Governo de São Paulo. Para Angelo Trento, “a plantação era um mundo fechado, auto-suficiente, impenetrável, no qual nem o envio nem o recebimento de uma carta eram permitidos sem a autorização do dono”.²⁷⁰

O isolamento das fazendas afetava também o acesso à saúde, à educação e, até mesmo, à vida religiosa. Os imigrantes dependiam, então, de padres distantes para batizados, matrimônios e funerais. Assim, surgiam reações individuais, como fugas das fazendas e pedidos de repatriação. Ações de protesto coletivas e organizadas contra as condições de trabalho eram dificultadas pelo grande fluxo de mão de obra disponível ao fazendeiro, assim como o isolamento das fazendas e, por fim, o elemento que consideramos mais relevante para nossa pesquisa, as diferenças

²⁶⁷ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p.108.

²⁶⁸ VANGELISTA, C. **Os Braços da lavoura**: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). Tradução: Thei e Almeida e Viana Bertorello. Editora Hucitec, Instituto Italiano di Cultura - Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro: São Paulo, 1991. p. 53.

²⁶⁹ TRENTO, A. *Op. Cit.*, p.110.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 111.

nacionais e sobretudo *regionais* dos trabalhadores em uma mesma plantação. A fala em diferentes dialetos – nem sempre tão inteligíveis entre si – e animosidades regionais trazidas do velho mundo dificultaram a coesão e organização destas populações imigrantes.²⁷¹ No sul do Brasil, por outro lado, a situação era bastante diferente.

3.2.4 As colônias do Sul

“O sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e, sobretudo, Rio Grande do Sul – representou a saída privilegiada, se não a única, para a primeira imigração italiana, até o grande êxodo em massa iniciado em 1887”.²⁷² Lembramos novamente que a construção de Santa Felicidade se encaixa, primordialmente, neste primeiro ciclo que se inicia formalmente em 1875 e vai até o grande êxodo – que é composto por emigrantes de maioria veneta. A historiografia e, sobretudo, os estudos regionais dedicados ao fenômeno imigratório, tendem a privilegiar as pesquisas em relação ao Rio Grande do Sul no que tange o estabelecimento de italianos na região sulina. Contudo, devemos ressaltar a presença significativa deles nos dois outros estados e, em especial, no Paraná, onde se encontra nosso objeto de estudo.

Ao procurar fornecer explicações para o sentido deste fluxo emigratório, mais especificamente sobre os fatores de atração representados pelo Brasil – visto que já exploramos os dados relativos à expulsão dos italianos da península no início deste capítulo –, Trento afirma que

O governo imperial brasileiro sentia a necessidade de povoar o imenso território, ainda em grande parte virgem, e, em particular, as províncias do Sul, não só para incrementar a renda nacional, mas por razões de caráter político-militar, pois se tratava de áreas de fronteira e, portanto, sujeitas a influências e pressões de países limítrofes, como Uruguai e Argentina.²⁷³

Ao refletirmos sobre as palavras de Trento, percebemos a necessidade de ressaltar dois pontos, talvez um tanto controversos. Em primeiro lugar, consideramos

²⁷¹ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

²⁷² *Ibid.*, p. 77.

²⁷³ *Ibid.*, p. 77.

que o discurso de lugar-comum concernente ao que acabava configurando-se como “vazio demográfico” deve ser relativizado, uma vez que a tese, já problematizada pela historiografia, abre espaço para a exclusão dos povos nativos e população negra do processo de construção histórica do sul e da identidade sulina. Percebemos a ocorrência deste fenômeno de apagamento de maneira clara, conforme comenta Fernanda Maranhão, se referindo aos objetivos da intelectualidade paranaense dos anos 1930-1950:

(...) O olhar dos historiadores, políticos e intelectuais voltava-se para o **Homem Paranaense, brasileiro, branco**, descendente de imigrantes europeus. Grandes sínteses falam do Paraná como sendo “Um Brasil Diferente”, onde todas as raças adaptaram-se e contribuíram para o seu crescimento. Um Paraná idealizado, diferente das outras regiões do Brasil, onde a influência da colonização portuguesa e das culturas africana e indígena seria quase inexistente (...).²⁷⁴

Ainda nesta questão, lançando novamente um olhar para a narrativa das elites econômicas no estado do Paraná, Sérgio Nadalin e Maria Luiza Andreazza explicitam que

O exame dos discursos oficiais permite afirmar que havia uma preocupação populacional, ao menos implícita, na “colonização”. De fato, a elite brasileira como um todo supunha que a presença estrangeira e os descendentes que pudessem gerar constituíam importante fator para o povoamento do território e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da agricultura. Igualmente, deveriam contribuir para a construção de obras públicas; enfim, para o desenvolvimento da economia.²⁷⁵

Não pretendemos colocar em questão o fato que, de um ponto de vista estritamente demográfico, o sul do Brasil no final do século XIX estava longe de ter uma população que pudesse ser considerada numerosa, e que esta foi influenciada em grande parte pela chegada dos diversos contingentes de imigrantes europeus ao longo de décadas. Mas devemos procurar evitar que tal conclusão venha a contribuir com a perpetuação destes processos de apagamento de outras culturas, conforme percebemos nas palavras emprestadas da antropóloga curitibana – algo que

²⁷⁴ MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba, SAMP: 2014. p. 39.

²⁷⁵ ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. O Cenário da Colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 11(1): 67-87, jan/jun, 1994. p. 66.

exploramos com mais detalhes no próximo capítulo desta dissertação, ao tratarmos das nossas fontes mais minuciosamente.

O segundo ponto que pretendemos ressaltar na fala de Angelo Trento refere-se à ocupação das áreas limítrofes. No caso paranaense, sabemos que os imigrantes italianos acabam sendo direcionados, inicialmente, para colônias que se localizavam no litoral ou, no máximo, na região serrana do estado – como Morretes e Antonina. Após o fracasso de tais empreendimentos – fruto de diversas questões a serem exploradas por nós na sequência –, temos exemplos de contingentes que se dirigiram ao primeiro planalto do Paraná, estabelecendo-se nas regiões ao entorno de Curitiba, capital do estado. Este não é o caso apenas de Santa Felicidade, mas de diversas outras colônias de povoamento, como Ferraria, Água Verde, Colombo – apenas para citarmos poucos exemplos.

Este interesse pela colonização, por parte do governo imperial, se dá muito antes da chegada dos italianos no sul do país. Ele já é expresso em 1848, com a promulgação da lei nº 514 em 28 de outubro daquele ano. Dentre seus diversos artigos que versam sobre variados temas, nos é interessante o de número 16, no qual vemos que

A cada huma das Provincias do Imperio ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas á colonisação, e não poderão ser roteadas por braços escravos.²⁷⁶

A este esforço, veio somar a mais conhecida lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 – que ficou conhecida como Lei de Terras. O texto – que desta vez trata exclusivamente da propriedade destes lotes,

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas concedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara.²⁷⁷

²⁷⁶ **BRASIL.** Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-514-28-outubro>>. Acesso em 21 ago 2021. Sem paginação

²⁷⁷ **BRASIL.** Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em 21 ago 2021. Sem paginação.

As duas leis mencionam em seus respectivos textos o interesse na imigração estrangeira por parte do Estado – que, conforme percebemos, acabou por ser dominada por imigrantes europeus. Com relação a este pioneirismo, comenta Trento,

nos primeiros tempos o que prevaleceu foi a iniciativa privada, subsidiada pelo governo central, o qual não tinha nem as possibilidades financeiras para realizar sozinho um projeto de tal envergadura nem pessoal administrativo suficiente para deslocar pelo território.²⁷⁸

A grande maioria destas iniciativas, fossem elas de cunho privado ou público – estas últimas sendo a minoria – acabou por fracassar, com o desaparecimento total das colônias estabelecidas. Os únicos exemplos de assentamentos deste período que obtiveram êxito estão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e eram de população alemã.²⁷⁹

Esta situação faz com que o Governo Imperial passe a incentivar a vinda de imigrantes através de legislação *ad hoc*. Desta forma, a primeira lei relativa ao tema surge em janeiro de 1867, a qual “aprova o regulamento para as colônias do Estado”.²⁸⁰ Nela, lemos que

Attendendo á conveniencia de regular e uniformizar a criação e o regimen das colônias do Estado, dando-lhes apropriada administração, e garantindo o bem estar e a sorte futura de seus habitantes, e tendo ouvido a Secção do Conselho de Estado dos Negocios do Império, Hei por bem decretar que se observe o regulamento [...] que assim o tenha entendido e faça executar.²⁸¹

Ao decreto citado acima, seguiram-se outros em 1876, 1890, e 1891, porém ele se manteve sem muitas alterações até o fim desta política de incentivo, no ano de 1914.²⁸² Em seu texto estabelecem-se os direitos, as obrigações e as contrapartidas entre o governo e os imigrantes, que incluem: o transporte do porto do Rio de Janeiro

²⁷⁸ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p.77.

²⁷⁹ *Ibid.*

²⁸⁰ **BRASIL**. Decreto nº 3784, de 19 de janeiro de 1867. Aprove o Regulamento para as Colônias do Estado. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/402161/publicacao/15630464>>. Acesso em 21 ago 2021. Sem paginação.

²⁸¹ *Ibid.* Sem paginação.

²⁸² TRENTO, A. *Op. Cit.*

até a colônia – mas não a passagem da viagem atlântica; a atribuição de lotes a famílias, mas não aos indivíduos que estivessem desacompanhados²⁸³ – ainda uma outra diferença entre a imigração tradicional/ sazonal europeia e a atlântica, na qual o chefe de família, via de regra, se transferia ao destino sozinho; auxílio referente à moradia, assim como plantas, sementes e utensílios de trabalho – a serem reembolsados; certo valor em dinheiro como regalia; e oferta de trabalho em obras públicas garantida nos primeiros seis meses, para garantir a subsistência até que colheitas fossem possíveis.²⁸⁴

Esta ação direta do Governo Imperial se dava por meio do trabalho de Agentes de Imigração, responsáveis por promover o Brasil na Itália, e que vendiam uma ideia muitas vezes fantasiosa em relação ao país de destino. Contudo, não podemos pensar que estes camponeses aceitavam passivamente a imposição da condição de imigração. Maíra Ines Vendrame comenta que eles eram “sujeitos ativos que agiram segundo lógicas próprias de ação”,²⁸⁵ cujo ato de migrar era, conforme comentamos, uma manifestação tradicional.

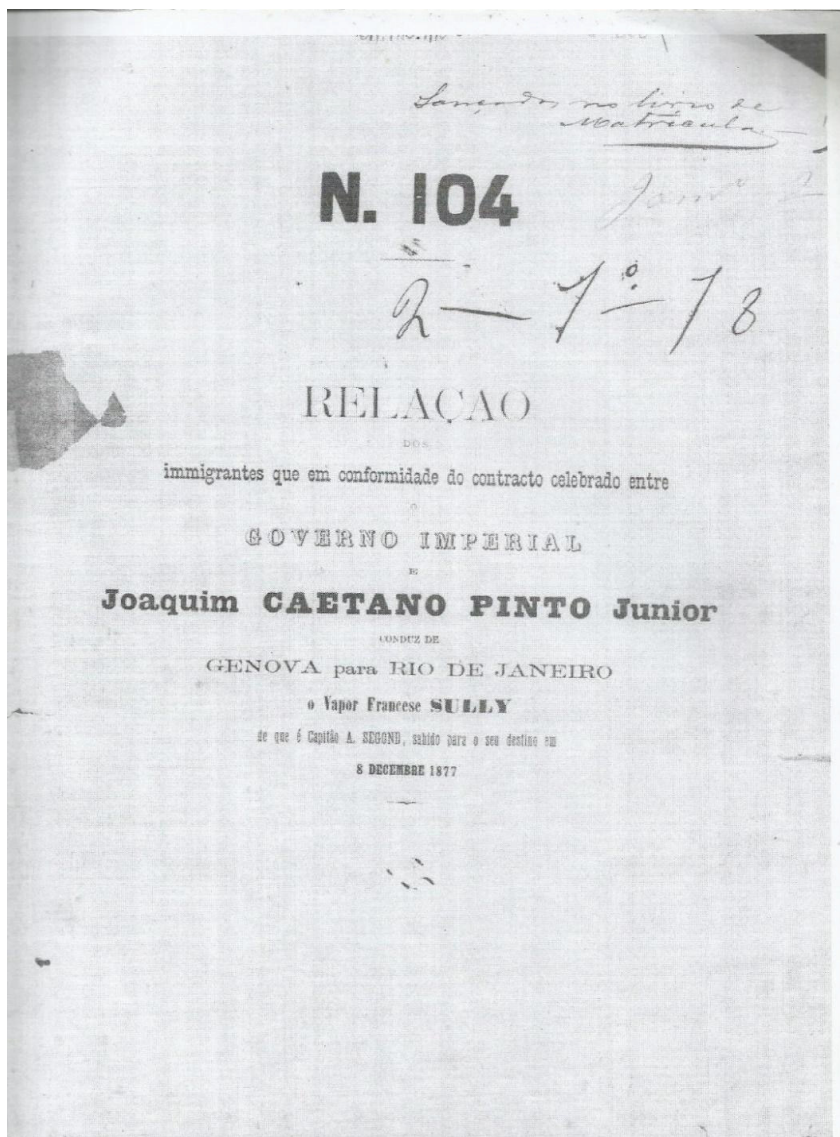
Exemplo dessa relação entre o fluxo migratório e os agentes pode ser observado na imagem a seguir:

²⁸³ Este é outro ponto de bastante interesse, visto que, para Emílio Franzina, a emigração vêneta em direção ao sul do Brasil tem o caráter permanente, e inclui o traslado de toda a família – estendida, em alguns casos –, enquanto a emigração tradicional que ocorria na Itália desde antes do *Risorgimento* era de caráter sazonal e individual. Vale citarmos também que, quando o fluxo da emigração se inverte, e são os italianos do sul que saem em direção à América do Norte, a vida urbana destes favorece o envio de remessas em dinheiro para suas famílias na Itália. FRANZINA, E. *Op. Cit.*

²⁸⁴ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

²⁸⁵ VENDRAME, M. I. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre, ANPUH-RS, 2016. p. 69.

FIGURA 1 – Capa da lista de passageiros do Navio Sully



FONTE: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Esta imagem²⁸⁶ se trata da capa da lista de passageiros do navio Sully, que deixou Gênova em direção ao Brasil em dezembro de 1877, chegando ao porto do Rio de Janeiro no dia 02 de Janeiro do ano seguinte, conforme percebemos descrito na imagem. O documento configura-se como um bom exemplo da relação entre o governo imperial e a iniciativa privada – neste caso, representada pela pessoa de

²⁸⁶ A nossa escolha em utilizar essa imagem em detrimento das outras milhares de páginas de listas de passageiros dos vapores italianos preservadas no Arquivo Nacional não é ao acaso. Essa viagem do navio Sully – tratado em nossas fontes como *Sulis* – é, de acordo com o mito acerca de Santa Felicidade, o momento em que as famílias que futuramente fundariam a colônia chegam ao Brasil. O quanto essa ideia se sustenta em uma análise comparativa é algo que procuraremos responder em nosso próximo capítulo.

Joaquim Caetano Pinto Junior²⁸⁷ –, responsável pela captação dos imigrantes. Essa prática, que outorgava a empresários particulares a tarefa de atrair os trabalhadores estrangeiros – e que se dava na forma de promessas e descrições que, nem sempre, eram condizentes com a realidade – foi regulamentada pelo decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, no qual lemos que

I Joaquim Caetano Pinto Junior obriga-se, por si ou por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (excepto na Província do Rio Grande do Sul) dentro do prazo de 10 annos 100.000 immigrants Allemães, Austriacos, Suissos, *Italianos do norte* [grifo nosso], Bascos, Belgas, Suecos, Dinamarquezes e Francezes, agricultores, sadios, laboriosos e moralisados, nunca menores de dous annos, nem maiores de 45, salvo se forem chefes de familia. Desses immigrants, 20 por cento poderão pertencer a outras profissões.²⁸⁸

Um dos pontos que mais nos chama a atenção no texto é o de que, diferentemente do que acontece com a quase totalidade das nacionalidades aqui citadas, apenas com os italianos ocorre a especificação de que se procura os indivíduos de determinada região do país – neste caso, o norte da península. Percebemos aqui que a divisão geográfica e cultural da península Itálica – que exploramos no início desse capítulo – apresenta resultados práticos bastante definidos no tocante ao fluxo migratório, como a exigência legal de que os imigrantes que chegassem ao Brasil fossem oriundos da região setentrional – sob pena de expatriação dos indivíduos que não cumprissem os pré-requisitos, inclusive às custas do próprio contratante.²⁸⁹

Além disso, entre os diversos pontos de nosso interesse contidos no texto do decreto – que tange às obrigações de Pinto Junior bem como as do governo imperial –, acreditamos que dois deles sejam mais relevantes tendo em vista nosso objeto de pesquisa. Desta forma, nas cláusulas IX e X, lemos, respetivamente, que:

²⁸⁷ O contrato com Joaquim Caetano Pinto Junior, conforme percebemos pelo extenso levantamento documental efetuado por Jussara Nena Cavanha, não foi o único firmado entre o Governo Imperial e a iniciativa privada. Contudo, colocamos ênfase nesse agente porque é em seu nome que os passageiros do Navio Sully – que transportou parte das famílias que se estabeleceriam na colônia Nova Itália e, posteriormente, em Santa Felicidade – embarcam em direção ao Brasil. CAVANHA, J. N. **Colônia Alessandra**. Curitiba: Progressiva, 2012.

²⁸⁸ **BRASIL**. Decreto n. 5.663, de 17 de junho de 1874. Autoriza a celebração do contracto com Joaquim Caetano Pinto Junior para importar no Imperio 1000.000 immigrants europeus. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5663-17-junho-1874>>. Acesso em: 20 ago 2021. Sem paginação.

²⁸⁹ *Ibid.*

IX Os imigrantes terão plena e completa liberdade de se estabelecerem como agricultores nas colônias ou em terras do Estado, que escolherem para sua residência, em colônias ou terras das Províncias, ou de particulares; assim como de se empregarem nas cidades, villas ou povoações.

X Os imigrantes virão espontaneamente, sem compromisso nem contracto algum, e por isso nenhuma reclamação poderão fazer ao Governo, tendo apenas direito aos favores estabelecidos nas presentes clausulas, do que ficarão plenamente scientes.²⁹⁰

Estas duas cláusulas do decreto de 1874 nos fornecem um arcabouço legal relevante para que possamos compreender como um grupo de famílias descontentes com a situação da colônia Nova Itália – localizada no litoral paranaense, como veremos adiante – estava legalmente amparado para que deixasse o assentamento no qual haviam sido alocados. Em 1878, o grupo partiu serra acima em busca das terras do primeiro planalto do Paraná, onde, eventualmente, os italianos acabariam por estabelecer a sua nova colônia, Santa Felicidade, distante oito quilômetros do centro de Curitiba.

Em todo o caso, concomitantemente às colônias criadas pelo governo central e pelas administrações provinciais, continuava a existir a presença de assentamentos cuja origem era particular. Mas, conforme menciona Trento, “apesar dos esforços financeiros do governo, seja diretamente, seja estimulando a iniciativa privada, poucos núcleos tiveram êxito”.²⁹¹ A situação se transformaria em meados da década de 1870 com a deterioração das condições de vida dos camponeses vênnetos – já explorada anteriormente ao tratarmos da situação dos campos italianos no período posterior à unificação da Itália.

A necessidade crescente dos italianos do norte em procurarem terras no além-mar vinha, também, a resolver mais uma questão que, no entendimento do governo brasileiro, tornava-se cada vez mais problemática: “a progressiva germanização”²⁹²

²⁹⁰ **BRASIL.** Decreto n. 5.663, de 17 de junho de 1874. Autoriza a celebração do contracto com Joaquim Caetano Pinto Junior para importar no Imperio 1000.000 imigrantes europeus. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5663-17-junho-1874>>. Acesso em: 20 ago 2021.

²⁹¹ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p.79.

²⁹² Devemos lembrar que, como já mencionado, as primeiras iniciativas de atração de imigrantes tinham sido apenas em parte bem-sucedidas quando tratava-se dos alemães no sul do Brasil, ainda na primeira metade do século XIX.

das províncias sulinas devido à organização das colônias alemãs e à sua total impermeabilidade em relação à população local e ao Brasil em geral”.²⁹³

Essas oportunidades que se encontravam ao alcance dos imigrantes italianos no sul do Brasil – em oposição, devido a um sem-número de fatores já explorados, à experiência que tinham vivenciado em suas aldeias na Europa – não passaram despercebidas para eles.

Então,

De fato, mesmo que através da abertura de novos cultivos em terras virgens, a região [sul] oferecia a esse emigrante a possibilidade de tornar-se, em poucos anos, dono de um sítio de dimensões em média bem maiores do que ele tinha tido na pátria (...) Sem dúvida, para a escolha do destino final contribuía as notícias sobre o clima das regiões do sul do Brasil, suficientemente semelhante ao italiano e capaz de assegurar o cultivo de produtos os quais o emigrante estava acostumado e sobre os quais tinha uma bagagem mínima de conhecimento.²⁹⁴

Tratavam-se de imigrantes vênnetos, em sua grande maioria – ainda que o fluxo contasse com um número também significativo de lombardos²⁹⁵ – que se dirigiam à Região Sul do Brasil. E os núcleos regionais que se formaram são também mais um testemunho dessa prevalência regional, trazendo nomes como Nova Belluno, Nova Bassano, Nova Vicenza, entre vários outros, localizados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, refletindo os topônimos de origem vêneta.²⁹⁶ Nos debruçando de maneira específica sobre o caso do Paraná, sabemos que os imigrantes provenientes da região do Vêneto compõe 90% do total de italianos no início deste movimento migratório, chegando depois aos 70%, uma porcentagem total ainda bastante expressiva.

Nas palavras de Trento, “a verdadeira colonização italiana começa em 1875 e, em termos numéricos, diz respeito sobretudo ao Rio Grande do Sul”.²⁹⁷ Ela foi

²⁹³ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p.79.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 80.

²⁹⁵ Ressaltamos aqui que as duas Regiões, Lombardia e Vêneto, são fronteiriças, e ambas estão localizadas na porção setentrional da península.

²⁹⁶ TRENTO, A. *Op. Cit.*

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 82.

numericamente inferior em Santa Catarina e no Paraná, chegando praticamente ao fim em 1893”.²⁹⁸

Vários foram os fatores que contribuíram para esse declínio, como a concorrência das fazendas de São Paulo, a rarefação das terras do governo – e sua consequente valorização –, e o fato de que as melhores regiões já haviam sido ocupadas.²⁹⁹ Contudo, ainda que com forte predominância em terras gaúchas, a presença dos italianos no Paraná também se fez perceber com alguma relevância, e a ela serão dedicadas as próximas páginas de nosso capítulo.

3.2.5 Imigrantes italianos em terras paranaenses – incentivos legais e primeiros núcleos coloniais

Já indicamos anteriormente que, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, os italianos recém-chegados se depararam com as colônias de certa forma consolidadas dos alemães – a presença deles em território nacional no sistema de colonato data do primeiro quartel do século XIX. Embora, de um modo geral, este não fosse o caso do Paraná, aqui os imigrantes oriundos do Reino da Itália também encontraram outra população de origem europeia, mas desta vez se tratava dos poloneses – que haviam chegado aqui poucos anos antes.³⁰⁰

Ainda em linhas gerais, sabemos que

No Paraná, após sua emancipação política e administrativa, em 1853, o Governo Provincial procurou adaptar o Projeto Nacional de Imigração à realidade local. A situação da agricultura na província era extremamente deficitária, obrigando o Governo a importar gêneros alimentícios de outras regiões do país.³⁰¹

²⁹⁸ Nossas fontes indicam que as últimas famílias italianas a se estabelecerem em Santa Felicidade o fizeram entre 1890 e 1902. MARTINI, G. *Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade*. Curitiba, 1908.

²⁹⁹ Ainda no caso do Rio Grande do Sul, as melhores terras já haviam sido ocupadas pelos imigrantes alemães mais de meio século antes. Assim, os italianos acabaram por instalar-se na encosta da serra – sem estradas, o que ocasionou o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência. Situação semelhante ocorreu em Santa Catarina. TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Istituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

³⁰⁰ *Ibid.*

³⁰¹ MARANHÃO, M. F. C. *Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica*. Curitiba: SAMP, 2014. p. 33.

A primeira tentativa paranaense de estabelecer uma legislação para atração de estrangeiros veio em 1855 – dois anos depois da emancipação da província. Assinada por Zacarias de Góes e Vasconcelos, a Lei nº 29 de 21 de março de 1855 previa que

Art. 1.º Fica o governo autorizado a promover a emigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre attrahir os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil.

Art. 8.º O governo, estudando o systema de colonização mais adequado ás circumstancias da província, o submeterá á consideração da assembléia legislativa provincial em sua proxima reunião com os regulamentos que houver organizado, indicando tambem os embaraços que se oppõe á sua execução, e propondo os meios de os obviar.³⁰²

Desta forma, no estado, a produção de gêneros alimentícios básicos deveria ser compensada com a instalação de colônias agrícolas no entorno das cidades – o chamado cinturão verde, iniciativa de Lamenha Lins, enquanto no cargo de presidente de província, em 1875.³⁰³ Assim, conforme indicam Andreazza e Nadalin, “a sociedade paranaense continuava sua aguda e crônica crise de abastecimento e para isso ansiava renovar as práticas do trabalho, milagre que, conforme a elite local, só o braço estrangeiro, proprietário e livre, conseguiria”.³⁰⁴

Anteriormente a esta iniciativa tomada pela administração provincial, observamos ainda a primeira tentativa em caráter oficial – em detrimento das falhas presentes nas empreitadas da iniciativa privada –, que se dá em 1859, com a criação da colônia Assungui – atual município de Cerro Azul, na região metropolitana de Curitiba. Ela não é, contudo, uma colônia dotada de uma única procedência regional, mas sim mista, sendo composta por ingleses, franceses, alemães e, também, brasileiros.³⁰⁵

Com relação aos italianos no Paraná, as estatísticas mostram que os vênets compunham 90% do total de italianos no início deste movimento migratório, chegando depois aos 70%. Sabemos que a sua emigração ao Brasil teve um caráter

³⁰² **LEIS DECRETOS E REGULAMENTOS DA PROVINCIA DO PARANÁ. TOMO II.** Lei n. 29 de 21 de março de 1855. Autorisa o governo a promover emigração de estrangeiros. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/sites/arquivo-publico/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/1855.pdf>. Acesso em 20 de ago. 2021.

³⁰³ MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba:** um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014. p. 35.

³⁰⁴ ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. O Cenário da Colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 11(1): 67-87, jan/jun, 1994. pp. 67-68.

³⁰⁵ MARANHÃO, M. F. C., *Op. Cit.*

predominantemente rural – apenas uma minoria de profissionais especializados estabeleceu-se na cidade de Curitiba que, à época, limitava-se a sua atual região central, emanando do centro histórico.³⁰⁶ O primeiro contingente destes imigrantes, que acabaria por se estabelecer no litoral do Paraná, desembarcou do veleiro Anna Pizzorno em 1875, no porto do Rio de Janeiro, a então capital do Império. Eles, porém, não haviam deixado a Itália de forma totalmente independente, mas sim “com base num contrato estipulado entre o governo do Paraná e Savino Tripoti, um italiano que havia se refugiado no Brasil para poder fugir de uma condenação pronunciada na Itália...”.³⁰⁷

Sobre essa relação entre o empresário e o Estado, nos remetemos ao Decreto nº 5373 de 6 de agosto de 1873, no qual lemos que “attendendo ao que me requereu Savino Tripoti, Hei por bem Autorizar a novação do contracto celebrado em 27 de Novembro do anno proximo passado para a introdução e estabelecimento de imigrantes”.³⁰⁸ Desta forma, no texto se afirma que

I Savino Tripoti obriga-se a transportar para o Imperio e a estabelecer dentro do prazo de seis anos, contados da data do presente decreto, quinhentas familias ou dous mil e quinhentos immigrants da Allemanha e Italia para a fundação de uma ou mais colonias agricolas e industriaes.

II Os immigrants serão escolhidos entre agricultores e trabalhadores ruraes que se recommendem por sua dedicação ao trabalho e moralidade, e se achem em boas condições de saude, pefedindo-se os que possuirem algum capital. Será permittido comprehender no numero indicado, em proporção de 10% individuos que não sejam lavradores.³⁰⁹

Tripoti é mais um daqueles indivíduos oriundos da Península Itálica que chegaram ao Brasil antes que o verdadeiro fluxo de imigrantes se iniciasse – a partir de 1875 –, conforme exploramos anteriormente. Acerca de sua empreitada no estabelecimento de colônias, sabemos que,

³⁰⁶ MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014.

³⁰⁷ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p. 87.

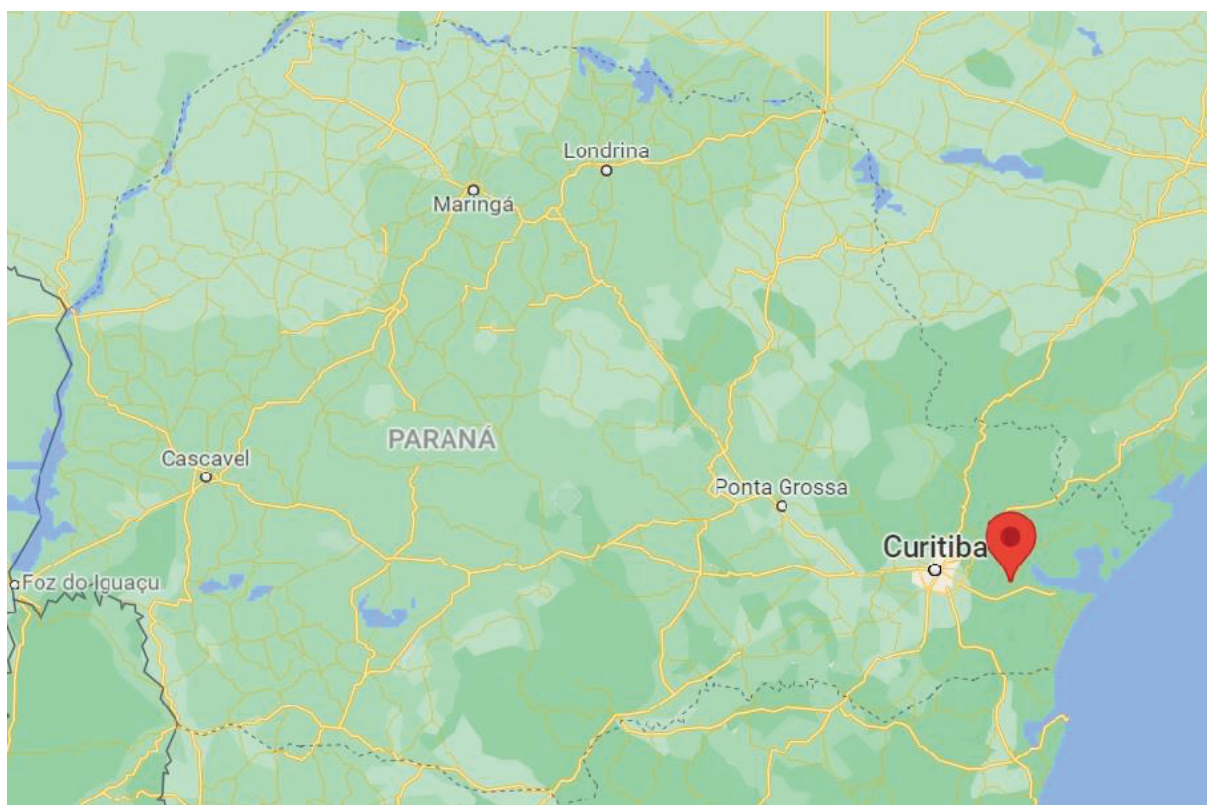
³⁰⁸ **BRASIL**. Decreto nº 5373 de 6 de agosto de 1873. Autoriza a novação do contracto celebrado entre o Governo Imperial e Savino Tripoti para introdução e estabelecimento de immigrants. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5373-6-agosto-1873>>. Acesso em 20 ago 2021. Sem paginação.

³⁰⁹ *Ibid.* Sem paginação.

Segundo as crônicas da época, os emigrantes teriam sido recrutados com a falsa promessa de serem enviados para Santa Catarina. A única coisa certa é que se tratava de 50-60 famílias e que elas foram instaladas numa localidade perto de Paranaguá, onde fundaram a colônia de Alexandra. Em 1876 foram introduzidas mais 20 famílias de Mântua e mais outras de Têramo, e, em 1879 chegaram quatro grupos de famílias do Vêneto, perfazendo 2.300 pessoas. A localização logo se revelou infeliz, pois os terrenos escolhidos eram pantanosos e insalubres e os colonos enfrentaram bem cedo uma situação desesperadora, também porque, após seis meses, Tripoti não dava mais adiantamentos.³¹⁰

O mapa atual do estado do Paraná, com destaque para a região onde teria sido fundada a colônia, com a marcação em vermelho – e, também, sua distância em relação à capital – pode nos ajudar a entender algumas das reclamações que surgiram por parte dos italianos:

MAPA 3 – O ESTADO DO PARANÁ CONTEMPORÂNEO



Fonte: Mapas Google. 2022. Paraná.

³¹⁰ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p. 87.

Além das agruras já elencadas, “problemas como: superlotação, clima quente, insetos, doenças, falta de alimentação, entre outros; tornaram precárias as condições de sobrevivência daqueles imigrantes colocando em evidência o estado lastimável da colônia”.³¹¹ Assim, a situação desastrosa³¹² na qual se viram os colonos provocou reações por parte destes. Dentre elas, destacamos o abandono de Alexandra, com muitos imigrantes sendo transferidos para Morretes onde constituiu-se, em 1877, um novo assentamento: a colônia Nova Itália,³¹³ de tal forma importante que, “creada em Maio de 1877, apenas com 870 colonos, contava em principio de Dezembro com 2161”.³¹⁴

Novas levas de imigrantes chegados do norte da Itália transferiram-se direto do Porto do Rio de Janeiro para Paranaguá e, em seguida, para a nova colônia – como é o caso dos passageiros do Vapor Sully.³¹⁵ Porém, dificuldades muito parecidas com as quais os habitantes de Alexandra já haviam se deparado – o clima quente, terrenos pouco propícios para a culturas às quais os italianos já estavam acostumados – fizeram com que Nova Itália também não tivesse grande sucesso. Em documento datado de 27 de fevereiro de 1878 – pouco mais de um mês após a chegada na colônia dos italianos no navio Sully –, o Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, Presidente da Província, expressava sua preocupação quanto às condições do assentamento. Em suas palavras, Nova Itália era

Situada em uma localidade pouco salubre, cercada de terrenos pantanosos e baixos sujeitos à inundação do rio Nhundiaguara, constantemente ali aparecem e se desenvolvem com intensidade, como atualmente acontece, febres typhoides, sesois e outras enfermidades de carectes grave. Alem disso os terrenos comprados não são, segundo estou informado, de boa qualidade, circunstancia esta que tem plantado o desgosto e o desanimo entre os

³¹¹ MASCHIO, E. C. F. A contribuição dos imigrantes italianos na expansão da escola pública paranaense. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, ANPUH, 2007. Anais. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios>>. Acesso em 01 07 ago 2021. p. 02.

³¹² Jussara Nena Cavanha, em seu levantamento de fontes acerca da Colônia Alessandra, indicou que, de acordo com o que poderia ser verificado na documentação, Tripoti não poderia ser considerado um mau administrador. Contudo, deixamos esta discussão mais tangencial de lado uma vez que, de uma forma ou de outra, o fracasso da referida colônia é o que, de fato, no interessa, por ensejou a criação de um nosso assentamento, no qual as primeiras famílias de Santa Felicidade inicialmente se instalaram. CAVANHA, J. N. **Colônia Alessandra**. Curitiba: Progressiva, 2012.

³¹³ Não devemos confundir essa colônia com a de mesmo nome cuja tentativa de implantação deu-se em 1836 na região de Santa Catarina.

³¹⁴ Relatório de Joaquim Bento de Oliveira Junior em 7 de fevereiro de 1878 – In: CAVANHA, J. N. **Colônia Alessandra**. Curitiba: Progressiva, 2012. p. 182.

³¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de Matrícula de imigrantes da Colônia Nova Itália**.

colonos, os quais estão dispostos á abandonar a Colonia com o fim de estabelecer-se na Comarca da Capital.³¹⁶

Oliveira Menezes segue sua análise, colocando ênfase no descontentamento por parte dos colonos, os quais, afirma, já haviam conhecido a localidade de São José dos Pinhais – atualmente cidade da RMC, região metropolitana de Curitiba – e se interessado por ela. O presidente indica, então, a necessidade de realocar os imigrantes que decidissem por abandonar a região litorânea, uma vez que, caso tais medidas não fossem tomadas, eles poderiam deixar a Província, e, “convencidos de terem sido iludidos pelo Governo, tratarão de desmoralizar o serviço da Colonisação”.³¹⁷ Como resultado desta situação, Trento ressalta que “por volta de 1880, um numeroso contingente [de imigrantes] dirigiu-se para a periferia da capital da província, Curitiba, onde surgiram os primeiros núcleos coloniais habitados por italianos.”³¹⁸

Destes colonos,

alguns instalaram-se no centro urbano da capital ou em colônias já existentes que abrigavam imigrantes de outras etnias, como as colônias Abranches, Argelina, Órleans; outros avançaram ainda mais, e fixaram-se na região dos campos gerais (Ponta Grossa). Entretanto, a grande maioria instalou-se em novas colônias governamentais localizadas nos arredores de Curitiba.³¹⁹

Dentre estes italianos em movimento, destacamos um pequeno grupo – formado inicialmente por não mais do que quinze famílias, vênetas de origem – que, em 1878, acabou por adquirir terras de proprietários particulares, ou seja, sem o intermédio da ação governamental, localizadas a oito quilômetros do então centro de Curitiba, que hoje compreende o setor histórico da cidade.³²⁰ Com essa atitude, este pequeno núcleo de famílias deu origem à colônia cuja representação de identidade

³¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Comentário do Presidente da Província do Paraná**. 27 de fevereiro de 1878. Documento 183.

³¹⁷ *Ibid.* Sem paginação.

³¹⁸ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. Tradução: Mariarosária Fabris, Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. p. 88.

³¹⁹ MASCHIO, E. C. F. A contribuição dos imigrantes italianos na expansão da escola pública paranaense. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, ANPUH, 2007. Anais. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios>>. Acesso em 01 07 ago 2021. p. 02.

³²⁰ BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1978.

durante os seus primeiros cem anos de existência é, hoje, o foco de nossa dissertação.

3.2.6 O mito de Santa Felicidade – de colônia modelo a bairro de Curitiba³²¹

Conforme já estabelecemos anteriormente neste capítulo, a origem da colônia Santa Felicidade não está na região periférica de Curitiba: ela se encontra no litoral do estado do Paraná. De acordo com a narrativa tradicional acerca da fundação da colônia, ela se constitui por um grupo formado por apenas quinze famílias que, chegadas do Norte da Itália no Vapor Sulis [sic] em janeiro de 1878, foram direcionadas para a colônia Nova Itália – à qual já dedicamos alguns parágrafos. Tendo encontrado todas as condições adversas que já enumeramos – clima desfavorável, doenças, desorganização por parte dos responsáveis pelo assentamento –, essas pessoas teriam ouvido os relatos sobre o primeiro planalto do Paraná. Assim, ainda no mesmo ano de sua chegada, um grupo teria partido em direção aos arredores de Curitiba.³²²

Chegando à periferia da capital paranaense, este grupo de colonos teria se dividido em dois. Parte dele havendo escolhido ficar nas terras que hoje compõe o bairro Água Verde – à época, também distante do centro da cidade –, enquanto outro grupo teria continuado seu trajeto até finalmente se deparar com terras próximas ao Quarteirão do Butiatuvinha, que pertenciam à família da portuguesa Felicidade Borges. Tendo adquirido a propriedade – com facilidades para o pagamento –, essas quinze famílias de imigrantes teriam dividido os lotes com base em sorteio.³²³ Estes primeiros terrenos formariam a região central da colônia, e se encontram ao largo do que é, hoje, a Avenida Manoel Ribas – via mais conhecida de acesso ao local –, formando uma espécie de centro do bairro.

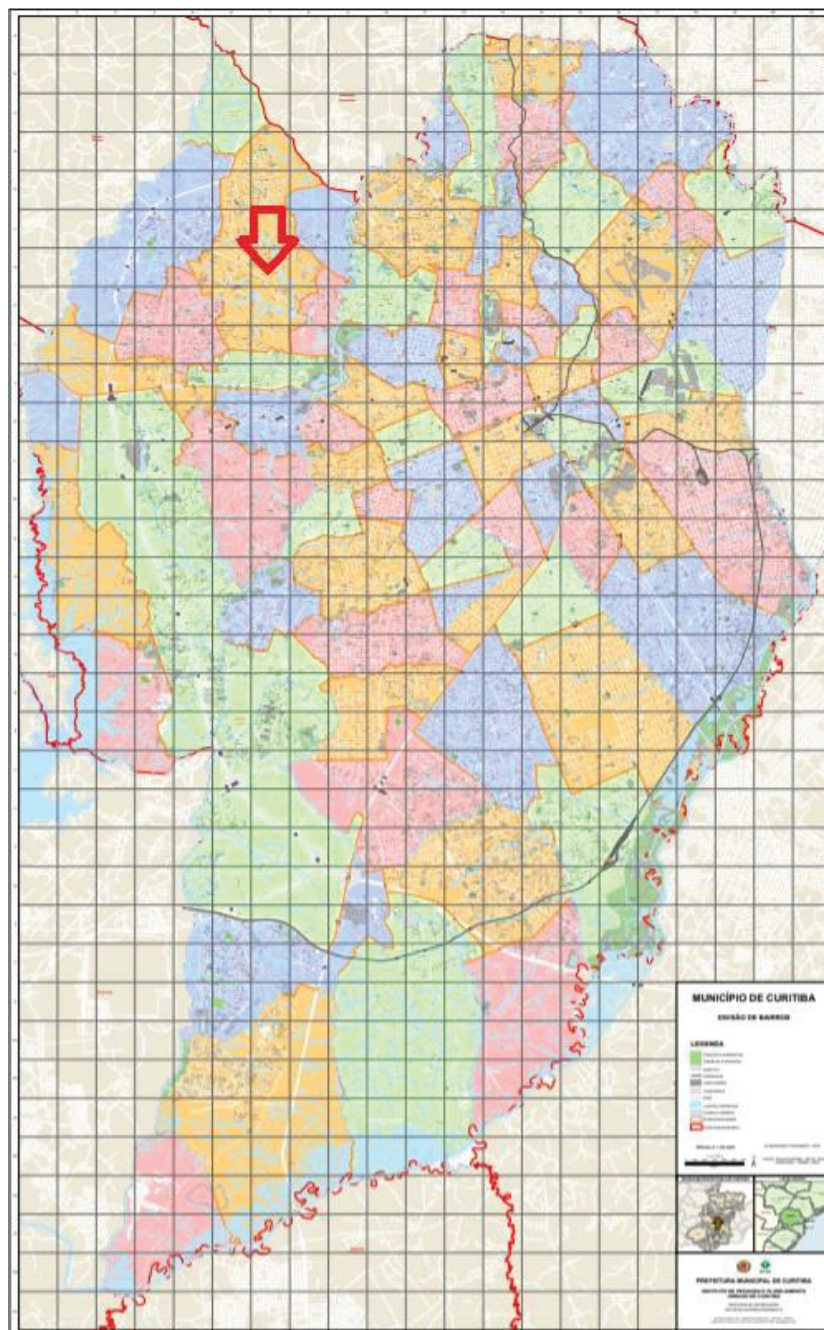
³²¹ Pretendemos aqui explorar em poucas linhas a narrativa clássica relativa à fundação e ao desenvolvimento de Santa Felicidade – de colônia italiana a bairro de Curitiba. Não vamos neste momento, contudo, nos aprofundar na discussão acerca da identidade e memória da região, visto que este o trabalho que teremos em maior detalhe no terceiro e último capítulo desta dissertação. Desta forma, deixamos a utilização das fontes mais clássicas acerca do bairro – como os estudos de Altiva Pilatti Balhana – para o capítulo seguinte.

³²² Ao conseguirmos acesso ao livro de matrícula da colônia Nova Itália, percebemos que algumas famílias deram baixa formalmente, enquanto outras apenas a abandonaram.

³²³ Esses quinze lotes iniciais formam, hoje, o centro do bairro, ao longo da Avenida Manoel Ribas.

O mapa de Curitiba – delimitado em 1975 – nos ajuda a localizar a antiga colônia – e agora bairro –, vista em relação à capital paranaense como um todo:

MAPA 4 – DIVISÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA



Fonte: CURITIBA. Prefeitura Municipal.

A história de Santa Felicidade – nome que teria representado tanto uma homenagem à antiga dona das terras quanto à própria religiosidade dos imigrantes, de profissão católica – seria de sucesso. Logo, outros colonos que haviam ficado no

litoral se juntariam ao grupo de colonos já estabelecido e, após isso, famílias inteiras já viriam direto da Itália para a nova colônia, sem que precisassem passar pela experiência litorânea, como havia sido com as quinze famílias pioneiras.

De todo modo, com o passar das décadas a colônia só faria crescer e se desenvolver. Logo seus habitantes ocuparam-se em levantar construções que lembravam a arquitetura de a sua terra natal, muitas das quais – ainda preservadas – foram consideradas, na década de 1970, como UIPs – Unidades de Interesse de Preservação – por parte do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.³²⁴

Temos um exemplo bastante importante desta arquitetura veneta na imagem a seguir:

FIGURA 2 – Igreja de Santa Felicidade na década de 1920



FONTE: Acervo pessoal do autor.

³²⁴ **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.** Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00085327.pdf>>. Acesso em 02 set 2020.

No edifício religioso, ao fundo da imagem, percebemos características típicas da arquitetura vêneta, como a torre que não é ligada ao corpo principal da igreja – essa última edificada no final do século XIX. Entretanto, ainda que este momento eternizado em uma fotografia seja o de celebrar as conquistas do passado – pela data, inclusive, é plausível supormos que integrantes da primeira geração de imigrantes figurem na imagem, acompanhados de seus descendentes, ainda que não possamos mais identificá-los –, a colônia não deixou de acompanhar, também, a evolução de Curitiba.

Desta forma, conforme coloca Fernanda Maranhão,

Com o crescimento das cidades, um processo que se intensifica entre as décadas de 1950-1970, as colônias de imigrantes europeus foram sendo englobadas por Curitiba ou pelos municípios vizinhos de Colombo, São José dos Pinhais e Almirante Tamandaré, transformando-se em bairros. Em Curitiba, nos bairros de Santa Felicidade, Água Verde e Umbará, antigas colônias italianas, hoje se concentra uma grande população de imigrantes dessa origem.³²⁵

Como devemos, então, entender a narrativa clássica aqui apresentada que perpetua e celebra a história da colônia? De que forma a saga destes imigrantes – a longa viagem do Vêneto ao litoral paranaense e, depois, o abandono de Nova Itália e a busca pelo primeiro planalto – somou-se no processo de construção de sua identidade? Essas são todas perguntas que, à luz de nossas fontes, procuraremos responder a seguir, em nosso último capítulo, no qual nos determos na análise de nossos quatro textos principais.

³²⁵ MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014. p. 38.

4 SANTA FELICIDADE: MEMÓRIA IMIGRANTE E IDENTIDADE ÉTNICA NO BAIRRO ITALIANO DE CURITIBA

*“Bon di e bon ano
Bon capo del’ano
Bone feste
Bone minestre
Bone capuni*

*‘Na borsa d’oro
E’ da d’argento
Demin ‘na bona mano
Che sia em contento
In contento que sia
Demi ‘na bona mano
Che vado via.”³²⁶*

O primeiro Código Civil do Reino da Itália entrou em vigor em 1865, quando a nascente monarquia não havia, ainda, conquistado algumas regiões importantes – como o próprio Vêneto, que seria anexado apenas no ano seguinte. Ao tratar do tema da cidadania de seus nacionais, o texto estabeleceu que *“È cittadino il figlio di padre cittadino [...] Quando il padre sia ignoto, è cittadino il figlio nato da madre cittadina [...] Se neppure la madre è conosciuta, è cittadino il figlio nato nel regno”*.³²⁷ O tema só viria a ser revisitado no ano de 1912 – após o término do movimento que chamamos de Grande Emigração. Mantendo inalteradas as disposições expressas pelo Código Civil – a transmissão da cidadania por filiação, em linhagem masculina –, a nova lei introduziu uma particularidade que nos é significativa:

Art. 7. Salve speciali disposizioni da stipulare com tratatti internazionali, il cittadino italiano nato [grifo nosso] e ridente in um Stato estero dal quale sia ritenuto proprio cittadino per nascita, conserva la cittadinanza italiana ma, divenuto maggiore o emancipato, puo’ rinunziarvi.”³²⁸

³²⁶ Rima infantil em dialeto vênето, feita pelas crianças na colônia ao fim de ano. Tradução livre: Bom dia e bom ano/ bom novo ano/ boas festas/ boas sopas, bons frangos./ Na bolsa de ouro/ e na de prata/ me dê uma boa mão/ que seja a contento/ em contento que seja/ me dê uma boa mão/ que vou embora. BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 211.

³²⁷ Em tradução livre: “É cidadão o filho de pai cidadão [...] Quando o pai seja ignorado, é cidadão o filho nascido de mãe cidadã [...] Se nem mesmo a mãe é conhecida, é cidadão o filho nato no reino.” In: **REGNO D’ITÁLIA. CODIGO CIVILE**. 1865. Sem paginação.

³²⁸ Em tradução livre: “Salvo disposições especiais a serem estipuladas com tratados internacionais, o cidadão italiano nascido e residente em um Estado estrangeiro do qual seja considerado cidadão próprio por nascimento, conserva a cidadania italiana mas, tornando maior ou emancipado, pode renuncia-la”. **ITÁLIA**. Lei nº 555 de 13 de junho de 1912. *Sulla cittadinanza italiana* [sobre a cidadania italiana]. *Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana*. Disponível em:

O texto acima, publicado na *Gazzetta Ufficiale*, passa a reconhecer legalmente a existência das coletividades italianas no exterior – às quais estabelece o direito à uma dupla cidadania, o que as permite conservar, em um aspecto político, sua *italianidade*. Desta forma, o que é possível perceber ao analisarmos as duas leis é que impera na Itália – desde a sua criação como um Estado unificado até o presente momento – o princípio do *jus sanguinis* – a transmissão da cidadania por direito de “sangue”,³²⁹ enquanto a nacionalidade brasileira é regida pelo direito do *jus soli* – literalmente o direito do solo, ou seja, é brasileiro quem nasce em território nacional. Este sistema – que entrou em vigor no oitocentos e que ainda está vigente em pleno século XXI – não se encontra livre de necessárias críticas, como a do grupo dos *italiani senza cittadinanza*,³³⁰ composto por filhos de imigrantes e/ ou refugiados, nascidos e crescidos na Península, que não são considerados, ao nascerem, como cidadãos italianos, tendo seus direitos – como o de participação política – limitados pela lei vigente.³³¹

Em contrapartida, a mesma legislação que exclui os filhos de estrangeiros de parte da vida pública faz com que a grande maioria dos hoje descendentes de italianos no Brasil tenha um arcabouço legal para – respeitados certos requisitos administrativos – requerer o reconhecimento da sua cidadania, com base na de seus antepassados, visto que são considerados legalmente italianos desde o nascimento. Contudo, devemos nos questionar sobre a relação que existe entre este “ser considerado legalmente italiano” e possuir, de fato, uma *identidade* italiana – assim como precisamos entender o que ela representa. Referindo-se a estas pessoas, João Fábio Bertonha afirma que

A maioria não fala a língua e nunca esteve na Itália. Poucos, relativamente, têm cidadania italiana, parentes na península ou interesse genuíno pela política ou pela vida lá. No entanto, muitos, senão a maioria, têm orgulho de ser de origem italiana e cultivam algum carinho pela Itália. De italiano para

<<https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1912/06/30/012U0555/sg>>. Acesso em 20 ago 20221. Sem paginação.

³²⁹ Em realidade, em detrimento do nome, o princípio do *ius sanguinis* estabelece a cidadania por base no *reconhecimento de filiação* – filhos nascidos de pais casados entre si ou, senão, declarados pelo genitor italiano enquanto menor de idade.

³³⁰ Em tradução livre: Italianos sem cidadania.

³³¹ Vladimiro Polchi. *Gli italiani senza cittadinanza “bussano” alle porte del Governo: “Siamo oltre un milione cresciuti in Italia, ma senza identità”*. **La Repubblica**. Itália, 06 de jul. 2020. Disponível em: <<https://www.repubblica.it/solidarieta/diritti-umani/2020/07/06/news/cittadinanza-261127044/>>. Acesso em 20 jul. 2021.

ítko-brasileiro (e/ou ítko-paulista ou ítko-gaútko), “brasileiro de origem italiana” para, por fim, “brasileiro, com sobrenome italiano e alguma simpatia pela Itália”. Essa foi a evolução identitária da maioria dos descendentes e o processo tende a continuar até a perda dos vínculos, inevitável em algum momento.³³²

Como, então, podemos entender essa identidade italiana dos nascidos no exterior? Quais são os requisitos necessários para que um descendente de terceira, quarta, quinta ou até mesmo sexta geração possa considerar-se – e ser considerado – como italiano? Eles se transformam ao longo do tempo ou se mantêm inalterados? Estas são algumas das questões às quais podemos, enfim, nos dedicar em nosso terceiro e último capítulo. Portanto, lançando nosso olhar para as quatro fontes primárias deste estudo, iremos tentar entender como a identidade italiana – se é que não precisaremos considerá-la como uma identidade veneta – foi afirmada nas quatro publicações ao longo do tempo.

A escolha destas obras como fontes não se deu ao acaso. Os textos – com a exceção do segundo, O valor dos italianos para o Paraná e a Colônia Santa Felicidade – o qual consideramos como ainda inédito nas pesquisas acerca do bairro –, se inserem em um processo de retroalimentação, não vindo a substituir-se cronologicamente, mas sim complementando-se, ou, até mesmo, atualizando-se – visto a distância temporal significativa entre as observações que registram. Excetuando-se a obra citada acima, todas as outras três publicações são utilizadas em trabalhos acadêmicos que exploram as colônias italianas no Paraná – em especial, os trabalhos que incluem Santa Felicidade – exprimindo sua relevância para o tema. Contudo, via de regra, elas são consideradas mais como bibliografia do que como fontes. Assim, é nossa esperança que, analisando as quatro produções de maneira cronológica, possamos observar como essa identidade se conforma e transforma ao longo das décadas.

À guisa de organização, os quatros textos, que abordamos, cronologicamente, são:

³³² BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RR: EducS, 2018. p. 72.

- *“Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade”*.³³³ Escrito por Giuseppe Martini no ano de 1908, o texto é considerado pelos estudiosos de Santa Felicidade como o primeiro a tratar exclusivamente da história da colônia, e foi citado em todos os trabalhos que encontramos – memorialísticos ou historiográficos – que se seguiram. Trata-se de um pequeno livro no qual o então pároco da Igreja de São José – que era também italiano, devemos ressaltar – recolheu testemunhos acerca dos primeiros anos da região, exatos trinta anos após o estabelecimento dos primeiros colonos – o que possibilitou o registro das memórias dos imigrantes de primeira geração.³³⁴ Não localizamos exemplares preservados em arquivos, à exceção de uma cópia incompleta de acervo particular. Entretanto, o texto foi traduzido por Rosy de Sá Cardoso ao português, e doado para instituições públicas;
- *“O valor dos italianos para o Paraná e a Colônia Santa Felicidade”*. Livreto, do qual localizamos apenas um exemplar, preservado na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – além daquele de posse nossa –, é ainda inédito nas pesquisas acerca da colônia. Escrita por Sezinando das Chagas Lima, a publicação materializa um discurso proferido pelo mesmo na residência de Felice Budel – imigrante vêneta que chegou ao Brasil em no final do século XIX –, na ocasião da celebração de suas bodas de ouro com Maria Ferro Budel, no ano de 1949. Ele representa um discurso que classificamos como interno, visto que a família do autor – ainda que carregando um sobrenome português – se relaciona com italianos de Santa Felicidade;³³⁵
- *“Santa Felicidade: um processo de assimilação”* é a terceira obra – e, também a mais extensa – à qual nos dedicaremos neste capítulo. Escrito por Altiva Pilatti Balhana como tese de livre docência para o concurso da Cadeira de História da América do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, o livro – cuja publicação se deu em 1958 – é a primeira análise vultosa e de cunho historiográfico que trata da colônia – visto que as nossas outras fontes configuram-se como textos memorialísticos.³³⁶ Dedicando-se à observação antropológica da vida

³³³ Em tradução livre: Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade.

³³⁴ Salientamos que, devido à dificuldade ao acesso da obra original, trabalhamos aqui em conjunto com a tradução da obra, feita e publicizada por Rosy de Sá Cardoso em 1968.

³³⁵ LEMES, E. G. C., REINHARDT, J. C. **Se essa rua fosse minha**: Santa Felicidade e seus italianos. Curitiba: Máquina de Escrever, 2020.

³³⁶ Devemos citar que Balhana é responsável também pela publicação da obra *“Santa Felicidade, Uma Paróquia Vêneta no Brasil”*, livro lançado em parceria com a Fundação Cultural de Curitiba no ano de

diária dos italianos – o que nos faz saber logo nas primeiras páginas da publicação – , Balhana – também uma descendente de famílias vindas da Itália – dedicou sua carreira ao estudo desta população, produzindo vários outros textos mais pontuais, cujos temas são contemplados por este livro;³³⁷

- “O bairro que chegou num navio: Santa Felicidade – centenário”, do ano de 1978, é a última publicação comemorativa compreendida em nosso recorte temporal. Escrito por Jacir Francisco Braido – enquanto na função de pároco de Santa Felicidade –, o livro é a mais difundida de nossas fontes, podendo ser encontrado em diversas coleções na cidade de Curitiba, além de estar, também, nos lares de muitos dos descendentes em Santa Felicidade. Produzido no contexto de comemoração dos cem anos de fundação da colônia, o qual ensejou diversos eventos ao longo do ano – momento importante para a localidade e não singular ou restrito a ela, mas que vem a se somar aos festejos de outros grupos étnicos espalhados, em especial, pelo sul do Brasil. Em relação a seu conteúdo, na obra encontramos relatos que tratam, novamente, da fundação de Santa Felicidade e da identidade desta população.

Se, em nosso capítulo anterior, dedicamos as últimas linhas ao mito de Santa Felicidade, foi para que agora, através destas fontes, possamos encará-lo com o rigor da crítica científica, procurando contrapor as informações à documentação e às memórias registradas do período, em busca de entendermos como se constrói a identidade do bairro e de seus habitantes. Cada uma das obras citadas nesta breve introdução ao capítulo apresenta suas particularidades – seja o foco da publicação ou mesmo a escolha das informações a serem apresentadas, que não seguem a mera ordem do acaso, mas que operam decisões racionais –, as quais exploramos em detalhes ao tratarmos dos textos individualmente.

Em relação ao que buscamos identificar nestes textos, nossa análise está alicerçada em quatro eixos principais, cujo conteúdo encontramos, com maior ou menor destaque, em todas as quatro obras. São eles: experiência migratória; religião; trabalho; e vida social/familiar. É com base nestes quatro elementos que procuramos

1978 – em comemoração ao centenário da colônia. Mais acessível que a tese de livre docência da autora, essa obra apresenta as mesmas informações que o trabalho seminal, porém bastante condensadas e ligeiramente reescritas para atender a um público mais amplo – desejo que a autora expressa em sua apresentação. BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**, Uma Paróquia Vêneta no Brasil. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1978.

³³⁷ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958.

realizar esta pesquisa e, desta forma, no próximo item voltamos nosso olhar para o primeiro – e mais antigo – dos quatro textos.

4.1 *ORIGINI E SVILUPPO DELLA COLONIA SANTA FELICIDADE*

Publicado no ano de 1908, o livreto de Giuseppe Martini é uma obra basilar para quem se propõe a estudar a história – e, em nosso, caso a relação entre a memória e a identidade – de Santa Felicidade. Ainda que bastante modesto em termos de tamanho, ele se destaca por ser o primeiro texto a registrar a memória dos imigrantes – muitos dos quais ainda de primeira geração e, desta forma, agentes dos processos cuja memória ajudaram a preservar. A divisão da obra é de um cunho bastante didático, e os variados assuntos são separados por títulos, os quais abordam desde a partida da Itália até Santa Felicidade no momento da publicação, se apresentando de maneira cronológica. E é desta forma – seguindo a estrutura original do texto – que vamos analisá-lo.

4.1.1 Partida da Itália e chegada ao Brasil

O primeiro item ao qual Martini se dedica é a partida dos colonos da Itália. Em suas palavras,

A 5 de novembro de 1877, partia de Gênova, e no dia seguinte chegava a Marselha, um navio, no qual estavam cerca de 900 viajantes, quase todos italianos e vênnetos em sua maioria. Destinavam-se direto ao Brasil que, naquele tempo, por graça do Imperador D. Pedro II, recebia de braços abertos os colonos estrangeiros, para *povoar o vasto império desabitado* [grifo nosso].³³⁸

Em nosso segundo capítulo, já alertamos para o cuidado que devemos ter ao falar nestes vazios demográficos – em especial, ao racimo estrutural que pode ser fomentado por este discurso. Entretanto, neste primeiro trecho da obra percebemos que essa ideia de que o império brasileiro seria um imenso território desabitado à

³³⁸ Para este trecho não possuímos cópia do material original em italiano. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.1.

espera dos estrangeiros já era aceita como verdade em 1908, e funcionava como justificativa ao processo de e/imigração.

Logo na sequência destas palavras animadas, uma surpresa: casos de angina fazem com que os passageiros entrem em uma quarentena e a viagem seja interrompida. Resolvido este problema, logo surge um outro ainda maior: a suspeita – que logo se confirma – de que a sociedade proprietária do navio planejava mandar os italianos para a travessia atlântica a bordo de um veleiro, enquanto o contrato estipulava claramente que o transporte deveria ser realizado a bordo de um navio a vapor. Procurando as autoridades para fazer valer seus direitos, os passageiros teriam, por fim, sido ouvidos, e retornados para Gênova, a fim de aguardarem um novo embarque. De acordo com Martini, “Naquela cidade, dividiram-se em dois grupos: o daqueles que pretendiam o retorno ao seu lugar de origem e o dos outros, que se inscreveram entre os emigrantes e esperaram um novo embarque”.³³⁹ Essa nova chance de emigração teria ocorrido em 11 de dezembro de 1877, a bordo do navio *Sulis*.

É interessante notarmos que, da mesma forma em que os imigrantes italianos, ao chegarem ao Brasil e serem direcionados às colônias insalubres – conforme já exploramos –, tinham conhecimento, de alguma forma, seus direitos de realocação e se faziam valer deles, aqui também este postulado é verdadeiro, quando da ameaça de troca de embarcações. É este mais um ponto que indica que essas populações não podem ser consideradas vítimas passivas das circunstâncias, mas como agentes *diretos* nesta imensa mudança em suas vidas que era o processo migratório.

Encontramos no banco de dados do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro a lista de passageiros do referido navio.³⁴⁰ De posse deste documento, pudemos confrontar as informações apresentadas por Martini que, como vemos neste capítulo, reverberam por décadas na história da formação de Santa Felicidade. Já no início do arquivo – que se encontra em uma plataforma digital –, vemos explicitada a relação entre o governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Junior – da qual também tratamos no capítulo anterior. O navio, que na realidade chamava-se Sully – embarcação de

³³⁹ MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.1.

³⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Relações de Passageiros em vapores. **Vapor Sully**. Rio de Janeiro, 02 de jan, 1878. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br>>. Acesso em 20 ago. 2021.

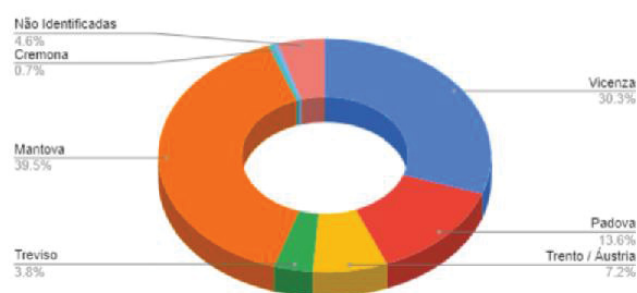
origem francesa – zarpou de Gênova em direção ao porto do Rio de Janeiro em 8 de dezembro de 1877 – data próxima da relatada por Martini –, chegando ao seu destino em 2 de janeiro do ano seguinte. No manifesto de passageiros, temos informações sobre os nomes, idades, sexo, lugar de nascimento – mas apenas a província –, nação, estado civil, profissão e religião.

Encontramos aí dados relevantes que merecem um comentário mais detalhado. Figuram apenas duas nações em toda a lista – Itália e Áustria. Entretanto, os poucos passageiros considerados austríacos são provenientes da província de Trento. Eles são súditos do Império Austro-Húngaro, porém de origem italiana, lembrando que, à época, a região de Trento ainda não fazia parte da Itália unificada. A imensa maioria dos passageiros é de origem italiana e, ainda mais, vêneta – oriundos das províncias de Vicenza, Padova e Treviso – e lombarda – vindos de Mantova e, no caso de uma única família, de Cremona. Percebemos ainda uma exceção a esse primeiro momento de emigração, visto que – em teoria – figuram na lista trinta indivíduos – distribuídos em seis famílias – cuja proveniência, para nossa surpresa, seria Porto Recanati. Intrigados com essa informação destoante, após investigação, descobrimos que o local é um *comune* – municipalidade – localizado na província de Macerata – região das Marcas, na Itália central.

Contudo, com a exceção do casal Luigi e Teresa San Paolo, percebemos que as outras famílias que são listadas como provenientes deste local são, na verdade, de origem veneta – como o núcleo familiar do imigrante Giovanni Meneguzzo. Concluimos que, neste caso, provavelmente ocorreu um erro na grafia do local de nascimento, que acabou por não ser alterado ao referir-se aos imigrantes subsequentes. Desta forma, os de San Paolo seriam uma exceção. De qualquer forma, desconsiderando este possível erro, o gráfico a seguir nos ajuda a visualizar melhor a distribuição destes passageiros:

GRÁFICO 1 – PASSAGEIROS DO NAVIO SULLY POR PROCEDÊNCIA

Gráfico 1 - Passageiros do Navio Sully por província



Fonte: **VAPOR SULLY**, lista de passageiros.

Destas famílias, os sobrenomes que reconhecemos posteriormente entre os primeiros habitantes de Santa Felicidade são os provenientes do Vêneto. Essa predominância dos imigrantes vênéticos na colônia – conforme relatada por Martini e corroborada pelo documento que acabamos de apresentar – poderia ser entendida como o início de um sentimento de identidade, formado já durante a travessia. A este respeito, conforme comenta Maria Catarina Zanini,

Já na *partenza*, onde se encontraram genericamente na condição de imigrantes italianos, apesar das diferenças culturais, um sentimento de identidade coletiva começava a se expressar. Eram solidários na mesma experiência social: a travessia.³⁴¹

Devido a fatores por nós desconhecidos – a falha na transmissão de memórias entre as primeiras gerações, talvez –, informações precisas sobre os *comuni* de origem dos imigrantes que chegaram em Santa Felicidade perderam-se no tempo. Mapear as localidades exatas nas três regiões vênéticas aqui citadas como origem deste fluxo seria, então, uma tarefa bastante difícil. Porém, as poucas informações que conseguimos resgatar em documentos de óbito e matrimônio, deixam entrever os nomes de algumas dessas vilas italianas, como Poianella di Bressanvido, Sandrigo, Bassano di Grappa, relativamente próximas umas das outras, o que nos permite sugerir que um certo contato entre essas populações *antes mesmo*

³⁴¹ ZANINI, M. C. C. A Família como Patrimônio: A construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos. In: **Artigos**: campos, 5(1) – 53-67: 2004. p. 53. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1635/1377>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

da travessia atlântica não fosse de todo impossível. Outro dado que corrobora essa hipótese é o fato de que as três províncias – Vicenza, Treviso e Padova – são fronteiriças e formam o núcleo da região.³⁴²

O tópico seguinte explorado por Martini é a chegada dos imigrantes ao Brasil. Ele comenta que, “*dopo un viaggio abbastanza felice [grifo nosso] il bastimento toccava il porto di Rio de Janeiro il 2 gennaio 1878 e tre giorni dopo arrivava alla sua destinazione*”.³⁴³ Três dias depois, os passageiros chegavam em Paranaguá, de onde seriam conduzidos às colônias de destino. De acordo com o relato, a acolhida deles por parte dos brasileiros teria sido ótima, e os funcionários do governo teriam garantido que nada lhes faltasse “*né vitto, né alloggio, né denaro*”.³⁴⁴

Estes dois pontos merecem, também, destaque, porque revelam uma inconformidade com outros relatos do mesmo gênero. Dilce Piccin Corteze, ao examinar o caso dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul – mas cujos dados podemos extrapolar também para nossa análise, visto a semelhança entre os dois estados no que tange ao estilo de imigração e, também, a proveniência dos indivíduos –, afirma que

A memória escrita e oral da imigração, a historiografia étnica e, até mesmo, estudos acadêmicos referem-se comumente ao abandono da aldeia natal e à travessia oceânica dos emigrantes italianos como infundável rosário de sofrimentos, no qual se destacam o abandono do *paese*, a viagem até o porto de partida, os naufrágios, a mortalidade durante a terrível viagem atlântica e, finalmente, a dura viagem do rio de Janeiro até a colônia.³⁴⁵

Outro ponto que merece destaque é a relação amigável em relação às autoridades brasileiras que aparece no texto, as quais teriam recebido muito bem os imigrantes. A este respeito, Corteze menciona que

As reclamações sobre a ação das autoridades italianas e brasileiras no Brasil são também temas recorrentes na historiografia da imigração. Enganados, os emigrantes partiriam para o sul, onde eram abandonados, sem qualquer

³⁴² Mesmo a província de Mantova, com um número expressivo de passageiros – quase a metade – encontra-se no leste da Lombardia, na fronteira com o Vêneto – marcada pelas águas do rio Pó.

³⁴³ Tradução: “Depois de uma viagem *bastante feliz* [grifo nosso], o navio tocava o porto do Rio de Janeiro a 2 de janeiro de 1878”. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.1. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. p. 5].

³⁴⁴ Tradução: “nem comida, nem casa, nem dinheiro” *Ibid.*, p.2. [*Ibid.*, p. 6]

³⁴⁵ CORTEZE, D. P. **Ulisses va in America**: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo, UPF, 2002. p. 70.

apoio, no meio das selvas, pelas autoridades da nova e da velha pátria. No contexto de uma operação colonial absolutamente desorganizada, não tiveram as promessas cumpridas, não podendo contar senão com as suas próprias forças.³⁴⁶

O que pode explicar, então, o olhar positivo contido neste trecho do relato colhido por Giuseppe Martini? Lembramos, mais uma vez, que trinta anos separam o texto publicado da real experiência de travessia atlântica. Devemos ressaltar, então, conforme foi estabelecido em nosso primeiro capítulo, que as memórias sofrem alterações ao serem revisitadas, em função das questões do tempo presente. As três décadas transcorridas entre o evento e o relato podem, desta forma, ter suavizado as lembranças, estando os colonos já estabelecidos com certo conforto em um próspero assentamento.

4.1.2 Os problemas no litoral e a partida para o primeiro planalto do Paraná

Na sequência de sua narrativa, Martini demonstra que o contentamento inicial dos colonos com o tratamento a eles despendido no novo país logo deu lugar a sentimentos negativos, inspirados pelos problemas com os quais os italianos passaram a se deparar em seu dia a dia. Nas palavras do padre,

*Il Brasile raggiunto dai nostri come meta tanto tempo sospirata, non era l'Italia ed i luoghi da essi abitati erano ben lungi dal pareggiare i paesi nostri. Il calore soffocante, l'aria malsana, le acque melmose facevano loro desiderare l'aria balsamica e le limpide sorgenti dei monti, che li videro nascere e dove avevano passato gli anni piu belli dela vita. Posti in quelle terre incolte e desabitate, lungi dalle città e borgate, sembrava loro di essere esiliati.*³⁴⁷

A narrativa se aproxima, agora, de um tom mais próximo ao descontentamento que Corteze observou em seus estudos com os italianos. O primeiro assentamento, descrito em duras palavras pelo padre, estaria tão a

³⁴⁶ CORTEZE, D. P. **Ulisses va in America**: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo, UPF, 2002. p. 107.

³⁴⁷ Tradução: “O Brasil, alcançado pelos nossos como meta há tanto tempo desejada, não era a Italia, e os lugares então habitados estavam bem longe de parecem-se aos nossos rincões nativos. O calor sufocante, o ar malsão, a água lamacenta, faziam com que eles desejassem o ar balsâmico e as límpidas fontes dos montes que o viram nascer e onde tinham passado os mais belos anos de suas vidas. Colocados naquela terra inculta e desabitada, longe de cidades e aldeias, parecia-lhes que estavam exilados. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.2. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. p. 6].

desagrado que viria a ser substituído por terras em condições melhores, escolhidas pelos próprios imigrantes. O trecho citado, sabemos, faz referência à colônia Nova Itália, que aparecerá sempre em nossas fontes de forma pejorativa – em uma narrativa não difere muito do que já foi citado.

A falta de igrejas e sacerdotes, as doenças e os insetos também contribuíram para a mudança no tom do relato de Martini ao descrever a região serrana do Paraná. Somando-se a isso, havia ainda o fato de que os italianos “*non sapevano quindi adattarsi a piantare colà ferma dimora*”.³⁴⁸ Todas essas agruras haveriam justificado a partida para Curitiba. Mas o que deste período permanece na memória desta população?

Lembramos que Giuseppe Martini está registrando as memórias destes primeiros tempos três décadas depois dos acontecimentos – entrevistando os colonos que já estão em uma situação mais confortável de vida. Por um lado, poderíamos pensar que a ênfase colocada nestes problemas se trataria de um caso de uma revisão das memórias, conforme percebemos no trabalho de Corteze acerca dos mitos que se estabelecem entre as narrativas dos imigrantes, não sendo corroboradas pela documentação oficial. No entanto, neste caso específico, fazemos menção mais uma vez ao relato de 27 de fevereiro de 1878, redigido por Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, o qual *também* destacava as péssimas condições da colônia Nova Itália.³⁴⁹ Ao continuarmos nossa análise ao longo deste capítulo, tentamos entender de que forma estes problemas do primeiro assentamento contribuíram, também, para o estabelecimento da identidade de Santa Felicidade.

A sequência do texto de Martini trata da chegada de vários dos colonos em Curitiba – inspirados pela observação do transporte de manadas que eram provenientes da capital. Eles teriam se dirigido ao Escritório de Imigração procurando outro destino e, não satisfeitos com as opções que lhes foram oferecidas, teriam vindo a saber que poderiam adquirir terrenos não muito distantes da cidade. Com seu costume de economizar – e o enorme desejo de trabalhar em sua própria terra –, isso

³⁴⁸ Tradução: “não sabiam nem mesmo adaptar-se a plantar naquela região” MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.2. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. p. 6].

³⁴⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Comentário do Presidente da Província do Paraná**. 27 de fevereiro de 1878. Documento 183.

teria sido possível. Assim, os chefes de família teriam ido conhecer a propriedade e “*trovatolo buono ed in posizione salubre, decisero di comprarlo*”.³⁵⁰

Este é outro exemplo da *agência direta* dos imigrantes em função de seus interesses, conforme já comentamos anteriormente neste capítulo. A compra das terras, nos primeiros dias de novembro de 1878, é mais um ponto chave – talvez o marco mais importante – na identidade de Santa Felicidade, e esse discurso se repetirá nas memórias registradas por várias décadas.

Os chefes das primeiras quinze famílias a adquirirem a propriedade seriam:

Alberti Giovanni, Boscardin Francesco e fratello Luigi, presso i quali stava Latini Luca, Vedova Benato Maddalena, Comparin Francesco, Cumin Calisto, Dalla Stella Giuseppe, Lucca Giovanni e nipote, Muraro Bortolo, altro muraro Bortolo detto Trevisanello, presso il quale stavano Santo Cuman, Giacomo Breda, e Giovanni Casagrande; Menegusso Giovanni, Poletto Giovanni, presso cui stava Bacalfi Basilio; Paolin Antonio, Ravanello Giuseppe, Taliaro Sebastiano col nipote Giuseppe Vendramin.

A queste 14 famiglie se ne uní subito un'altra, quella di Slompo Bortolo, presso cui stava Pietro Volpe.

*[...] Nel tempo stesso che le famiglie suddettesi stanziavano da una parte della colonia, altre vi arrivavano e compravano da un'altra. Erano le famiglie Antonio Bosa, Valentino Bosa, Antonio Dallarosa, Domenico Valente, Celestino Zanotto Andrea Bertapelle, Domenico Zonato, Dionisio Maestrelli, Bortolo Villanova, Agostino Tulio, Francesco Travenzoli, Giovanni Decarli e Clemente Tabarin.*³⁵¹

Essas teriam sido as primeiras famílias italianas a, de fato, adquirirem propriedades em Santa Felicidade. E a tradição memorialística os coloca como passageiros do navio “Sulis”. De posse da lista de passageiros da embarcação e do livro de matrículas da Colônia Nova Itália, podemos constatar que a maioria dos proprietários referidos na primeira parte da citação, excetuando-se as famílias

³⁵⁰ Tradução: “encontrando-o bom e em lugar salubre, decidiram comprá-lo”. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.3. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. p. 8].

³⁵¹ Tradução: “Giovanni Alberti, Francesco Boscardin e seu irmão Luigi, junto dos quais estavam Luca Latini, viúva Madalena Benato, Francesco Comparin Calisto Cumin, Giuseppe Dalla Stella, Giovanni Lucca e sobrinho, Bortolo Muraro, outro Bortolo chamado Trevisanello, junto dos quais estavam Santo Cuman, Giacomo Breda e Giovanni Casagrande; Giovanni Menegusso, Giovanni Poletto, junto de quem estava Basilio Bacalfi; antonio Paolin, Giuseppe Ravanello, Sebastiano Taliaro com o sobrinho Giuseppe Vendramin. A estas 14 famílias une-se logo uma outra, de Bortolo Slompo, junto de quem estava Pietro Volpe. [...] Ao mesmo tempo em que as famílias acima mencionadas se acomodavam em uma parte da colonia, outras ali chegavam e compravam em outra parte. Eram as famílias Antonio Bosa, Valentino Bosa, Antonio Dallarosa, Domenico Valente, Celestino Zanotto, Andrea Bertapelle, Domenico Zonato, Dionisio Maestrelli, Bortolo Villanova, Agostino Tulio, Francesco Travenzoli, Giovanni Decarli e Clemente Tabarin”. *Ibid.* p.3. [*Ibid.*, pp. 8-10].

Boscardin e Latini – cujos representantes já estavam no Brasil em 1877,³⁵² – Taliaro – cuja grafia correta julgamos ser Tagliaro, presente na colônia em 1878 –, Benato, Bacalfi, Vendramin e Slompo – das quais não localizamos os registros – estava a bordo do mesmo navio. Porém, em relação aos Boscardin, precisamos mencionar também que Luigi – irmão de Francesco – tinha apenas seis anos à época da compra, o que coloca em dúvida mais essa parte da narrativa.

Do segundo ato de compra, ao final da citação, não podemos dizer o mesmo. Dos treze chefes de família, apenas dois – Celestino Zanotto e Bortolo Villanova – eram passageiros do Sully, enquanto Antonio Bosa, Antonio Dallarosa, Andrea Bertapelle e Giovanni De Carli haviam chegado na colônia Nova Itália em outras datas. Em relação aos demais, não conseguimos localizar os nomes no livro de matrícula 834.³⁵³ Os terrenos adquiridos por eles pertenciam ao “alemão Volf”, e, também, a Paulo França e João de Freitas, estes brasileiros.³⁵⁴

A origem do nome da colônia também é explicada neste momento. Teriam sido três irmãos a vender as terras para os italianos do primeiro núcleo: Antonio, Arlindo e Felicidade Borges – sendo essa casada com Antonio Bandeira. Teria partido deles o pedido de que o núcleo colonial recebesse o nome de Santa Felicidade, em homenagem à antiga proprietária. Martina declara que “*i coloni non seppero opporsi al desiderio di chi li aveva favoriti*”.³⁵⁵

Percebemos aqui que, com algumas exceções já claramente demarcadas, a ideia de que as famílias de Santa Felicidade seriam passageiras do mesmo navio – fato que será mais importante ao tratarmos de nossa última fonte – não era, de todo, errada. E essas primeiras quinze famílias a adquirirem os terrenos seriam consideradas, pelos trabalhos posteriores, como a origem da colônia.

³⁵² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de Matrícula de imigrantes da Colônia Nova Itália.**

³⁵³ Com a exceção de Domenico Valente, pois localizamos dois sujeitos homônimos, um com entrada em 1877 e o outro em 1878.

³⁵⁴ MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade.** Curitiba, 1908.

³⁵⁵ Tradução: “os colonos não souberam opôr-se ao desejo de quem os havia favorecido”. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade.** Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.3. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade.** Curitiba, 1908. p. 10].

4.1.3 O conflito com os nacionais

Martini nos conta que foi nas terras adquiridas de Paulo França e João de Freitas que os italianos travaram conflito com famílias brasileiras que ali habitavam. Estes, em suas palavras, não reconheciam os contratos de compra e, desta forma, não pretendiam deixar o local sem compensação financeira. Assim,

*Un giorno otto o dieci brasiliani entrarono su quel di Antonio Bosa e si posero a tagliare **herva mate**. Il Bosa con una ventina di italiani, tutti armati, attorniarono gli altri e gli tennero come assediati um giorno intero. Ma un brasiliano fingendo di arrendersi e di riconoscere i diritti dei nostri, domandó di recarsi a casa per prendere il denaro necessario per ripaare il danno arrecato. Tornó, ma accompagnato da un 200 compatriotti in gran parti armati com a capo il detto Freitas.*³⁵⁶

O primeiro grande conflito registrado acabou por se resolver através do diálogo entre as partes. Porém, um novo episódio envolveu efetivos disparos de fuzil e, tendo a situação se escalonado, fez com que os italianos procurassem o Governo, para que não houvesse mais problemas.³⁵⁷

O que podemos inferir destes acontecimentos descritos? Tendo vivido por pouco tempo na colônia serrana, é de se esperar que os imigrantes não tivessem experienciado tanto contato com os brasileiros – ainda que o mesmo provavelmente existisse, em algum grau –, comunicando-se, também, com dificuldades em português. No entanto, o relato dá a entender que eles se relacionaram bem com as autoridades, quando da necessidade de fazer valer seus direitos como os novos proprietários das terras, conforme afirma Martini.

Para além das palavras narradas pelo padre, não temos muito mais detalhes do que pode ter acontecido nestas duas ocasiões de embate entre os grupos, nem tampouco dispomos de relato que nos apresentem o lado destes “posseiros”. Entretanto, a respeito dos conflitos entre imigrantes e brasileiros, Vendrame comenta

³⁵⁶ Tradução: “Um dia, oito ou dez brasileiros entraram no terreno de Antonio Bosa e se puzeram a cortar erva-mate. O Bosa, com uns 20 italianos, todos armados, cercaram os outros, e os mantiveram assediados um dia inteiro. Mas um brasileiro, fingindo render-se e reconhecer os direitos dos nossos, pedir [sic] para ir à casa pegar dinheiro necessário para reparar o dano causado. Voltou, mas acompanhando de uns 200 compatriotas em grande parte armados, tendo como chefe o dito Freitas”. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.4. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. p. 11].

³⁵⁷ MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908.

que os primeiros “pensavam a região colonial como um espaço destinado à sua ocupação”.³⁵⁸ Ou seja, o episódio trata da *construção* de um espaço dos imigrantes a partir de práticas que, conforme percebemos na análise da autora, são sociais.³⁵⁹ Essa posição fica clara nas palavras de Martini, visto que, conforme relata o padre, os italianos, após a compra, haviam se tornado os donos das terras, e, portanto, acreditavam que a presença de outras pessoas ali era inaceitável – ainda mais quando ela estava acompanhada do que nos parece ser considerado por eles como “roubo”.

Ainda a este respeito, nas palavras da historiadora,

A relação entre as práticas sociais e a construção de uma consciência sobre um território, passa pela organização de formas agregativas diversas, sejam elas religiosas, familiares, parentais ou comunitárias. Essas reforçam laços e identificações, e ajudam a compreender como os grupos imigrantes vão definindo socialmente seus direitos e modos de se comportar numa comunidade ou região. As novas formas de interação irão propiciar a formação de coesões internas e afinidades quando do contato com outro grupo étnico.³⁶⁰

Ainda que seja necessário ressaltarmos que o olhar de Vendrame está voltado para uma região que nos parece, pelo menos em princípio, mais dinâmica do que a – então nascente – colônia de Santa Felicidade, acreditamos que as observações – guardadas as devidas proporções – também nos são válidas, visto que reforçam o sentido da identificação de grupos étnicos e, de igual importância, as situações de contato entre diferentes grupos – que, conforme podemos observar, continham o potencial para a eclosão de embates.

Ainda curiosos sobre este episódio de caráter conflituoso entre os imigrantes e os brasileiros, pretendemos explorar de que forma ele é apresentado nas próximas fontes que se seguem neste capítulo, buscando identificar se houve o apagamento dessa memória, que poderia ser considerada, de certa forma, constrangedora, em detrimento de uma homogeneidade na história de sucesso dos imigrantes que construíram Santa Felicidade.

³⁵⁸ VENDRAME, M. I. “Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. In: **História Unisinos**, set/ dez/ 2020. UNISINOS. pp. 502-515. Disponível em: < <https://www.academia.edu/44185140/> >. Acesso em: 15 jan 2022. P. 508.

³⁵⁹ *Ibid.*

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 514.

4.1.4 Os italianos e a vida religiosa

Em sua dissertação em História, defendida no ano de 2018, Fábio Luiz Machioski explorou o forjar de uma identidade italiana para os imigrantes que se estabeleceram no Paraná entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Como já foi referido antes, ao final de sua análise, o historiador concluiu que “a religião católica exerceu um papel fundamental no processo de identificação etnocultural vivido pelos imigrantes italianos que se estabeleceram em terras paranaenses”.³⁶¹ Desta forma, “[...] a prática do catolicismo [...] se tornou um signo utilizado para definir a identidade etnocultural dos imigrantes de origem italiana”.³⁶² Contudo, conforme observou o autor, este processo se deu por meio de imposição de um discurso – a saber, o do Padre Pietro Colbacchini, cujos escritos foram analisados na referida dissertação. Agora, ao direcionarmos nossa atenção para os escritos de Giuseppe Martini, procuramos também entender essa relação entre os italianos e a fé Católica – tema que, devido às afiliações do autor, recebe bastante destaque. Assim, o religioso nos conta que

*Figli del bel paese, e forti di quella fede che sempre distinse gli abitanti di esso i nostri coloni non disonorarono mai la loro bandiera di italiani e di cattolici e mentre lontani dalla patria conservarono per essa le più care memorie e il desiderio di rivederla, lontani dal centro della Religione portarono questa con sé sempre viva ed ardente. Ma la religione vera, come il fuoco, non può rimanere nascosta: abbisogna di esternarsi e di espandersi ed in questo esternarsi ed espandersi trova la sua vita.*³⁶³

As primeiras expressões de organização religiosa teriam sido configuradas por reuniões nas casas dos próprios colonos, enquanto, em dias festivos, quem podia deslocava-se até Curitiba para assistir à missa. Porém, com o crescimento do número de famílias em Santa Felicidade que, a partir de 1879 chegavam de Morretes –

³⁶¹ MACHIOSKI, F.L. **Uma luta ultramontana**: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2018. p. 182.

³⁶² *Ibid.*, p. 182.

³⁶³ Tradução: Filhos da bela terra, e fortalecidos por aquela fé que sempre distinguiu os seus habitantes, os nossos colonos jamais desonraram suas bandeiras de italianos e de católicos, e mesmo longe da pátria conservavam por elas a mais cara lembrança e o desejo de revê-las; longe do centro da Religião, como o fogo, não pode permanecer oculta: necessita mostrar-se e expandir-se, e nêste mostrar-se e expandir-se encontra sua vida.” MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.5. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. pp. 13-14].

algumas das quais transportadas ao Brasil no mesmo vapor Sully – ou diretamente da Itália, fez-se necessária a construção de uma capela. A primeira edificação, em madeira, foi levantada pelos próprios colonos e a primeira missa nela foi celebrada pelo pároco de Curitiba – porém o sacerdote não falava a língua dos colonos.

Martini comenta que “*il primo Missionario italiano che visitò S. Felicidade nel 1885 e vi predicò la prima Missione nella lingua patria, fu il P. Giovanni Cibeo della Comagnia di Gesu’*”.³⁶⁴ A chegada do padre Pietro Colbacchini, vêneto, aconteceu só em 1886, e logo após o mesmo fixou residência no Água Verde – também uma colônia –, de onde visitava as várias populações italianas no entorno, embora viesse a transferir-se, nos anos seguintes, para Santa Felicidade. Martini o descreveu como sendo um “*Uomo d’ingegno svegliato, di grande esperienza e di intraprendenza singolare*”.³⁶⁵ O memorialista ainda o chamou de “sentinela”, aquele que buscava manter os italianos da colônia longe dos que haviam se estabelecido no centro da cidade – os quais iriam *corrompê-los*. A respeito deste zelo de Colbacchini para com os colonos, Machioski comenta que

[...] essa forma de representação da italianidade precisou combater outros modelos, contrários a esse discurso católico específico, que também disputavam a adesão dos imigrantes italianos que se estabeleceram na região. Portanto, foi possível verificar que, mesmo a maioria desses estrangeiros tendo assumido a catolicidade como marca identitária, esse processo se deu em meio a disputas de poder, negociações e resistências. Sobretudo, identificamos que houve a presença de um modelo de italianidade pautado no amor à pátria de origem e no nacionalismo que surgiu durante o contexto histórico de unificação da Itália. Constatamos que essa outra forma de representação da identidade étnica também esteve presente entre os italianos que se instalaram em Curitiba, principalmente entre os imigrantes dessa origem que se fixaram no centro urbano da capital paranaense.³⁶⁶

De todo o modo, Martini ressalta que, seguindo a vinda de Colbacchini – e por intermédio dele – logo chegaram outros párocos à colônia. Uma nova capela foi também erguida, agora de alvenaria, inaugurada em 1891 e consagrada a São

³⁶⁴ Tradução: “o primeiro missionário *italiano* [grifo nosso] que visitou Santa Felicidade, em 1885, e ali oficiou a primeira missa na língua pátria, foi o Pe. Giovanni Cibeo, da companhia de Jesús”. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.6. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. p. 17].

³⁶⁵ Tradução: “Homem de engenho lúcido, de grande experiência e de empreendimento singular”. *Ibid.*, p. 7. [*Ibid.*, p. 20]

³⁶⁶ MACHIOSKI, F.L. **Uma luta ultramontana**: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2018. p. 183.

José.³⁶⁷ Após a sua partida, em 1894, a capela ficaria a cargo dos novos padres que eram enviados para Santa Felicidade – diferentemente da ausência destes nos primeiros anos do assentamento. Outra inovação que se percebeu na virada do novo século e que foi também de inspiração religiosa foi a construção da escola, a qual iniciou-se no em 1899 e foi concluída no ano seguinte, ficando a cargo das missionárias irmãs Escalabrinianas.³⁶⁸ É próximo dessa época, em 1902, que se estabeleceram na colônia as últimas famílias vindas da Itália³⁶⁹ – vinte e quatro anos depois da chegada dos primeiros colonos.

É também ao sentimento religioso que Giuseppe Martini atribui o sucesso de Santa Felicidade como colônia italiana. Desta forma, em primeira pessoa, declara o memorialista:

*Io però non credo di essere lontano dal vero dicendo che questo benessere della colonia le provenne dall'attaccamento che ebbe alla religione. Ciò che impedisce il progresso e la prosperità d'una popolazione e che arresta il progresso e la prosperità già conseguiti, sono i vizii. E la religione che impedisce l'entrata dei vizii o li allontana da una popolazione fa che questa vada progredendo e prosperando. Così avvenne in. S. Felicidade.*³⁷⁰

Contudo, as observações acerca do sucesso inicial da colônia e sua relação com o Catolicismo são seguidas por um alerta: o perigo da sedução excessiva dos sucessos materiais em detrimento dos deveres religiosos, o que Martini observa já em princípio. “*L’avidità di ingrandirsi sempre più [...] la mania di andar con lusso e di seguire la moda, la passione dei divertimenti anche pericolosi, come il ballo*”.³⁷¹ Assim, em tom admoestador, ele adverte contra,

La facilità che hanno taluni di trascurare la santificazione della festa, recandosi magari sino alla porta della Chiesa e perdere la Messa o le Funzioni, per trattare di affari o conversare cogli amici: la negligenza di altri

³⁶⁷ MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908.

³⁶⁸ *Ibid.*

³⁶⁹ *Ibid.*

³⁷⁰ Tradução: [...] Eu não creio que esteja longe da verdade dizendo que este bem-estar da colônia provém do acatamento que todos têm pela religião. O que impede o progresso e a prosperidade de uma população e que detem o progresso e a prosperidade já conseguidos, são os vícios. E a religião, que impede a entrada dos vícios, ou os afasta de uma população, faz com que esta vá progredindo e prosperando. Assim aconteceu em Santa Felicidade. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.15. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. pp. 38-39].

³⁷¹ Tradução: “A avidez de engradecer-se mais [...] a mania de andar com luxo e seguir a moda; a paixão dos divertimentos mesmo perigosos, como o baile”. *Ibid.*, p. 17. [*Ibid.* p. 43].

*nell'accostarsi ai S. Sacramenti, che sono le sorgenti delle grazie indispensabili a sostenere le prove della vita: la debolezza di tanti padri nell'educazione dei figli: l'ignoranza religiosa di molti fanciulli: l'insubordinazione e malcreanza di certi giovani: l'onore che si rende al dio bacco da giovani e vecchi che abusano delle bevande spiritose; la bestemmia che facilmente si sente da piccoli e grandi.*³⁷²

O que essa declaração pode representar acerca da identidade da colônia? Se, no início do processo de imigração, Machioski viu na condução espiritual de Pietro Colbacchini a expressão de uma italianidade relacionada diretamente ao catolicismo, talvez possamos supor que – conforme percebemos nas palavras acima –, uma vez ausente a figura de autoridade do religioso, somando-se também ao progresso material experimentado pelos colonos, essa ligação – que não deixa de existir completamente – acabe tornando-se, aos poucos, mais teórica do que propriamente expressão de um cotidiano. O próprio padre Martini, embora redija um texto de vocação bastante religiosa, não deixa de fora informações e conquistas práticas da população de Santa Felicidade.

É interessante notarmos essa *evolução* no processo identitário, que parece torna-se mais complexo e menos maniqueísta com o passar das décadas, vindo a incluir outros elementos que não se limitam à vocação religiosa da população. Essa hipótese procuramos explorar em nosso próximo tópico, quando damos um salto temporal ao ano de 1949, para questionar a segunda fonte a ser analisada.

4.2 O VALOR DOS ITALIANOS PARA O PARANÁ E A COLÔNIA SANTA FELICIDADE

“AGORA, SENHORES,
 Numa saudação final e decisiva:
 Viva o casal e viva a família Ferro-Budel!...
 Viva Santa Felicidade!...
 Vivam os povoadores das demais colônias
 italianas estabelecidas neste Estado!...
 E, num preito de justiça e gratidão, Senhores,

³⁷² Tradução: A facilidade que tem alguns de descuidar da santificação da festa, e apesar de irem até a porta da igreja, perderem a Missa ou as Funções, para tratar de negócios ou conversar com amigos; a negligência de outros em chegar aos S. Sacramentos, que são as fontes das graças indispensáveis a aguentar as provas da vida; a debilidade de tantos pais na educação dos filhos; a ignorância religiosa de muitas crianças; a insubordinação e malcriação de certos jovens; a honra que rendem ao deus baco os jovens e velhos que abusam das bebidas espirituosas; a blasfêmia que facilmente se ouve de grandes e pequenos [...]. MARTINI, G. **Origem e desenvolvimento da colônia Santa Felicidade**. Tradução de Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. p.17-18. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908. p. 43-44].

VIVA O PARANÁ!... VIVA O BRASIL!...”³⁷³

Na data de 2 de setembro de 1949 celebrou-se em Santa Felicidade a comemoração das bodas de ouro de Felice Budel e Maria Ferro Budel – em sua juventude, dois imigrantes italianos estabelecidos na colônia. A 12 de outubro do mesmo ano foi publicado pela família o pequeno discurso que havia sido proferido pelo convidado Sezinando das Chagas Lima, no qual o autor fazia um grande elogio aos italianos radicados no Paraná.

Ainda inédito nas pesquisas que dizem respeito à história e à identidade da colônia de Santa Felicidade, procuramos incluir este raro documento em nosso escopo de fontes primárias, uma vez que se trata de mais um discurso no qual encontramos os elementos que compõem reflexões sobre o *ser italiano* da região. Diferentemente de nossa primeira obra analisada, o texto é publicado por um leigo. Porém, Chagas Lima – embora o sobrenome português de origem paterna não deixe isso explícito – também faz parte deste grupo de italianos e descendentes dos quais tece comentários. Desta forma, o autor não efetua uma análise externa dos acontecimentos, mas faz observações *internas* – e, conforme podemos perceber, bastante apologéticas.

As suas primeiras páginas contam com uma homenagem ao padre Natal – mais um dos missionários que dedicaram parte de sua carreira à vida em Santa Felicidade – e, também, com o reconhecimento a uma figura não-religiosa. Lemos, então, que a obra faz “Homenagem de reconhecimento ao *trabalhador italiano* [grifo nosso] de ontem e ao de hoje, em terras paranaenses, na pessoa respeitável do velho líder da classe operária Snr. João De Mio”.³⁷⁴

Encontramos algumas informações acerca deste personagem citado no parágrafo anterior. Nascido na região montanhosa da província de Belluno, no Vêneto, João – Giovanni na grafia original – emigrou ainda criança com a família para o sul do Brasil, no final da década de 1880. Desde a adolescência,

João De Mio teve uma ativa vida social e profissional. Erigiu diversas obras conhecidas em Curitiba, bem como em todo o Paraná. Construiu muitas igrejas em diversos bairros da capital, auxiliando a Igreja Católica a alcançar

³⁷³ CHAGAS LIMA, S. **O valor dos italianos no Paraná e a colônia Santa Felicidade**. Discurso. Curitiba, 1949. p. 38.

³⁷⁴ *Ibid.* Sem paginação.

o maior espaço geográfico possível, mostrando sua presença e espantando o então temido “comunismo”. Também participou de entidades importantes como a Sociedade Garibaldi, a Sociedade Beneficente Operária do Batel e o Círculo Operário Católico e, por vezes, foi líder ou teve outros cargos de destaque nesses grupos.³⁷⁵

Não conseguimos identificar uma relação suficientemente clara entre a pessoa de João De Mio e o autor do texto, ou mesmo entre ele e a família Budel, para além da admiração. Sabemos, entretanto, que tanto a família homenageada quanto o líder operário eram provenientes da Província de Belluno e haviam deixado a Itália mais ou menos na mesma época. Ainda que falte a nós visualizar uma ligação mais direta entre os personagens – somos aqui lembrados que o trabalho do historiador frequentemente encontra lacunas na documentação ao invés de respostas –, achamos bastante interessante essa valorização ao trabalho – e, mais, ao trabalho operário –, o que pode se configurar como mais um dos elementos que influenciam a identidade dos italianos de Santa Felicidade.

A homenagem seguinte no livreto se dá à “[...] Honrosa Descendência Italiana: Na Religião, Sua Excia. Reverendíssima Bispo Dom Antônio Mazzarotto. Na Ciência, O Eminentíssimo Professor César Lattes”.³⁷⁶ Não nos espanta verificar o nome de um italiano no campo eclesiástico, porém somos novamente surpreendidos com este material ao nos depararmos com o nome de um importante intelectual brasileiro. Na data da publicação, César Lattes, curitibano filho de imigrantes italianos, não havia chegado ainda aos trinta anos,³⁷⁷ mas já vinha reconhecido como um grande nome – e, arriscamos, homenageado pela origem de sua família. O que inferimos deste trecho é mais uma indicação de que a identidade italiana, como já havíamos notado com a análise do texto de Giuseppe Martini, publicado em 1908, já estava em processo de expansão para além da ligação única italiano/ católico defendida por Colbacchini.

Na justificativa da publicação, a família Ferro-Budel, agradecendo pelas palavras de Chagas Lima, explicita a intenção de que elas fossem também conhecidas por todos os italianos do Paraná – e do Brasil. Após uma rápida explanação acerca da genealogia das duas famílias, o texto tem início.

³⁷⁵ DOARTE, L. C. João de Mio: imigrante, católico e construtor do Paraná. **Círculo de Estudos Bandeirantes**. v. 26. 2016. p. 61.

³⁷⁶ CHAGAS LIMA, S. **O valor dos italianos no Paraná e a colônia Santa Felicidade**. Discurso. Curitiba, 1949. Sem paginação.

³⁷⁷ **UNICAMP**. BIBLIOTECA CENTRAL CÉSAR LATTES. Quem foi César Lattes? Disponível em: <<https://www.bccl.unicamp.br/conheca-a-bccl/quem-foi-cesar-lattes/>>. Acesso em 10 de set. 2021.

4.2.1 O discurso apologético

Após os devidos agradecimentos à família pela oportunidade que lhe foi dada, já iniciando a sua narrativa, com o intuito de ela faça “vibrar as cordas da saudade para a música encantadora do passado daqueles que souberam viver”,³⁷⁸ Sezinando declara:

Cheios de mocidade e de esperança, deixaram as lindas terras italianas, onde a arte e a beleza, o sentimento e o gênio plantaram eterno monumento [...] interpretes da ciência, da filosofia e das artes, e onde a natureza pôs os seus primores de sedução nas montanhas e nos vales, nas campinas e nas florestas, nos rios e nos mares, na beleza dos céus e na própria luz do sol, como na música nativa dos camponeses e operário da Toscana ou da Calábria, da Secília ou da Sardenha, de Venécia ou de Nápoles, de Gênova ou de Milão, de Turim ou de Bolônha, cheios de mocidade e de esperança, deixaram as lindas terras italianas grandes e numerosos contingentes de trabalhadores moços e fortes, honestos e bons, com o propósito de se estabelecerem nos diferentes países do Novo Mundo, cujas condições de vida lhes seriam mais generosas e prósperas.³⁷⁹

O grande elogio à Itália – e não circunscrito ao Vêneto –, a expectativa contida na experiência da emigração, as qualidades intrínsecas do colono que deixava sua terra natal, as memórias, das quais as novas gerações só têm acesso através do relato dos pioneiros antepassados, são temas que, guardadas as diferenças temporais, vemos também na obra de Martini. Aqui, no entanto, o sentimento religioso não parece ser o componente principal desta identidade. Importante, sem dúvida, mas – conforme nos parece – deixado em segundo plano neste trecho em favor de todas as referências culturais trazidas por Chagas Lima.

No Brasil, estes italianos teriam dado início a um progresso civilizador, contribuindo – conjuntamente com outros europeus – para a construção da grandeza do país, “quer no trabalho industrial e agrícola como no comércio, quer na benéfica cooperação social ou cultural, quer ainda na constituição étnica de seu povo”.³⁸⁰ Novamente, a ênfase é no trabalho. Para Sezinando, os estados do sul – assim como São Paulo – também tiveram a preferência dos imigrantes, e eles “[...] foram

³⁷⁸ CHAGAS LIMA, S. **O valor dos italianos no Paraná e a colônia Santa Felicidade**. Discurso. Curitiba, 1949. pp. 16-17.

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 16.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 17.

beneficiados com o trabalho inteligente, honesto e perseverante de tão valorosos obreiros do progresso”.³⁸¹ Referindo-se a Santa Felicidade, ele nos fala que ela é um “exemplo honroso do valor dos que nasceram no Vêneto”.³⁸² Ao recorrer à história das primeiras famílias, o autor comenta sobre o início da vida no Brasil – em Morretes, errando apenas a data, a qual coloca em 1887, nove anos após a chegada dos primeiros colonos. A colônia seria, em sua ótica, de destaque, pois haveria se tornado, em pouco tempo, grande centro agrícola.

Sezinando recorre também à memória familiar – geracional –, ao indicar que “as diferentes gerações dos habitantes desta colônia estão intimamente ligadas aos nomes que pretendo [...] homenagear [...] com o desejo de admirar a obra gigantesca que realizaram, neste núcleo de trabalho e de decência de costumes [...]”.³⁸³ Segue-se uma lista de sobrenomes – dentre os quais figuram aqueles das primeiras famílias de colonos e, também, de outros italianos que viveram fora de Santa Felicidade, visto que também representavam a “raça eleita”.³⁸⁴ Para encerrar essa alusão ao passado, o autor faz uma digressão no intuito de homenagear a Família Imperial do Brasil, na qual vê um elo de fraternidade entre o Brasil e a Itália – uma vez que, segundo ele, a imperatriz do Brasil seria da casa dos Bourbons.³⁸⁵

Retornando à Santa Felicidade, é, agora, a vez do elogio à religião Católica e aos seus representantes que, até então, julgávamos ausentes no documento. Para além da importância dos padres na vida espiritual da colônia, Chagas Lima os imputou também uma função pragmática, “as necessidades de alívio e cura das doenças e dos males produzidos por acidentes do trabalho”.³⁸⁶ Às freiras do Colégio Sagrado Coração de Jesus também teceu agradecimentos, relativos ao seu papel religioso, educacional e, assim como os padres, de cuidado aos enfermos.

O trecho final do discurso refere-se especificamente aos donos da festa., Sezinando louva os sacrifícios, o trabalho, as qualidades de chefe de família e cidadão exemplar de Felice, a honestidade de dona Maria e o trabalho que contribuiu para o

³⁸¹ CHAGAS LIMA, S. **O valor dos italianos no Paraná e a colônia Santa Felicidade**. Discurso. Curitiba, 1949. p. 18.

³⁸² *Ibid.*, p. 18.

³⁸³ *Ibid.*, p. 19.

³⁸⁴ *Ibid.*, p. 21.

³⁸⁵ *Ibid.*

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 29.

sustento dos filhos. É este o modelo de família imigrante defendido na obra, que ressalta as qualidades do homem como provedor e da mulher como apoio?

Ao longo das páginas do curto livreto percebemos alguns pontos interessantes que devemos destacar antes de seguirmos em frente com a análise de nossas próximas fontes. Primeiramente, acreditamos que o papel da religião ainda é relevante na construção da identidade desses imigrantes e descendentes, como notamos tratado pelo autor. Porém, ela, conforme já começamos a perceber, já não é o *único* elemento identitário relevante – e, talvez, nem mesmo o mais importante. O que encontramos nas linhas escritas por Sezinando das Chagas Lima é a grande valorização do *trabalho* dos italianos, que gera a sua prosperidade – que, em excesso, era criticada por Giuseppe Martini já em 1908.

O indivíduo *italiano* aqui é tratado como uma unidade. O autor descreve apaixonadamente a península como a terra de Dante Alighieri, Leonardo Da Vinci, Verdi e muitos outros, sem parecer se dar conta de que estes nomes, ainda que possam representar uma identidade cultural italiana nos anos 1949, seriam provavelmente desconhecidos pelos primeiros imigrantes vênéticos – em sua maioria camponeses analfabetos. Eles foram, assim como muitos elementos que hoje reconhecemos sem esforço como italianos, o fruto da tentativa de uma construção de identidade realizada pela sucessão de governos na península durante muitas décadas *após* o período de unificação – enquanto os imigrantes e seus descendentes já se encontravam na América. Devemos nos perguntar, então, qual a relevância deste arcabouço cultural italiano para uma população que era, em 1877, diferente de outras das diversas regiões italianas – e que não falavam, sequer, uma língua comum.

Esperávamos, ao iniciar essa dissertação, encontrar expressa em nossas fontes uma identidade que, com base na memória dos campos setentrionais italianos e na experiência da emigração, fosse mais próxima do Vêneto do que da Itália. A este respeito, Fábio Bertonha nos fala que

Nas colônias de emigrantes, na verdade, talvez seja possível dizer que, ao mesmo tempo em que os regionalismos se mantiveram com força, o sentimento de “ser italiano” foi se reforçando, até mais do que da própria Itália, dadas as próprias características do ambiente. Para isso teria contribuído, sem dúvida, o ambiente brasileiro que tratava a todos como “italianos” e colocava muitos deles em situações que estimulavam uma identidade comum

e a psicologia do emigrado que, às vezes, parecia ter certa necessidade de recriar e endeusar simbolicamente a Pátria distante.³⁸⁷

Estes nossos questionamentos não têm, ainda, uma resposta satisfatória. Para que possamos formular nossas conclusões acerca desta identidade e de como ela se constitui através da memória com o passar das décadas, precisamos, então, nos atentar para as nossas próximas fontes, que avançam para a segunda metade do século XX. O próximo texto ao qual nos dedicamos se trata da primeira obra científica a ser publicada a respeito de Santa Felicidade.

4.3 A VEZ DO OLHAR CIENTÍFICO – SANTA FELICIDADE, UM PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO

Altiva Pilatti Balhana foi uma historiadora³⁸⁸ paranaense que ocupou a cátedra de História da América da Faculdade de Filosofia da então Universidade do Paraná – atual UFPR –, a partir do final da década de 1950. Direcionando os seus estudos para a área da imigração italiana no estado, a pesquisadora dedicou parte substancial de sua carreira a estudar a população italiana de Santa Felicidade. Era sua crença que, “[...] as Universidade brasileiras para o real cumprimento das suas finalidades, devem apresentar um sentido regional”.³⁸⁹

O lugar de fala de Balhana coloca a sua obra como uma interessante fonte para nossa pesquisa e deve ser brevemente mencionado, uma vez que o livro de Matrícula da colônia Nova Itália – já apresentado neste capítulo – lista, além dos sobrenomes que encontramos frequentemente nos trabalhos sobre Santa Felicidade, também os dois ramos de ancestrais italianos da autora.³⁹⁰ Assim, se torna inegável que a historiadora compartilha, pelo menos em parte, dos mesmos traços culturais da população a qual se dedica.

³⁸⁷ BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RR: Educs, 2018. p. 70.

³⁸⁸ Notamos no trabalho aqui estudado essa influência da geografia física em seus trabalhos. ALMEIDA, L. L. **A construção da história demográfica na historiografia paranaense**: a historiadora Altiva Pilatti Balhana. Dissertação (Mestrado em História - UEPG, Ponta Grossa, 2017).

³⁸⁹ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 6.

³⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro de matrícula de imigrantes da colônia Nova Itália**.

Dialogando com a Antropologia e metodologicamente inserida no campo da demografia histórica, para Balhana, nas palavras de Letícia Leal de Almeida,

[...] o estudo demográfico forneceria elementos para compreensão da organização e composição da população paranaense e como isso refletiria na economia regional. Destacava a importância do indígena, relacionando-o ao movimento das bandeiras, na criação de gado e mais tarde na colheita da erva-mate. Enfatiza também a contribuição da imigração europeia após o século XIX que, para ela, seria a mais importante na composição paranaense.³⁹¹

Seu olhar estava voltado para o papel exercido pelo imigrante no desenvolvimento da economia paranaense – enfatizando a sua vocação para a produção agrícola –, na tentativa de estabelecer diferenças e similaridades entre a região de imigração no estado em relação ao resto do Brasil.³⁹² Para isto, a historiadora foi à Europa pesquisar nos arquivos e conhecer as regiões das quais saíram os fluxos de imigrantes que se estabeleceram nos arredores da capital do Paraná – as mesmas que exploramos, ainda que brevemente, no segundo capítulo desta dissertação.

A sua obra mais vultosa sobre Santa Felicidade é um dos quatro livros que propomos analisar neste capítulo, o qual foi intitulado “Santa Felicidade, um processo de assimilação”. Publicado em Curitiba no ano de 1958, o livro é a única obra de cunho científico que figura entre nossas fontes. Utilizado em todos os textos que tratam de Santa Felicidade após sua publicação – sejam eles acadêmicos ou memorialísticos –, as suas ricas observações acerca do cotidiano da colônia tem servido mais como uma referência bibliográfica, não recebendo os devidos questionamentos. Para nós, contudo, considerando entre vários aspectos a distância temporal entre a pesquisa realizada por Balhana e o presente, olhamos para o texto como mais um dos recursos aos quais podemos recorrer para entender o estabelecimento da identidade em Santa Felicidade em seus vários momentos – aqui, especificamente, os anos 1950. Desta forma, organizamos nossa análise nos tópicos que se seguem.

³⁹¹ ALMEIDA, L. L. **A construção da história demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana**. Dissertação (Mestrado em História - UEPG, Ponta Grossa, 2017. p. 49.

³⁹² *Ibid.*

4.3.1 Assimilação – o debate

Antes mesmo que procuremos discutir mais detalhadamente o conteúdo da obra de Balhana em si – tendo como foco, principalmente, as observações referentes ao trabalho, religião, imigração e vida social –, é necessário problematizarmos já o seu título. Ao optar por pesquisar o processo de assimilação da população de italianos e descendentes em Curitiba – cujos resultados alcançados pela autora discutimos ainda ao final deste subcapítulo –, Altiva estava em acordo com o momento historiográfico. Em suas palavras,

Escolhi a colônia Santa Felicidade por me parecer ela a mais representativa das colônias italianas no Paraná, fato êste implícito mesmo no consenso geral. Ela representa a melhor amostra da colonização italiana no Paraná, uma vez que constitui uma “**colônia**” no sentido sociológico, portanto capaz de dar a medida do processo de assimilação dêste contingente humano na comunidade paranaense. Ainda guarda aspectos interessante da sua cultura original, porém está em franco processo assimilatório.³⁹³

A percepção da assimilação, para a autora, é de um processo variado e, também lento, ainda mais tratando-se de agricultores, visto o pouco contato necessário entre eles e a sociedade receptora – dado questionável se considerarmos a necessidade do escoamento dessa produção –, que pode levar várias gerações, dependendo de diversos fatores. De forma simples, ela “trata-se apenas de saber em que prazo e até que limite pode um contingente de imigrantes amalgamar-se a uma população nacional, e quais as formas que assume esse processo de amalgamação”.³⁹⁴

Podemos tentar entender a assimilação, então, como um conceito localizado no tempo e que faz parte da própria história dos estudos acerca da imigração, e que, por sua vez, foi “[...] repetidamente criticado a partir dos anos 1960, quando o ressurgimento da etnicidade contestou sua insensibilidade em relação às identidades individuais e grupais e seu envolvimento em um processo de não única”.³⁹⁵

³⁹³ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 6.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 11.

³⁹⁵ Ainda que a autora trate em especial da aplicação do conceito de Assimilação na academia norte-americana, entendemos que os mesmos processos se aplicam ao nosso contexto. GREEN, N. L. Tempo e estudo da Assimilação. **Revista Antropológicas**. nº 25. 2º semestre 2008. pp. 23-47. p. 27.

Ainda para Nancy Green, “Críticos por seus pressupostos etnocêntricos, por sua natureza normativa, sua noção teleológica de que imigrantes necessariamente se transformam em nacionais indiferenciados, os estudos de assimilação entraram em colapso”.³⁹⁶ O conceito, então, estaria em confronto com a pluralidade de identidades – e com a própria concepção de etnicidades. Vemos na obra de Balhana uma certa aproximação a essa discussão. Para ela,

[...] no que se concerne aos limites ou medidas do grau de intensidade, considerados desejáveis na assimilação, houve uma total revisão de conceitos. Os grandes estudiosos desse fenômeno social revendo as teorias existentes e elaborando novas teorias, relevam esta tendência renovadora. Atualmente se pensa com desembaraço que os problemas de assimilação devem ser analisados, não mais como um processo de incorporação pura e simples do imigrante a país de adoção, e sim como um processo de criação, do qual surgem novos complexos culturais. A tese do “melting-pot”, tese de unificação nacional unilateral, está hoje superada por aquela outra do pluralismo cultural, da qual procede a idéia de que os países americanos serão uma síntese das contribuições culturais das nações emigrantistas.³⁹⁷

Essa discussão se torna palpável ao pensarmos em nosso objeto de pesquisa. A própria questão de identidade étnica que procuramos entender relativa à Santa Felicidade parte, justamente, dessa concepção mais plural em relação ao universo identitário. Se seguíssemos nossa análise em busca da assimilação pura dessa população, acreditamos que não poderíamos chamar a colônia de bairro italiano de Curitiba – conforme ocorre até hoje, visto as recentes comemorações relativas aos 140 anos da chegada dos primeiros colonos. Por fim, aberta essa importante discussão inicial, podemos nos voltar para o conteúdo da obra publicada por Balhana.

4.3.2 A emigração para a América – da teoria acadêmica à fundação e desenvolvimento da colônia

Logo em seu prefácio, Balhana explica o interesse por estudar Santa Felicidade e sua metodologia de análise – ambos citados por nós há alguns parágrafos. A história do bairro foi tratada pela autora através da observação direta, de cunho antropológico,

³⁹⁶ GREEN, N. L. Tempo e estudo da Assimilação. **Revista Antropolíticas**. nº 25. 2º semestre 2008. pp. 23-47. p. 27.

³⁹⁷ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 13.

contando com entrevistas, formulários, história de vida. Além disso, arquivos diversos e bibliotecas também se fizeram necessários para a composição dos dados, muitos dos quais de origem estatística. A riqueza dos detalhes registrados pela historiadora se prova como fundamental para interpretarmos a colônia nos anos 1950, visto que muito que a autora viu deixou de existir nos anos seguintes.

Na sequência, em sua introdução, Balhana faz uma explanação acerca da imigração para o continente americano de uma maneira mais ampla do que encontramos em outras fontes – como é de se esperar em uma análise científica –, explorando conceitos gerais relacionados aos estudos do tema, como fatores de expulsão e atração – protagonizados, respectivamente, pelo continente europeu e pelo americano –, a própria assimilação, entre outros. Acerca do tema, para Balhana, ilustrando também sua vocação multidisciplinar:

Constantemente nos estudos históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos e outros, se tem recorrido ao exame desses movimentos da humanidade afim de que se possa obter esclarecimentos sobre uma infindável série de problemas a eles relacionados.³⁹⁸

Dentre as questões levantadas pelo estudo deste processo, a autora destaca “a posição da imigração italiana para o Brasil, sendo inexcelável na sua importância, não só pelo número com que se apresenta [...], como pela riqueza das trocas culturais que a sua presença no meio brasileiro veio trazer”.³⁹⁹ Percebemos aí o viés quase apologético que, de alguma forma, relaciona este estudo – ainda que científico – às duas obras já analisadas neste capítulo. Estes contingentes populacionais citados pela autora haviam se dirigido ao sul do país em busca de condições semelhantes às de suas pátrias natais – ainda que, ressalta Balhana, as primeiras três colônias estabelecidas no Paraná não houvessem logrado êxito, assim como as colônias italianas estabelecidas na região litorânea do estado na década de 1870.⁴⁰⁰

Alíva explora, na sequência, a fundação da colônia Santa Felicidade, afirmando que sua origem “está intimamente ligada à história da imigração italiana no Paraná, o que torna impossível estudá-las em separado”.⁴⁰¹ Em sua digressão, ela

³⁹⁸ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 10.

³⁹⁹ *Ibid.*, p.22.

⁴⁰⁰ *Ibid.*

⁴⁰¹ *Ibid.*, p. 28.

trata do processo inicial de imigração italiana no Brasil que, conforme exploramos em nosso segundo capítulo, começou oficialmente a partir de 1875. Ao tratar do Paraná, ela não deixa de lado o caso de Sabino Tripotti e da colônia Alexandra, ao qual também já nos dedicamos no referido capítulo, fazendo referência à obra de Giuseppe Martini. Como novidade de sua análise em relação aos textos anteriores, ela elabora acerca das famosas condições adversas encontradas pelos colonos no litoral, como o clima e a terra, comentando que “tais obstáculos materiais teriam sido superados, como o foram pelos próprios italianos em zonas de condições semelhantes”.⁴⁰² Para Balhana, o fracasso da colônia teria se dado pelo próprio desinteresse de seu criador, preocupado exclusivamente com o lucro que lhe caberia na cooptação de colonos. A autora nos apresenta, também, a solução encontrada pelo governo provincial de Lamenha Lins em relação a este problema: a criação da Colônia Nova Itália, em 1877 – à qual já dedicamos alguns parágrafos, cujo destino também não seria o de prosperidade.⁴⁰³

A sua narrativa segue, indicando que – como percebemos nas fontes anteriores já exploradas e na historiografia contemporânea acerca do período – após o fracasso da experiência litorânea, os italianos, em sua grande maioria, se fixaram na capital paranaense e em seus arredores, em colônias de diversas conformações, dentre as quais figurava Santa Felicidade. A respeito dessa população, Balhana comenta que “a grande característica da imigração italiana no Paraná é sua feição eminentemente rural que a diferencia daquela efetuada em outros Estados do Brasil”.⁴⁰⁴ No estado, a predominância foi de camponeses vênetsos – de profunda tradição agrícola –, que comporiam 90% do total de chegadas. Assim,

São de origem vêneta os colonos de Santa Felicidade. Vieram, como os demais, atraídos pela propaganda e com destino ao litoral paranaense, onde chegaram em janeiro de 1878. Foram encaminhados para Pôrto de Cima e São João da Graciosa, núcleos da colônia Nova Itália, criada no ano anterior pelo govêrno de Lamenha Lins.⁴⁰⁵

⁴⁰² BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p.29.

⁴⁰³ *Ibid.*

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p. 35.

A explicação que a autora traz acerca do abandono da colônia no litoral, a chegada dos primeiros imigrantes no entorno de Curitiba, a solicitação de mudança – amparada por lei, conforme já observamos – para um novo assentamento, os conflitos entre eles e os *brasileiros*, não são novidades, tendo sido exploradas por Martini ainda em 1908 – cuja obra pioneira figura como uma das fontes utilizadas pela própria Altiya.

Sentindo ainda a necessidade de uma contextualização geográfica, a autora tratou também da paisagem natural e humana da região incluindo em sua publicação, até mesmo, um mapa topográfico e explorando a espacialidade da localidade – os diferentes tipos de terrenos, a importância da *colônia* central, ou seja, a rua onde se encontra a igreja, edificada em um clássico estilo italiano – assim como as demais instalações da vida pública, como o cemitério.⁴⁰⁶ Neste núcleo, havia “certas casas do tipo rural perdidas no meio da nova arquitetura que começa a dominar a paisagem”.⁴⁰⁷ Quanto ao componente humano, Balhana apresentou dados demográficos que indicaram uma predominância de famílias vivendo na área rural da colônia – menos modificada –, em detrimento das zonas urbana e suburbana.⁴⁰⁸ Na casa – também descrita em detalhes na obra – a família patriarcal poderia abrigar até vinte pessoas, algo que a autora observou como cada vez mais raro – e, talvez, um sinal do processo de assimilação que procurou observar.

Essa análise da espacialidade de Santa Felicidade é outro ponto interessante para discutirmos, já que é nesses espaços – principalmente na sua porção central, ainda hoje chamada por muitos de *colônia* – que se dão os contatos entre os personagens desta dissertação. Essa área, que compreende, via de regra, o local dos quinze primeiros lotes, contém, desde o final do século XIX algumas das estruturas fundamentais do assentamento: a igreja, o cemitério, a escola, as primeiras casas comerciais. É nestes espaços que ocorre a vida social.

⁴⁰⁶ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p.43.

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 45.

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 46.

4.3.3 A produção rural e a vida econômica – trabalho

Balhana nos informa de que, à época, “Santa Felicidade possui uma economia essencialmente agrícola”.⁴⁰⁹ Para a autora, “É a agricultura que fornece os produtos necessários à subsistência dos colonos e ao comércio que se realiza com os mercados consumidores da capital paranaense”.⁴¹⁰ Há a presença do extrativismo – lenha, erva-mate, pinhão –, enquanto a criação de animais serve ao consumo doméstico – em especial, o porco. As propriedades de cultivo ainda se dividem em quintal e roça – o primeiro um terreno mais antigo, situado na colônia, no qual o italiano habita e o segundo um outro lote, mais distante e adquirido posteriormente, no qual opera sua plantação.⁴¹¹

Na roça, planta-se o feijão, a abóbora e o milho – sendo este, “para o Vêneto e, portanto, para os colonos de Santa Felicidade, o pão de cada dia”.⁴¹² Os habitantes cultivam ainda – desta vez em seus quintais – a vinha, já que “o Vêneto é portador de uma tradição vitivinícola milenar”.⁴¹³ O vime, plantado à beira dos rios, também é uma importante fonte econômica,⁴¹⁴ assim como as hortaliças e legumes – os quais, produzidos no quintal, são absorvidos pela capacidade consumidora da capital.⁴¹⁵ O comércio de lenha e da erva-mate – essa última principalmente nos primeiros anos do estabelecimento de Santa Felicidade – são também importantes fontes de renda.⁴¹⁶

Lembramos aqui que a tradição historiográfica – embasada nas fontes do século XIX – nos indica justamente a necessidade da presença de colônias como essa no entorno de Curitiba, para que pudessem abastecer a capital de seus produtos. Balhana, inserindo a antiga Santa Felicidade no bojo de uma história de continuidade com raízes ainda mais antigas, comenta que

Possuidores de uma profunda tradição agrícola, os vênetos foram impelidos a emigrar em busca de novas terras. Uma vez no Paraná, movidos ainda pelo

⁴⁰⁹ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 59.

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 59.

⁴¹¹ *Ibid.*

⁴¹² *Ibid.*, p. 64.

⁴¹³ *Ibid.*, p. 66.

⁴¹⁴ *Ibid.*

⁴¹⁵ *Ibid.*

⁴¹⁶ *Ibid.*

mesmo fator, migraram para o planalto curitibano, cujas condições mais propícias à prática da agricultura tradicional, os atraíram.⁴¹⁷

É interessante ressaltarmos aqui uma questão com a qual temos nos deparado no texto. Enquanto nossas duas primeiras fontes trataram dos colonos de forma abrangente, como italianos – ainda que indicando sua origem vêneta –, Altiya parece insistir mais na proveniência geográfica exata como um fator de identificação e de *diferenciação* destes imigrantes, ressaltando com certa frequência a sua singularidade em detrimento aos outros oriundos da península itálica. Isso é singular, considerando que a fonte se inscreve no período quase final do nosso recorte.

Além disso, notamos no texto uma profusão de informações que estava presente nas duas obras anteriores. Enquanto a virtude e aptidão ao trabalho dos imigrantes é valorizado por Chagas Lima – e até mesmo por Martini, com algumas ressalvas –, nenhum dos dois se aprofunda muito no tema da produção agrícola – maior expressão do trabalho dos italianos nestes primeiros tempos. Balhana, por outro lado, nos apresenta um panorama bastante elaborado em relação ao modo de sustendo desta população.

Em todo o caso, a relação de comércio com a capital faz com que Santa Felicidade sofra “com grande intensidade a sua influência em todos os setores [...], e deverá ser cada vez mais absorvida pelo ritmo de crescimento de progresso de Curitiba”.⁴¹⁸ Este é apenas mais um ponto no qual percebemos a intenção da autora em entender o bairro enquanto objeto em um longo processo de assimilação. Resultado dessa onda de modernização seria o estabelecimento, dentre outros tipos de comércio um pouco mais especializado, dos restaurantes típicos, que serviam mais a atrair a população da cidade e não os italianos da colônia.⁴¹⁹ À questão específica dos hábitos alimentares Balhana também dedicou algumas páginas.

⁴¹⁷ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 60.

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 89.

⁴¹⁹ *Ibid.*

4.3.4 Alimentação, vida social e familiar

“Entre os traços característicos de uma determinada sociedade, figuram com destaques aqueles referentes à alimentação”.⁴²⁰ Este destaque às tradições alimentares na obra de Balhana nos remete às diferenças regionais que exploramos em nosso segundo capítulo, ao nos dedicarmos aos hábitos alimentares dos vênets – um pouco diversos dos outros povos itálicos, devido a elementos já apresentados. Além disso, um dos lugares comuns que tocam à identidade italiana no mundo todo hoje em dia é o da cultura alimentícia, então é bastante interessante notarmos a preocupação da autora em explorar também este aspecto que, conforme indica Maranhão, é de grande importância para a imagem de Santa Felicidade no mundo contemporâneo.⁴²¹

Neste ponto, como não poderia deixar de ser, figura a polenta como o alimento fundamental do dia a dia, em direta continuidade com as tradições alimentares das populações rurais italianas⁴²² – ressaltamos que se trata em especial os povos da porção setentrional da península. Para a autora, “apesar da introdução do uso do pão, a polenta continuou sendo o alimento básico das populações rurais”.⁴²³ Em Santa Felicidade, comenta ela, a falta do trigo e a tradição contribuíram para que a polenta continuasse parte da rotina alimentar dos emigrados vênets. Já as massas, de acordo com Balhana, tão populares hoje na imagem dos italianos no exterior, têm um papel secundário, visto a falta de trigo – maior ainda nos primeiros anos –, e a carne mais comum é a de porco, cujo abate a preparo envolve todo um ritual social e de superstição.⁴²⁴

O consumo de leite derivados, outra herança do passado vênets, também se faz importante na colônia, vindo a configurar-se como diário. Além dele, outra bebida importante é o vinho. Assim, “[...] na colônia Santa Felicidade, o vinho não só faz parte

⁴²⁰ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 107.

⁴²¹ MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais, e (re)construção da identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014.

⁴²² *Ibid.*

⁴²³ *Ibid.*, p. 112.

⁴²⁴ *Ibid.*

da alimentação diária, como ainda contribue para a animação e alegria dos grandes dias festivos, sendo ainda utilizado como remédio eficaz em certas doenças”.⁴²⁵

Em relação à importância da alimentação como fator identitário para uma certa comunidade, nos remetemos novamente ao trabalho de Maria Fernanda Maranhão, cujo olhar antropológico procurou entender a Santa Felicidade dos anos 1990 do ponto de vista de uma identidade étnica reforjada, ligada à gastronomia.

Quanto à vida social, Balhana observou o início de uma diferenciação de estratos, que seria o resultado do processo de urbanização e industrialização, indicando a importância de sua ocorrência para o tema central de sua tese, a assimilação. Além dele, a historiadora percebeu outra mudança na composição social que se coloca em contraponto com as pequenas comunidades europeias: não havia, em Santa Felicidade, “um sentido profundo de tradição familiar conferindo maior prestígio social”.⁴²⁶ Em um mar de ligações observadas entre a colônia e a sociedade ancestral vêneta, achamos fundamental ressaltar, também, essa *diferença*, fruto do desligamento destes colonos de seu meio tradicional. As hierarquias dividiram-se, assim, entre sucesso econômico e valor moral/ religioso. Essa ênfase na ascensão econômica também é notável para que possamos entender o sentido de identidade expresso por Balhana.

Ainda no sentido social, a família também recebeu grande atenção. A autora comenta que “No princípio da vida na Colônia eram apenas quinze famílias, às quais outras vieram juntar-se [...]”.⁴²⁷ Deste modo, Balhana também contribui para a *cristalização* da mesma narrativa que já percebemos expressa em nossa documentação anterior – e que veremos, também, em nossa última fonte – a qual, confrontada com os dados oficiais fornecidos pela lista de passageiros do navio Sully e pelo livro de Matrículas da colônia Nova Itália, apresentou algumas inconsistências.

Essa família a qual a historiadora se refere é patriarcal e patrilocal – a esposa vive com a família do marido –, ainda que a mulher seja responsável pela economia doméstica. É também fruto do casamento endogâmico, configurando uma unidade de

⁴²⁵ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. P. 129.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 138.

⁴²⁷ *Ibid.*, p. 139.

trabalho – o que estava, na análise de Balhana, em desagregação em detrimento do trabalho na cidade.⁴²⁸

Já a vida coletiva girava em torno da igreja paroquial, e este papel da instituição religiosa

como pivô da vida social da Colônia, teve sua origem não somente em virtude da grande religiosidade dos primeiros colonos, religiosidade que transmitiram aos seus filhos, mas sobretudo porque foi a igreja a primeira instituição que se firmou após o estabelecimento dos colonos em Santa Felicidade.⁴²⁹

A igreja e suas funções religiosas eram, na ótica da observadora, “as maiores e mais importantes oportunidades de reunião social dos membros da comunidade”.⁴³⁰ As conversas no pátio da igreja, aqui relatadas – e, não em menor importância, a busca dos jovens por namoro –, nos remetem diretamente à crítica que o padre Giuseppe Martini – primeiro memorialista de Santa Felicidade – já realizava no ano de 1908, alertando para o progressivo afastamento da vida religiosa. Aqui, também, Altiva marca uma outra diferença entre as populações italianas, ao indicar que “os vênets são menos palradores e impulsivos que os italianos meridionais, porém não deixam de ser pessoas bem humoradas, alegres, amando o vinho, a boa conversa, as brincadeiras, a música, o canto”.⁴³¹ Quer seja fruto de um processo de assimilação – como defende a autora – ou, então, podemos arriscar, da transformação da identidade *dentro* da própria colônia – relacionada, cada vez mais, ao mundo do trabalho –, a diferença registrada pelos observadores é inegável.

Em nossa primeira fonte, o padre Martini destacava também – certamente influenciado, em parte, pela vocação de sua profissão – a grande religiosidade da população de origem vêneta. Chagas Lima também a menciona, com um pouco menos de destaque. Devemos, portanto, analisar o que Balhana identificou, mais de cinquenta anos depois das observações do padre.

⁴²⁸ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 145.

⁴³⁰ *Ibid.*, p. 146.

⁴³¹ *Ibid.*, p. 147.

4.3.5 Religião, ritos de passagem e festas

Para Balhana, “A religião ocupa lugar proeminente na vida dos colonos de Santa Felicidade, onde aparece em primeiro plano, *lôgo após o trabalho* [grifo nosso] cotidiano”.⁴³² Na sequência, a autora explora os mesmos pontos já relatados por Martini, como a construção da igreja após os primeiros anos de adoração em oratórios improvisados, a necessidade do estabelecimento de padres que só se daria com a chegada de Colbacchini – nascido na província de Vicenza –, ainda que este não tenha sido o primeiro sacerdote; e a tutela dos expatriados por parte da Igreja Católica – em especial com a criação do Instituto Religioso dos Missionários de São Carlos, sub comando do bispo Giovanni Scalabrini.⁴³³

Mesmo com a religião ocupando um lugar importante na vida dos italianos, a autora comenta que estava tomando lugar “um arrefecimento no fervor religioso dos colonos”.⁴³⁴ Mais um daqueles – numerosos – sinais das mudanças que ela observou. E, este, fruto, também, do “contato com a cidade, trazendo a sua influência modernizadora”.⁴³⁵ O público para as festas religiosas e procissões que tomavam lugar na colônia também sentiu esses efeitos, acabando por diminuir – muitos deixando de comparecer para não perderem o trabalho.⁴³⁶ Contudo, mesmo com toda essa secularização, a vida ainda se regula por um componente eclesiástico, pois o toque dos sinos “regula todos os acontecimentos alegres ou tristes da comunidade”.⁴³⁷ Serviriam eles, dentre outras coisas, para avisar a colônia da morte de um de seus integrantes.⁴³⁸ Essa função dos sinos é algo a qual os colonos já estavam acostumados desde a Itália.

Pode arriscar que, nos primeiros anos de Santa Felicidade, com a população de italianos menos permeada pelo contato com os nacionais – ainda que o mesmo existisse –, a religião teria ocupado um lugar mais importante do que nas décadas posteriores – marcadas por um contato cada vez maior com o *mundo exterior* –

⁴³² BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p.149.

⁴³³ *Ibid.*

⁴³⁴ *Ibid.*, p.156.

⁴³⁵ *Ibid.*, p. 156.

⁴³⁶ *Ibid.*

⁴³⁷ *Ibid.*, p. 159.

⁴³⁸ *Ibid.*

principal, mas não exclusivamente, na questão do trabalho? Essa nos parece uma conclusão um tanto simplificadora, que necessita de mais elementos para que possa se configurar como uma resposta satisfatória. Porém, através de nossas fontes percebemos que é inegável que uma transformação estava em progresso.

De todo modo, ainda no tema das crenças, é interessante destacarmos que

Além de suas crenças religiosas católicas e do cumprimento dos preceitos cristãos, o colono de Santa Felicidade, como o povo em geral, é supersticioso, acredita em seres fantásticos e confunde muitas vezes os fenômenos naturais com forças misteriosas que só podem ser dominadas mediante práticas ou fórmulas mágicas, ritos e benzimentos.⁴³⁹

A manutenção dessas superstições entre os colonos em sucessivas gerações já no Brasil – como a celebração da bruxa Befana, na festa da Epifania⁴⁴⁰ – é interessante para entendermos a ligação que ainda se estabelecia entre eles e as suas comunidades rurais de origem, nas quais também se manifestaram e se fizeram parte significativa das crenças dos vênets, conforme demonstrou Emílio Franzina, indicando, contudo, que tais manifestações eram sempre combatidas pela igreja ainda na Itália.⁴⁴¹ Desta forma, sua permanência em Santa Felicidade, oitenta anos após o estabelecimento dos primeiros colonos italianos, parece nos indicar também a resistência entre as reminiscências de uma cultura camponesa de cunho tradicional e o poder da igreja.

Essas práticas populares se apresentavam em momentos comuns do cotidiano e, também, em ocasiões específicas, como a gravidez e o nascimento dos bebês.⁴⁴² A escolha dos nomes para estes filhos também seguia regras tradicionais – o primeiro casal recebendo o nome dos avós paternos e o segundo o nome dos maternos. E, durante a infância, rimas e brincadeiras em vênets são comuns.⁴⁴³

Falamos há pouco dos sinos que marcam os eventos. Mas ainda,

para o povo em geral, mas sobretudo para as populações rurais, o suceder dos meses e das estações do ano, desenrola-se mediante um esquema

⁴³⁹ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 165.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 212.

⁴⁴¹ FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

⁴⁴² BALHANA, A. P. *Op. Cit.*

⁴⁴³ *Ibid.*

tradicional de festas e usanças que se enquadram admiravelmente no ritmo da natureza e das tarefas agrárias.⁴⁴⁴

Está representada aí a mescla entre os valores das sociedades tradicionais ligadas à natureza e o cristianismo. O próprio processo de imigração tem um papel fundamental na transformação de tais eventos, visto que, conforme comenta Balhana, a mudança para um outro hemisfério resulta na alteração do ciclo das estações, empobrecendo e aniquilando determinadas celebrações que, em sua terra natal, teriam sido importantes, ainda que mantendo-se as festas mais conhecidas como o Natal, O Carnaval, a Páscoa – estes envolvendo as suas dimensões religiosas mas, também, os tradicionais divertimentos laicos.⁴⁴⁵ Desta forma, em Santa Felicidade, essa diferença geográfica em relação à Itália teria se configurado como um dos elementos modificadores de determinadas tradições, as quais não teriam mais sentido de ser, o que pode demonstrar mais uma etapa do processo de assimilação procurado pela autora.

Às festas unem-se, também, na configuração do caráter étnico, as manifestações populares, como a arte, à qual pertencem “os cantos, as danças, os provérbios [os quais servem ao propósito de transmitir normas], os contos e narrativas, bem como outras formas dramáticas e literárias”.⁴⁴⁶ Além do citado, a música também se torna uma expressão artística de interesse, sendo elas, a transmissão do conhecimento das gerações passadas.⁴⁴⁷ Jogos como a *mora* e *bocce* também fazer parte da cultura dos imigrantes, assim como o futebol – este, para a autora, de incorporação recente.⁴⁴⁸

Altiva explora ainda a relevância do vestuário, uma vez que “o traje feminino é que sofre maiores inovações, impostas pelas novidades da moda, embora os mais velhos e o pároco da Colônia, combatam com vigor tais alterações dos antigos hábitos”.⁴⁴⁹ Temos, aqui, mais um exemplo das mudanças documentadas em Santa

⁴⁴⁴ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 205.

⁴⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁴⁶ *Ibid.*, p. 224.

⁴⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p. 235.

Felicidade – evidência do arrefecimento dos antigos costumes – que expõe, também, um conflito geracional.

É com estes temas de caráter mais popular que a obra de Balhana chega ao fim. Contudo, na qualidade de pesquisa acadêmica, o livro não é encerrado sem que a autora nos apresente suas conclusões. Ao tentar responder seu questionamento inicial sobre a assimilação, ela afirma que

Devemos encarar o atraso verificado na sua integração étnica e cultural, como uma decorrência natural do caráter eminentemente rural da Colônia. A menor receptividade oferecida pelo meio rural, possibilita bem poucas ocasiões de contactos maiores com o meio nacional. Também, o agricultor possui em grau mais elevado tendências conservadoras, sendo portanto mais dificilmente assimilado.⁴⁵⁰

Lembrando que a análise de Balhana se deu nos anos 1950, contaram-se mais de setenta anos do estabelecimento dos primeiros vênets na região. Para ela, este processo de desintegração cultural, ainda que lento, estava acontecendo, com a perda nas manifestações culturais originais em detrimento da cultura que chamou de luso-brasileira – ainda que nunca afastando-se totalmente das tradições originárias. A transformação na estrutura econômica – que deixava de ser a pequena propriedade rural patriarcal – trazia, em seu encaixe, mudanças sociais. Assim, “o processo assimilatório dos imigrantes italianos ali estabelecidos dependeu intimamente do progresso e metropolização da capital paranaense”,⁴⁵¹ o que estava se intensificando nos anos 1950. Nessa afirmação, percebemos que Santa Felicidade passa, dessa forma, a ser compreendida não só por dentro, mas também envolvida em um contexto maior de transformações – mudança esta que apenas se intensificará com o passar dos anos. Somos tentados, então, a postular que a colônia, nesta fonte, se finda, vindo dar lugar ao *bairro italiano*.

Em um olhar mais geral, essa obra foi, de longe, a mais completa das quais selecionamos para compor o escopo de nossas fontes – o que pode ser percebido pelo elevado número de páginas que dedicamos ao texto. Trabalho seminal em relação à historiografia – e, podemos dizer também, à Sociologia – do bairro, e da própria experiência da imigração italiana no Paraná, o texto nos remete muitas vezes

⁴⁵⁰ BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba, João Haupt & Cia, 1958. p. 243.

⁴⁵¹ *Ibid.*, p. 246.

ao dois anteriores, ao mesmo tempo que confirma os medos de Giuseppe Martini, expressos ainda em 1908, acerca das transformações no cotidiano dos colonos, cada vez menos regido unicamente pelo viés religioso. Não que o catolicismo tenha deixado de possuir um papel fundamental no bairro observado pela autora nos anos 1950, mas ele deixa de ser – como já constatamos também no pequeno texto de Chagas Lima – o único fator identitário para essa comunidade, na qual a própria história social, o trabalho e a cultura popular – influenciados sempre pela memória geracional e transmitidos, na maioria das vezes, oralmente – têm, também, um papel fundamental. É toda a cultura dos italianos e, ainda mais, dos vênets, que os coloca em contraponto com os nacionais, conforme percebemos ao falarmos da fronteira étnica.

Para além disso, este processo de assimilação observado por Balhana e que guia sua análise nos dá a entender que, acelerado, seguiria até a integração de Santa Felicidade no meio da cultura nacional. Entretanto, o antigo núcleo colonial é conhecido ainda hoje como um bairro italiano – vide o próprio título deste capítulo. Percebemos, então, que um processo de valorização identitária ocorre entre a década de 1950 e o presente. Sendo assim, nos dedicamos na sequência à nossa última fonte, uma das obras que representam este sentimento da identidade étnica do bairro, a qual encerra nosso recorte temporal no ano de 1978, cem anos após a chegada daquelas primeiras famílias italianas ao primeiro planalto do Paraná.

4.4 O CENTENÁRIO DA COLÔNIA – INTERESSE PÚBLICO E O *BAIRRO QUE CHEGOU NUM NAVIO*

Até este momento, tratamos de Santa Felicidade procurando entendê-la mais por si – ainda que observemos o início de influências externas na região, como bem observou Balhana. Contudo, ao avançarmos na segunda metade do século XX, relacionar a antiga colônia com o desenvolvimento de Curitiba se faz ainda mais necessário para que possamos entender os elementos que contribuíram para a (re)formulação de sua identidade.

A respeito desta mudança, Maranhão nos fala que,

Em 1978, Santa Felicidade já era um importante centro turístico e gastronômico. Com a aproximação do *Centenário da Colônia* [grifo nosso], a Prefeitura Municipal de Curitiba começou a investir na divulgação da imagem italiana do bairro, mediante benfeitorias e obras de urbanização e incentivos fiscais para a conservação do patrimônio arquitetônico local. É deste período

o Plano de Revitalização de Santa Felicidade elaborado pelo IPPUC e apresentado às lideranças da comunidade pouco antes do início das obras.⁴⁵²

Elaborando um pouco mais a este respeito, sabemos que, no ano de 1977, a Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, através da COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – e do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social – desenvolveu o plano o Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba. Sua justificativa era a de que

O desenvolvimento econômico de Curitiba e dos municípios que compõe a sua região metropolitana veio provocar um processo de radical transformação de uma paisagem cultural representativa da história paranaense. A urbanização intensa, a implantação de indústrias, a modificação dos hábitos e costumes se constituíram em fatores determinantes da modificação do habitat acarretando a destruição de muitos exemplares expressivos como representantes da arquitetura edificada nos séculos XVIII e XIX por diferentes grupos étnicos. Não só edificações mas também seu recheio constituído por mobiliário e utensílios de fabrico artesanal estão em processo de desaparecimento. Inventariar o acervo ainda existente e programar medidas efetivas para sua proteção e valorização são metas do PLANO DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, objeto desta proposta.⁴⁵³

Dentre as propostas do plano, figurava a revitalização da colônia Santa Felicidade, que viria a compor um polo turístico. Em 1979, com base no levantamento então realizado, estabeleceu-se o Setor das Unidades de Interesse de Preservação – UIPs –, cujo objetivo era o de “promover e incentivar a preservação, recuperação e revitalização de edificações consideradas ‘testemunhos da memória de Curitiba’”.⁴⁵⁴ Percebemos, então, uma transformação no sentido de identidade externa da colônia, que passou a ser entendida como um interesse palpável – e *rentável* – pela prefeitura da cidade.

⁴⁵² MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014. p. 195.

⁴⁵³ **PLANO DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO CULTURAL, PROPOSTA**. In: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC. p. 04. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/sites/comec/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/c051_proposta.pdf>. Acesso em 12 set. 2021.

⁴⁵⁴ **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**. Prefeitura Municipal de Curitiba. P. 240. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00085327.pdf>>. Acesso em 02 set 2020.

É nesta época que ocorre a celebração dos cem anos de fundação de Santa Felicidade e, assim, comemora-se essa identidade italiana. Mas como ela é representada nas fontes escritas?

“O Bairro que Chegou Num Navio”, livro do padre Jacir Francisco Braido nos ajuda a entender este último momento de nosso recorte. Sociólogo de formação, Braido acaba assumindo, neste contexto, o papel de um memorialista – talvez o mais difundido em Santa Felicidade. Ressaltamos, entretanto, que – conforme já demonstrou Vendrame em sua análise sobre os Padres Palotinos⁴⁵⁵ – o seu papel como pároco deve ser levado em conta em nossa crítica, uma vez que são os religiosos que acabam, muitas vezes, se configurando como pioneiros neste registro de memórias sobre a imigração italiana – como o exemplo do Padre Martini. E essa narrativa eclesiástica engajada também encontram espaço nas obras que tratam dos centenários.⁴⁵⁶ Desta forma, uma boa análise não pode deixar de levar em conta as especificidades do singular local de fala destes personagens.

Publicada em 1978, a obra deveria servir “para que os descendentes conhecessem a história de seus antepassados imigrantes”.⁴⁵⁷ Em uma de suas primeiras páginas, a obra já reproduz em desenho a estátua de Elvo Benito Damo – erguida naquele mesmo ano –, que representa a família imigrante: a mãe, grávida, o filho menor, o pai e, ao lado destes, figuras mais velhas: os nonnos? A imagem segue:

⁴⁵⁵ VENDRAME, M. I. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

⁴⁵⁶ MANFIO, J. M. **A construção de uma memória**: as comemorações do centenário da imigração italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993). Tese (Doutorado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2019.

⁴⁵⁷ BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1978. Sem paginação.

FIGURA 3 – Monumento ao Imigrante Italiano



FONTE: **O bairro que chegou num navio.** Sem paginação.

Essa ideia de família estendida – que compõe, neste caso, três gerações, já foi explorada por Balhana no tópico anterior. Após este início, o autor segue com a devoção religiosa característica, ao inserir as imagens do papa João Paulo II, de João Batista Scalabrini – em retrato e em missa –, e, por fim, D. Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba.

Também inspirado nos relatos de Giuseppe Martini, Braido inicia seu texto de maneira cronológica, abordando a partida da Itália – entendida por ele no âmbito dos fatores de expulsão e atração dos quais já tratamos e que foram comentados por Balhana. Explorando essa ideia das causas do fluxo, no fenômeno emigratório, para

ele, “havia liberdade para ir, não para ficar”.⁴⁵⁸ enquanto o Brasil, por outro lado, necessitava de imigrantes para as fazendas de café e para as colônias do Sul.

Acerca do momento derradeiro de partida da Itália, em suas palavras trabalhadas de maneira literária,

Afinal o embarque, a saída lenta do porto vendo, com o coração apertado, o horizonte da pátria se desfazendo aos poucos à distância, até a paisagem se transformar na monotonia de céu e água. Na frente, o sonho de dias melhores e a esperança de que a viagem fosse boa, apesar do desconforto do navio abarrotado de gente.⁴⁵⁹

O contratempo em Marselha – que Martini também explorou e cujo relato revisitado, provavelmente inspirou –, e a troca de navios é novamente citado como uma das agruras destes primeiros tempos. Nas imagens reproduzidas pelo autor, que se encontram em profusão na obra, notamos os sentimentos negativos em relação à viagem de navio – os mesmos que Corteze percebeu ao tratar dos mitos criados pelos imigrantes em relação à travessia⁴⁶⁰ –, os quais, nos relatos de Martini não aparecem, tendo em vista que comenta de uma viagem transatlântica tranquila. Em uma foto que afirma ser do navio Princesa Irene, Braydo comenta “os navios transportavam o dobro ou o triplo da capacidade normal de carga, e muitos deles se transformavam em enfermarias. Nas mentes de muitos ficaram célebres como os “vapores da morte”.⁴⁶¹

Essa diferença deve ser ressaltada, uma vez que ela explicita a transformação da narrativa. Não temos como precisar o que causou a mudança no tom do relato, contudo, se pensarmos que o centenário de Santa Felicidade segue na esteira das comemorações já iniciadas no Rio Grande do Sul a partir de 1875, que motivaram, também, a publicação de textos memorialísticos – muitos dos quais, conforme afirma Corteze, ressaltavam o sofrimento a travessia que não é corroborado pelas fontes oficiais – não podemos excluir a hipótese de que Braido possa ter tido contato com essas interpretações e que elas, por sua vez, tenham influenciado a sua própria publicação.

⁴⁵⁸ BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1978. p. 21.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 16.

⁴⁶⁰ CORTEZE, D. P. **Ulisses va in America**: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo, UPF, 2002.

⁴⁶¹ BRAIDO, Pe. J. F. *Op. Cit.*, p. 23.

Na sequência, seu relato explora a chegada dos imigrantes no Paraná e os inúmeros problemas encontrados por eles no litoral do estado – como o clima pouco propício e as doenças – algo que para nós não é, neste ponto, uma novidade. Ele comenta das fracassadas tentativas do estabelecimento de colônias no estado, chegando a citar Alexandra, mas sem desenvolver mais o tema. Após dedicar algumas linhas ao contexto geral do estado em 1878, o autor trata da tarefa principal dos italianos, que seria a de colonizar o território, no qual “se dedicaria à produção de alimentos, basicamente para o abastecimento dos centros urbanos já em expansão, e, eventualmente, para a exportação. Pois esta era uma lacuna que se fazia sentir na economia provincial”.⁴⁶²

Em decorrência das alegadas más condições da colônia Nova Itália onde primeiro foram instalados os colonos, Braido afirma que, “Impressionados com as tropas que por vezes desciam a Serra do Mar com destino a São Paulo, provindas do Planalto, formaram a idéia de que acima da Serra deveria haver ambiente mais propício à agricultura”.⁴⁶³ Assim, “se criou um movimento irresistível e continuado de italianos do litoral para os arredores de Curitiba”.⁴⁶⁴ ato que ensejou a criação de várias colônias italianas no entorno da capital.

Logo o autor trata da fundação de Santa Felicidade de maneira específica, citando tudo o que já foi explorado por nós anteriormente. Para seus habitantes iniciais, “quem tinha uma secular tradição de trabalho nos campos e muito amor à agricultura, aquela terra era uma dádiva e uma esperança”.⁴⁶⁵ Ele não deixa de tecer comentários acerca dos enfrentamentos entre os imigrantes e os brasileiros – também visto em Martini –, porém diminuindo sua importância, visto que foram poucos exemplos, “a par de uma ou outra manifestação hostil que os colonos interpretaram como sendo motivada pela inveja que lhes causava seu relativo sucesso”.⁴⁶⁶ Entretanto, ele deixa de lado o fato que, de acordo com as primeiras fontes, estes *caboclos* – para usar seu termo – haviam habitado a região como posseiros, antes da venda das terras aos imigrantes. Braido os descreve como “moradores ‘nativos’ das

⁴⁶² BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1978. p. 26.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 29.

⁴⁶⁴ *Ibid.*, p. 31.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 34.

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 35.

imediações”,⁴⁶⁷ em cujos terrenos haveriam tido, antes, pasto comum e extração da erva mate. Este *apagamento* em relação aos conflitos nos parece bastante significativo, uma vez que lembramos das palavras de Pollak acerca da importância do esquecimento de determinadas memórias.

O trabalho na colônia seria basicamente a agricultura e o artesanato com vime. E, conforme observa o autor, “em pouco tempo, Santa Felicidade se elevou à invejável condição de modelo das colônias italianas no Paraná”.⁴⁶⁸ Já em 1916, a região seria elevada a distrito de Curitiba, mais um indicativo de sua prosperidade. Já após esta data, porém, “a língua falada em casa continuava sendo o dialeto vêneto (ao lado do português), mas o modo de viver ia se modificando”.⁴⁶⁹ Este último comentário do padre Jacir nos remete ao texto de Balhana, no qual a autora já observava o mesmo movimento, que chamou de assimilação. Para o autor, entre 1916 e 1950, Santa Felicidade experimentou um período de tranquilidade, fruto da prosperidade já alcançada, o que possibilitou ao núcleo *manter sua identidade* ao mesmo tempo em que estabelecia relações com a comunidade externa – para ele, uma transição gradual.⁴⁷⁰

No que entendemos como a segunda parte do livro, Braido também destaca o aspecto religioso – que claramente não esteve ausente em outros momentos da obra. Para ele, os imigrantes, “a par de seu tradicional apego à terra, ao trabalho, à parcimônia e à vida ordeira e pacata, traziam consigo outra tradição não menos arraigada e forte: o apego à religião católica”.⁴⁷¹ Segue-se a essa afirmação a narrativa que já destacamos anteriormente sobre os primeiros anos da vida religiosa em Santa Felicidade, a criação da capelania italiana em Curitiba para atender aos imigrantes, a chegada dos missionários escalabrinianos – ordem fundada na Itália para dar assistência aos compatriotas emigrados.⁴⁷² O autor dá destaque também aos diversos sacerdotes que estiveram em Santa Felicidade, listando-os ao modo de Martini, setenta anos antes. Embora a contribuição destes padres como guias tenha sido importante, Braido ressalta que

⁴⁶⁷ BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1978. p. 35.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 38.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, pp. 41-42.

⁴⁷⁰ *Ibid.*

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 47.

⁴⁷² *Ibid.*

A história não seria completa se ignorássemos a profunda tradição religiosa de que estavam imbuídas as famílias que fundaram a colônia ou que a ela se agregaram posteriormente. Tradição que não permaneceu estanque e fechada, mas que se tornou fonte de vivência no interior dessas famílias, nas associações e movimentos ou no seio da comunidade maior. Foi uma fé que os animou no duro trabalho dos inícios, nas transformações por que passou a comunidade nestes 100 anos, que conferiu sentido à vida e à morte, que se traduziu em esperança e fundamentou o amor, a ajuda e a compreensão nos momentos difíceis desta caminhada centenária.⁴⁷³

A identidade aqui passa também pela religião – mas não é expressa unicamente por ela. Ela a compõe, mas – ao que percebemos – não a monopoliza. São vários outros elementos que também têm papel em sua formação, como o trabalho, e os costumes. Além disso, o autor destaca a *evolução* da tradição religiosa, enfatizando que o núcleo colonial não se manteve estanque.

Braido também indica que, nos anos 1950, mudanças demográficas no estado como um todo afetariam Santa Felicidade – mesma observação realiza por Balhana – , enquanto Curitiba se tornava uma cidade mais e mais complexa, com mais demandas em relação à colônia, que exigem novas respostas. Dentre as transformações, citamos a abertura da estrada do Cerne, que fazia a ligação entre o litoral e o interior do estado. Cortando a colônia, ela trouxe consigo um grande fluxo de caminhões, cujos motoristas movimentavam o nascente setor de serviços de alimentação. Essa demanda viria a diminuir apenas a partir dos anos 1965, com a abertura de outras vias de escoamento da produção cafeeira.⁴⁷⁴

Para Braido, com essas transformações que seguiam o passo da urbanização da capital paranaense, “começa a era de rapidez de contatos e de trocas”.⁴⁷⁵ Desta forma,

O pacato distrito se modifica e embora guardando sua *identidade e tradição básicas* [grifo nosso], cria novos tipos de serviço, redistribui o uso da terra com vistas a produzir para o mercado em expansão, aprimora o artesanato, as uvas e frutas, o vinho e a cozinha italiana. Com isto, libera mão-de-obra para atender a estas novas exigências e para trabalhar na Cidade próxima. Surgem novos estabelecimentos, entre os quais se destacam os já famosos restaurantes. A população aumenta: em 1960, registram-se 6.839 habitantes e, em 1970, 16.753. Ao mesmo tempo diversifica-se em sua composição. Ao lado do primitivo núcleo italiano, aparecem novos moradores trazidos pela onda migratória. O processo de integração e de assimilação se acelera, e pode-se afirmar, se completa e até se inverte: agora a problemática mais

⁴⁷³ BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1978. p. 64.

⁴⁷⁴ LEMES, E. G. C., REINHARDT, J. C. **Se essa rua fosse minha**: Santa Felicidade e seus italianos. Curitiba: Máquina de Escrever, 2020.

⁴⁷⁵ BRAIDO, Pe. J. F. *Op. Cit.* p. 44.

aguda está em integrar os novos migrantes ao estilo de vida própria da ex-colônia, distrito e já bairro da Cidade grande que se aproxima. Na atualidade a população estimada supera os 30 mil habitantes. Com isso, Santa Felicidade tem novos desafios pela frente. O Bairro típico de Curitiba, por sua origem, criatividade e pujança econômica, inicia agora o segundo centenário de sua história com a tarefa de *reencontrar a própria identidade* [grifo nosso] frente à sofisticação e complexidade provindas das transformações nas últimas décadas.

Com certeza, Santa Felicidade nunca mais será a mesma. Não poderá reencontrar a identidade com base na etnia. Mas é certo que os imigrantes italianos que a fundaram lhe impuseram uma fisionomia: a laboriosidade, o espírito de iniciativa, o apego à religião e à família, um estilo de vida, a parcimônia e a economia. Se é certo que Santa Felicidade não poderá reviver o passado, isso não exclui que *possa e deva retirar do passado* [grifo nosso] as lições que lhe conferiram a grandeza e a condição que ostentou e ainda ostenta atualmente.⁴⁷⁶

Talvez essa seja a citação mais importante à qual faremos referência em toda essa dissertação. Ela arremata o sentido central de nosso trabalho: *a transformação da identidade*, a qual observamos acontecer ao longo dos cem anos aos quais nos dedicamos no recorte desta pesquisa, e os ventos de mudança trazidos pela modernidade. Percebemos a introdução, na colônia, do aspecto que, de uma forma ou de outra, passa a contribuir – e, talvez, a reger – as suas manifestações identitárias após 1978, senão para seus habitantes descendentes das antigas famílias de origem vêneta, pelo menos em relação ao público externo, o qual tem na região um *bairro turístico*, sujas divisas contribuem para a economia da capital. É neste pequeno trecho também que observamos o papel da memória, que pode ser utilizada, evocada, para o sentido de identidade: para se saber o que é. Desta forma, na conclusão da narrativa, de maneira mais direta, lemos que

a comemoração torna presente o passado e o que ele teve de mais puro, genuíno e autêntico; o que merece ser recolhido e guardado como uma preciosidade e uma relíquia a serem transmitidas ao futuro. *A memória* [grifo nosso] do que foi imprime significado ao que é e deita raízes no que será.⁴⁷⁷

Ainda em referência à comemoração, consideramos aqui necessária uma rápida digressão. Roswithia Weber e Marinês Andrea Kunz observaram, nas comemorações na cidade de São Leopoldo – RS – a disputa pelo espaço étnico. A cidade, em vistas de valorizar seu passado alemão, deixava de fora das celebrações outros grupos – produzindo um verdadeiro apagamento de sua memória. Reforçando

⁴⁷⁶ BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1978. pp. 44-46.

⁴⁷⁷ *Ibid.*, p. 65.

que os alemães – de forma pioneira – haveriam se estabelecido na região em 1824, os demais grupos – negros e portugueses – não eram mencionados nesta narrativa oficial. Assim, a festa da cidade era sinônimo da *fest* alemã.⁴⁷⁸

Santa Felicidade não tem a autonomia política e as dimensões de uma cidade. Porém, observamos o interesse em valorizar *apenas* a italianidade do bairro durante o Centenário, ainda que nossas fontes indiquem a presença significativa de outros grupos demográficos já a partir dos anos 1950. Isso se repete, também, na década de 1990 – conforme demonstrou Maranhão – quando da celebração dos 300 anos de Curitiba. Santa Felicidade é, naquele momento, o bairro italiano – identidade que ainda persiste.

Chegando ao final deste capítulo, evocamos uma última vez as palavras de David Lowenthal: “lembrar o que fomos confirma o que somos”.⁴⁷⁹ O passado trazido ao presente pela ação da memória que deve continuar a ser transmitida é o que Braido está destacando em suas conclusões. Ainda que neste trecho o autor não cite a palavra identidade de maneira direta como o fez em outra ocasião, notamos que, em um futuro ainda incerto, lembrar da trajetória daqueles primeiros imigrantes é uma maneira de não se afastar do seu próprio sentimento identitário. Ele já não é o mesmo de um século antes, as transformações não o permitem, mas os elementos importantes que ainda permanecem no campo da memória podem ser evocados para que o sentido de *ser* italiano se mantenha.

Fomos capazes de perceber essas transformações tomando forma nas entrelinhas das quatro obras que escolhemos como nossas fontes principais – às vezes, de forma pouco sutil. Do texto seminal publicado por Martini no ano de 1908 – já aquele compilado quarenta anos depois da fundação de Santa Felicidade, mas que é nossa primeira fonte memorialística sobre o bairro –, passando pelo apologético discurso de Chagas Lima, o vultoso trabalho acadêmico de Balhana e, por fim, desembocando no livro comemorativo de Braido, Santa Felicidade sai de um suposto isolamento. De colônia formada por um grupo pequeno de famílias, a região se

⁴⁷⁸ WEBER, R., KUNZ, M. A. De quem é a festa? Diversidade étnica nas comemorações do 25 de Julho em São Leopoldo (RS). **História Oral** 16(01), pp. 85-102. 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.51880/ho.v16i1.274>>. Acesso em 03 jan. 2022.

⁴⁷⁹ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998. p. 83.

desenvolve cada vez mais acompanhando, de certa forma, o passo da própria cidade de Curitiba – até o momento que se integra a seus limites, como está ainda hoje.

As considerações sobre o processo migratório, o trabalho, a religião, e a vida social/ familiar – balizas que guiaram nossa análise dos textos – nos mostram de que forma a identidade italiana, a representação desse grupo étnico, não é estanque, mas se forma e se adapta aos novos tempos: o que ela perde e, ao mesmo tempo, o que passa a agregar; quais são as forças que a fomentam – orgulho interno, reconhecimento externo, ação política, prática religiosa; e como ela faz uso da memória – registrada ou oral/familiar para se transmitir às novas gerações que, conforme já vimos nas palavras de João Fábio Bertonha, tendem, em um futuro inevitável, a vivenciar a total perda dos vínculos com essa identidade – algo que Santa Felicidade, ao que nos parece ao chegarmos ao fim desta pesquisa, por diversos fatores, ainda está longe de experimentar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevendo essa conclusão, olho pela janela. Por entre a garoa, ainda enxergo, ao longe, o contorno da torre da Igreja Matriz de São José e Santa Felicidade: talvez o maior – e, também, o mais importante – símbolo da antiga colônia. E isso me leva de volta para o início. Comecei a redigir o projeto que daria origem a essa pesquisa com um questionamento simples: qual é a identidade da população de Santa Felicidade? Tendo crescido cercado por este contexto de “italianidade”, a pergunta me parece óbvia, mas respondê-la de uma maneira satisfatória não é algo tão simples como pode parecer. São muitos os fatores que, conforme pude perceber ao longo destes dois anos de pesquisa, contribuíram para o estabelecimento de uma identidade – ou melhor, de *identidades* – no bairro italiano de Curitiba no decorrer de seus primeiros cem anos de existência.

As memórias dos imigrantes – quase em sua totalidade recolhidas por terceiros –, compuseram as fontes primárias de meu estudo, e tiveram um papel de destaque nessa construção identitária. Já em 1908 – transcorridos quarenta anos da fundação da colônia – o padre Giuseppe Martini sentiu a necessidade de registrar a história daquela população, para que a mesma não caísse no esquecimento devido à sucessão das gerações, conforme comentou o próprio autor. A obra de Martini é basilar para entendermos Santa Felicidade, uma vez que ela é citada diretamente em quase todos os escritos posteriores que foram analisados aqui, assim como também nas pesquisas acadêmicas que tem as colônias italianas no entorno de Curitiba como objeto de estudo.

O padre alertava, entretanto, para um perigo que observava: o crescente interesse por assuntos mundanos em detrimento da observância estrita dos valores *religiosos*. Esse medo da laicização – se é que podemos chamar assim – da identidade italiana foi considerado por mim como fruto do seu local de fala. Sabemos que a religião era apenas um dos elementos que, eventualmente, comporiam o *ser italiano*. Assim, podemos perceber que a ameaça das outras características – em especial o trabalho e o sucesso econômico – tinham força significativa já na primeira década do século XX, visto que as mesmas motivaram o aviso de Martini.

Encontramos aí um ponto crucial desta análise pois, se recorremos à obra de Machioski, percebemos que a Igreja teve realmente um projeto claro de ligar os italianos das colônias do sul do Brasil ao catolicismo. Embora isso possa ter ocorrido

em maior ou menor grau – não coloco em xeque o valor da religião para essa população –, podemos notar que, avançando em direção ao século XX, esse binômio italiano/ católico perdia força, deixando exponencialmente de ser o único representante de uma identidade para os imigrantes e seus descendentes. Talvez, conforme percebemos em Machioski, ele não tivesse exercido tanta força nem mesmo no século XIX.

Também em Martini temos o estabelecimento de elementos narrativos que serão aproveitados por memorialistas – e mesmo pesquisadores – posteriormente, muitas vezes sem o devido questionamento. A história das quinze famílias vindas todas no mesmo navio é registrada pela primeira vez em seu relato, e ganha força na memória do bairro, onde se mantém por décadas com força de fato. Ainda que não seja de todo incorreta, pude perceber, com o uso da documentação oficial, que ela não se sustenta inteiramente, pois, dentro dos quinze nomes levantados, alguns já estavam em Nova Itália no ano anterior à chegada do Sully ao Brasil; outros nem sequer tinham seus nomes registrados no registro de imigrantes. Desta forma, chamar Santa Felicidade de “O bairro que chegou num navio” pode não estar de acordo com os dados oficiais, mas ainda encontra seu espaço na memória das famílias que preservam uma cópia do livro em casa.

Nas obras posteriores – redigidas em ordem cronológica por Sezinando das Chagas Lima, Altiva Pilatti Balhana, e Jacir Francisco Braido – pude perceber que o valor do *trabalho* e, ainda mais, do *sucesso econômico*, passou a compor a equação de italianidade – encarnando os medos de Martini. Isso se tornou ainda mais claro à medida que avançamos nos anos 1900. A religião ainda ocupa um papel relevante, mas não é mais o único fator que identifica e diferencia a população de Santa Felicidade. A prosperidade e, também, a cultura italiana ainda preservadas ganham cada vez mais terreno.

Ainda em relação à essa cultura, esperava encontrar, em nossas fontes, uma ênfase maior ao Vêneto. A região aparece, sim, mas torna-se, em grande parte do que percebemos, um sinônimo para italiano – palavra que será muito mais usada. A única exceção que encontramos é em Balhana, visto que seu trabalho é voltado para compreender Santa Felicidade como “uma paróquia vêneta”. Toda sua análise segue salientando as diferenças dessa população da Itália Setentrional em relação ao resto da península – expressas, por exemplo, na alimentação e no dialeto falado, o vêneto.

Lembramos que a população de Santa Felicidade tem origem em um grupo de famílias que saiu da Itália em 1877 – poucos anos após a unificação do país. A criação de uma identidade italiana na península seria um trabalho promovido pelo governo por muitas décadas, e se daria em um momento no qual os imigrantes já não estavam mais lá. Assim, saídos da Europa como vênnetos, lombardos, napolitanos, eles chegaram no Brasil como *italianos*. Foi assim que foram percebidos pelos brasileiros e, eventualmente, como percebemos em nossas fontes, assim também se perceberam – um perfeito exemplo do fenômeno que defende Barth ao definir os grupos étnicos.

O sentido de comemoração também deve ser mencionado nestas linhas finais. Longe de representar uma novidade em relação às antigas colônias europeias, o Centenário de Santa Felicidade se enquadra perfeitamente no que podemos chamar, talvez, de *década comemorativa* da imigração italiana. A série de eventos que toma lugar em 1978 é muito similar ao que já vinha sendo realizado no Rio Grande do Sul há, pelo menos, três anos antes, ainda que de forma mais localizada do que no exemplo gaúcho. Essa valorização do passado – que fomenta, também, publicações comemorativas –, não diferencia a colônia das demais, mas a coloca em pé de igualdade com elas.

Encerro aqui minha análise em uma nota mais sóbria. A evolução na identidade da antiga colônia seguiu, de certa forma, a da própria capital à qual atualmente faz parte como bairro e região administrativa. Assim, os investimentos da prefeitura de Curitiba em Santa Felicidade como um polo turístico – que seguem para muito além de nosso recorte temporal, conforme indica Maranhão – são responsáveis, nos anos 1970, pelo que podemos chamar de *artificialização* da identidade, criando uma imagem vendável. Embora ainda possamos pensar no bairro como italiano, acreditamos que, à medida que se sucedem as gerações, esse será apenas mais um conceito desprovido de substância, artificial.

O bairro cujo cotidiano Balhana registrou em detalhes não mais existe da mesma maneira no livro de Braidotti, de 1978. O que a autora chamou de assimilação – ainda que não seja um processo duro – parece ter avançado significativamente nas décadas que seguiram a publicação de sua obra. Porém, ainda assim, mesmo enfrentando uma nova identidade que, desde os anos 1970, parece de vocação comercial, pode ser que, no seio das famílias que aqui se radicaram há mais de cento e quarenta anos, aquela antiga identificação étnica ainda persista – na fala, nos costumes, na

alimentação, na religiosidade, nas relações sociais e afetivas ainda tão significativas entre as famílias de descendentes, unidas por laços de parentesco. Talvez o *ser italiano* aqui tenha, por fim, se dividido. A identificação que a população curitibana confere à população de Santa Felicidade pode não ser a mesma que, nos almoços, nos aniversários, nas missas de domingo, ainda reverbera – ainda que ela não seja, também, homogênea –, porém com um sotaque cada vez menos forte. E as memórias da população – registradas nas quatro obras aqui analisadas – são um testemunho silencioso deste processo, em movimento por décadas, e que ainda não acabou.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Mesmo havendo encontrado diversas publicações que versam sobre o tema, acredito que ainda haja muito por explorar em relação à imigração italiana no Paraná. No mundo atual, no qual os fluxos migratórios representam o inverso do que ocorreu no século XIX, entender estes sujeitos expatriados e as relações deles com a cultura de seus destinos nunca me pareceu tão relevante.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BALHANA, A. P. **Santa Felicidade, um processo de assimilação**. Tip. João Haupt & Cia. LTDA. Curitiba, 1958.

BRAIDO, Pe. J. F. **O bairro que chegou num navio** - Santa Felicidade, Centenário. 1978.

LIMA, S. C. **O valor dos italianos para o Paraná e a Colônia Santa Felicidade**. Curitiba, 1949.

MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Trad. Rosy de Sá Cardoso. Curitiba, 1968 [1908]. [MARTINI, G. **Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade**. Curitiba, 1908.]

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, L. L. **A construção da história demográfica na historiografia paranaense**: a historiadora Altiva Pilatti Balhana. Dissertação (Mestrado em História - UEPG, Ponta Grossa, 2017).

ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. O Cenário da Colonização no Brasil Meridional e a família migrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 11(1): 67-87, jan/jun, 1994. pp. 67-68.

ARISTÓTELES. **Da memória e da reminiscência**. 1986, p. 293.

ARQUIVO NACIONAL. Relação de passageiros em vapores. **Vapor Sully** – Rio de Janeiro, 02 jan 1878. Disponível em: <<http://sian.an.gov>>. Acesso em 02 ago 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Comentário do Presidente da Província do Paraná**. 27 de fevereiro de 1878. Documento 183.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Divisão de documentação Permanente. Livro 834 - **Livro de Matrícula de imigrantes da Colônia Nova Itália**.

BALHANA, A. P. **Santa Felicidade**, Uma Paróquia vêneta no Brasil. Curitiba, fundação Cultural de Curitiba, 1978.

BARTH, F. **Ethnic groups and boundaries**. London: George Allen & Unwin, 1969.

BENEDUZI, L. F. *Fra risanamento religioso e rafforzamento della razza: il processo di costruzione della memoria dell'immigrazione italiana nel sud del Brasile negli anni 1920*. In: **Zibaldone. Estudios italianos**. Vol 3, jan. 2015. pp. 122-136.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. (Obras Escolhidas, v. 1).

BERTONHA, J. F. **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: nacionalismos e identidades**. Caxias do Sul, RR: Educs, 2018. p. 72.

BERTONHA, J. F. **Os Italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BOURDIEU, P. Prefácio. In: ABDELMALEK, S. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. pp. 9-12.

BRASIL. Decreto n. 5.663, de 17 de junho de 1874. Autoriza a celebração do contracto com Joaquim Caetano Pinto Junior para importar no Imperio 1000.000 imigrantes europeus.

BRASIL. Decreto nº 3784, de 19 de janeiro de 1867. Approva o Regulamento para as Colonias do Estado.

BRASIL. Decreto nº 5373 de 6 de agosto de 1873. Autoriza a novação do contracto celebrado entre o Governo Imperial e Savino Tripoti para introdução e estabelecimento de imigrantes.

BRASIL. Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848.

BRASIL. Lei nº601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

BRASIL. Presidência da República – Secretaria Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.617 de 11 de janeiro de 2018.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

CAVANHA, J, N. **Colônia Alessandra**. Curitiba: Progressiva, 2012.

CORREIO BRAZILIENSE. Alberto Fernández diz que brasileiros “saíram da selva” e argentinos na Europa. Victória Olímpio. 09 jun 2021.

CORTEZE, D. P. **Ulisses va in America**: história, historiografia e mitos da imigração italiana no rio Grande do Sul (1875-1914). Passo fundo: UPF 2002.

GREEN, N. L. Tempo e estudo da Assimilação. **Revista Antropolíticas**. nº 25. 2º semestre 2008. pp. 23-47.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba.

DOARTE, L. C. João de Mio: imigrante, católico e construtor do Paraná. **Círculo de Estudos Bandeirantes**. v. 26. 2016.

FRANZINA, E. **A Grande Emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANZINA, E. Imigração italiana no Rio Grande do Sul nas memórias de Júlio Lorenzato (1877-1928) In: ZANINI, M. C. C., TEDESCO, J. C. (org.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. pp. 63-84. p. 63.

GREEN, N. L. Tempo e estudo da Assimilação. **Revista Antropolíticas**. nº 25. 2º semestre 2008. pp. 23-47. p. 24

HOBBSBAWM, E. **A Era do Capital**. 1848 – 1875. Trad. Luciano Costa Neto. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBBSBAWM, E. J., RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 10ª ed. São Paulo, Paz e Terra: 2015.

IMPÉRIO DO BRASIL, DECRETO Nº 5.663, 17 jun. 1874. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 01 ago 2021. Cláusula I.

ITÁLIA. Lei nº 555 de 13 de junho de 1912. *Sulla cittadinanza italiana* [sobre a cidadania italiana]. *Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana*.

Jória Motta Scolforo: Arquivo Público do Espírito Santo - **Lei Federal referenda Santa Tereza como a primeira cidade fundada por italianos no Brasil**.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al/]. 7ª edição revista, Campinas. Editora da Unicamp: 2014.

LEIS DECRETOS E REGULAMENTOS DA PROVINCIA DO PARANÁ. TOMO II. Lei n. 29 de 21 de março de 1855. Autorisa o governo a promover emigração de estrangeiros.

LEMES, E. G. C., REINHARDT, J. C. **Se essa rua fosse minha**: Santa Felicidade e seus italianos. Curitiba: Máquina de Escrever, 2020.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado [tradução HADDAD, L, Malluf, M.]. In: **Proj. História São Paulo**, 17, nov. 1998.

MACHADO, T. B., SOARES, M. J. S., TESSARI, R. K. *Santa Felicidade: the Church's restoration as a perpetuation of the Italian-Brazilian heritage*. In: *Atti della Biennale BRAU5*. 2021. **Anais**. pp 155-178.

MACHIOSKI, F.L. **Uma luta ultramontana**: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2018.

MAESTRI, M. A Região colonial italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória. In: ZANINI, M. C. C., TEDESCO, J. C. (org.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. pp. 85-118.

MANFIO, J. M. **A construção de uma memória**: as comemorações do centenário da imigração italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993). Tese (Doutorado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2019.

MARANHÃO, M. F. C. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014.

MASCHIO, E. C. F. A contribuição dos imigrantes italianos na expansão da escola pública paranaense. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, ANPUH, 2007. Anais.

OLIVERA, R. C. **Identidade, étnica e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PLANO DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO CULTURAL, PROPOSTA. In: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC. p. 04.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Vol 5 nº 10. Rio de Janeiro: 1992. Pp 200-212.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol. 2 nº 3. Rio de Janeiro: 1989, pp. 3.15.

REGISTRO DE SEPULTAMENTOS. Igreja Matriz de São José e Santa Felicidade. Livro Nº 1.

REGNO D'ITÁLIA. CODIGO CIVILE. 1865.

Relatório de Joaquim Bento de Oliveira Junior em 7 de fevereiro de 1878 – In: CAVANHA, J. N. **Colônia Alessandra**. Curitiba: Progressiva, 2012.

ROMA. *Contributo alla Storia della presenza Italiana in Brasile: In occasione del primo centenário dell'emigrazione agricola italiana nel Rio Grande do Sul 1875 – 1975*. Instituto Italo-Americano. Roma: 1975.

SÃO JOÃO BATISTA. **COLÔNIA NOVA ITÁLIA – LA VERA STORIA.**

Santa Felicidade 1878 – 1978, Centenário da imigração Italiana. Programa de festejos do Centenário. Curitiba, 1978.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico cultural. *In: Educação e Sociedade*, ano XXI, nº71, 2000.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico** – um século de imigração italiana no Brasil. Trad. Mariarosária Fabris, Educardo Brandão. São Paulo: Nobel: *Instituto Italiano di Cultura di San Paolo*: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

UNICAMP. BIBLIOTECA CENTRAL CÉSAR LATTES. Quem foi César Lattes?

VANGELISTA, C. **Os Braços da Lavoura.** Imigrantes e “caipiras na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). Tradução Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Editora Hucitec, Istituto Italiano di Cultura, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. São Paulo: 2001.

VENDRAME, M. I. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

VENDRAME, M. I. “Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. *In: História Unisinos*, set/ dez/ 2020. UNISINOS.

VENDRAME, M. I. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre, ANPUH-RS, 2016.

Vladimiro Polchi. *Gli italiani senza cittadinanza “bussano” alle porte del Governo: “Siamo oltre un milione cresciuti in Italia, ma senza identità”.* **La Repubblica.** Itália, 06 de jul. 2020.

WEBER, R., KUNZ, M. A. De quem é a festa? Diversidade étnica nas comemorações do 25 de Julho em São Leopoldo (RS). **História Oral** 16(01), pp. 85-102. 2013.

ZANINI, M. C. C. A Família como Patrimônio: A construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos. *In: Artigos*: campos, 5(1) – 53-67: 2004.

ZANINI, M. C. C. Escrever e resistir: a literatura de descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. *In: ZANINI, M. C. C., TEDESCO, J. C. (org.). Migrantes ao sul do Brasil.* Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

ZANINI, M. C. C. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana.
In: Artigos. Mana 13(2) Outubro 2007.